

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

Bruno Sterza Baggio

DETERMINISMO E RESPONSABILIDADE MORAL NA OBRA DE B. F. SKINNER

BAURU

2018

Bruno Sterza Baggio

DETERMINISMO E RESPONSABILIDADE MORAL NA OBRA DE B. F. SKINNER

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, da Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, sob orientação do Prof. Dr. Érico Bruno Viana Campos e co-orientação do Prof. Adj. Kester Carrara.

Bauru

2018

Baggio, Bruno Sterza.
Determinismo e Responsabilidade Moral na Obra de B.
F. Skinner / Bruno Sterza Baggio, 2018
141 f.

Orientador: Érico Bruno Viana Campos

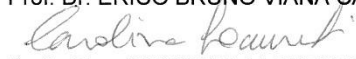
Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2018

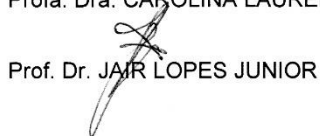
1. Análise do Comportamento. 2. Behaviorismo
Radical. 3. Determinismo. I. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE BRUNO STERZA BAGGIO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 29 dias do mês de março do ano de 2018, às 16:00 horas, no(a) Sala 1 do prédio da pós-graduação da Faculdade de Ciências, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS - Orientador(a) do(a) Departamento de Psicologia - UNESP Bauru / UNESP/Bauru, Profa. Dra. CAROLINA LAURENTI do(a) Departamento de Psicologia / Universidade Estadual de Maringá - UEM, Prof. Dr. JAIR LOPES JUNIOR do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências - UNESP/Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de BRUNO STERZA BAGGIO, intitulada "**DETERMINISMO E RESPONSABILIDADE MORAL NA OBRA DE B. F. SKINNER**". Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS


Profa. Dra. CAROLINA LAURENTI


Prof. Dr. JAIR LOPES JUNIOR

AGRADECIMENTOS

A Érico, meu orientador – por acreditar desde o começo.

A Kester – pela generosidade.

A banca avaliadora, Carol e Jair – por examinarem de forma tão sábia e terna.

E ao Leonardo, Douglas, Fernanda, Luiz, Aline, Alexia e Victor - que me ajudaram, de todas formas possíveis, nesses dois anos.

Obrigado.

[...] afinal, ela disse, que se um crítico soubesse tão bem demonstrar as falhas, as carências, os becos sem saída da literatura contemporânea, bastava, por via negativa, escrever evitando as falhas, como um motorista que percorresse uma estrada onisciente de todos os buracos, algo como um areopagita, e assim, nasceria um *Crime e Castigo* a cada ano, e as bibliotecas só teriam obras-primas; e se, hipoteticamente, a humanidade fosse extinta, e um extraterrestre chegasse a uma dessas bibliotecas, onde só haviam obras-primas, redondas feito esferas, teria a visão de que éramos uma sociedade enfadonha e cruel, onde tudo quanto fosse imperfeito e inacabado, tudo quando fosse processo ou diverso, era fadado à censura e excomunhão severa.

(Marcus Vinícius de Almeida)

Destoando dessa concepção, admite-se atualmente que tal pluralidade é uma característica indelével da própria ciência. A pluralidade atinge, agora, não apenas as teorias, mas o próprio mundo dos fatos. Ao invés de apenas simetrias, agora a ciência também se interessa por assimetrias, abdicando da velha estética do perfeito, na qual a perfeição é bela, e beleza é verdade. Em contraste, a ciência começa a ser orientada por uma nova estética, baseada na imperfeição: “é o imperfeito, e não o perfeito que deve ser celebrado” (Gleiser, 2010, pág. 15). Um mundo assimétrico é plural e não uno. Nessa ótica, o pluralismo epistemológico insurge como uma ferramenta para lidarmos de maneira mais efetiva com a natureza, com o homem e com a sociedade.

(Lopes; Laurenti; Abib, 2012, pág. 44)

RESUMO

As concepções de causa do comportamento humano estão intimamente ligadas com as práticas sociais. O determinismo é uma doutrina filosófica amplamente adotada dentro do Behaviorismo Radical e presente na obra de seu fundador, B. F. Skinner. Contudo, críticos alegam que quando o determinismo é aplicado a assuntos morais, este não permite a responsabilização do indivíduo por suas ações. Os conceitos tradicionais de liberdade esbarram na postura científica do behaviorismo, uma vez que não levam em consideração as causas do comportamento ao afirmar que o indivíduo possa deliberar livremente sobre suas ações sem dependência de eventos externos a ele. O objetivo deste trabalho é conceituar e discutir os conceitos de determinismo e responsabilidade moral na obra de Skinner. Para tanto, um percurso arqueológico guiado por um método de leitura epistemológico hermenêutico foi utilizado para investigação da obra do autor. Como objetos de estudo desse trabalho, foram selecionados os textos de Skinner posteriores à década de 50 até o final da sua produção, com a adição do livro *Walden II*. A análise realizada sugere uma defesa de noções deterministas na obra de Skinner que, contudo, são também ambíguas. Há afirmações passíveis de serem conciliadas com concepções de ciência indeterministas que compartilham espaço na obra do autor. Foi também identificada uma ampla rejeição ao conceito tradicional de responsabilidade individual na sua obra, sem a construção explícita de uma nova definição. Ao invés de privilegiar as teses relacionadas à liberdade, o autor demonstra como a ciência poderia participar da melhora significativa das condições de vida do homem. A análise permitiu estabelecer conexões com teses alternativas de responsabilidade de matriz pragmática. Uma definição de responsabilidade convergente com a obra atenta para o contexto em que esta é formada e a utilidade de impor contingências para o comportamento individual.

Palavras-chave

Behaviorismo. Determinismo. Responsabilidade. Skinner, Burrhus Frederic, 1904-1990.

ABSTRACT

Cause conceptions of human behavior are intimately linked with social practices. Determinism is a philosophical doctrine widely adopted in Radical Behaviorism and present in the work of its founder, B. F. Skinner. However, critics claim that when determinism is applied to moral issues, it does not allow individual accountability for their actions. The traditional concepts of freedom are averse to the scientific position of behaviorism, since they do not take into account the causes of behavior by affirming that the individual can deliberate freely on his actions without dependence on external events. The objective of this work is to conceptualize and discuss the concepts of determinism and moral responsibility in Skinner's work. For that, an archaeological approach guided by a hermeneutical epistemological reading method was used. As an object of study of this work, the texts of Skinner were selected after the 50's until the end of its production, with the addition of the book *Walden II*. The analysis suggests a defense of determinist notions in Skinner's work, which, however, are also ambiguous. There are statements that can be reconciled with indeterministic conceptions of science that share space in the author's work. A deep rejection of the traditional concept of individual responsibility in his work was also identified, without the explicit formation of a new definition. Instead of focusing on the themes related to freedom, the author demonstrates how science could participate in the significant improvement of man's living conditions. The analysis allowed to establish connections with alternative theses of responsibility of pragmatic conception. A definition of responsibility compatible with Skinner's work alert to the context in which it is formed and the utility of imposing contingencies on individual behavior.

Keywords

Behaviorism. Determinism. Responsibility. Skinner, Burrhus Frederic, 1904-1990.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
OBJETIVOS	14
MÉTODO.....	15
CAPÍTULO I – DETERMINISMO, RESPONSABILIDADE E BEHAVIORISMO RADICAL	17
1.1 Categorias de Determinismo	19
1.1.1 Determinismo Mecanicista.....	19
1.1.2 Determinismo Funcionalista	24
1.1.3 Indeterminismo	27
1.2 Categorias de Responsabilidade.....	32
1.2.1 Responsabilidade Racionalista.....	32
1.2.2 Responsabilidade Pragmática.....	38
1.3 Síntese	44
CAPÍTULO II – A UTOPIA DE SKINNER E SUAS INFLUÊNCIAS UTILITARISTAS E ROMÂNTICAS	46
2.1 Walden: a vida de Thoreau nos bosques	48
2.2 Walden II: um projeto para a boa vida em comunidade.....	53
2.3 Afirmação de determinismo em Walden II.....	55
2.4 Influências e contribuições de Thoreau em Walden II.....	57
2.5 Walden II e o Utilitarismo.....	63
2.6 Abandono da definição de responsabilidade?	67
2.7 Síntese	69
CAPÍTULO III – O DETERMINISMO COMO VALOR ÚTIL PARA A CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A RESPONSABILIDADE	72
3.1 Determinismo.....	73
3.3 Responsabilidade.....	80
3.4 Síntese	88
CAPÍTULO IV – AS ORIGENS DAS NOVIDADES E O TRATAMENTO DA LIBERDADE NO BEHAVIORISMO RADICAL.....	91
4.1 Ruídos entre determinismo e probabilidade	93
4.2 Perspectivas sobre a liberdade e controle do comportamento.....	100
4.3 Uma posição para a responsabilidade moral	106
4.4 Síntese	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE O DETERMINISMO, A RESPONSABILIDADE E AS POSSIBILIDADES ENVOLVIDAS.....	116
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

O comportamento humano é, conforme observado por Skinner (1953), um dos objetos mais complexos já estudados pela ciência. De acordo com Sidman (2009), grande parte dos problemas humanos advém da inabilidade de lidar com o próprio comportamento, sendo assim de grande preocupação entender por que as pessoas fazem o que fazem, de forma a lidar efetivamente com os problemas do mundo.

O senso comum está permeado de conceitos de causas do comportamento humano, o que exerce uma grande influência em como ele é explicado. As concepções de causas do comportamento humano estão intimamente ligadas a várias práticas das instituições políticas, jurídicas, econômicas, educacionais e científicas (CHIESA, 2006; LOURENÇO, 2013).

Tourinho (2003) afirma a impossibilidade de lidar com todas as variáveis das quais um comportamento é função. Segundo o autor, ainda que o comportamento humano seja de certo modo imprevisível, devido à unicidade da história de cada indivíduo, isso não impossibilita lidar com apenas algumas dessas variáveis, o que deve ser útil para alterar a probabilidade da ocorrência futura do comportamento, permitindo uma intervenção sobre este.

Duas condutas diferem sobre a explicação do comportamento humano: o determinismo e a definição tradicional de liberdade. Em linhas gerais, o determinismo é descrito como uma doutrina filosófica para a qual “todos os acontecimentos do universo, e em particular as ações humanas, estão ligados” (LALANDE, 1999, pág. 245). Os eventos do mundo seriam então resultado das leis naturais, causados pelas circunstâncias anteriores. Um emprego dessa acepção à psicologia afirma que as ações humanas não acontecem ao acaso, mas são explicadas pelas suas relações com outras variáveis, o que permite a sua investigação científica (STRAPASSON; DITTRICH, 2011).

Já a definição tradicional de liberdade é caracterizada como uma doutrina em que o homem, ou a divindade, é possuidora do livre-arbítrio (LALANDE, 1999). Os defensores do livre-arbítrio sobre a conduta humana argumentam que esta salvaguarda componentes que não são determinados por fatores externos ou internos, considerando uma racionalidade intrínseca ao homem (MARTELLETO FILHO, 2015).

Afirmações que defendem o estudo dos determinantes do comportamento são comuns em toda a obra de Skinner (GUIMARÃES; MICHELETTO, 2008). Em *Science and Human Behavior* (1953), o autor afirma o pressuposto de que o comportamento humano é determinado como condição necessária para a previsão e o controle propostos pela Análise do Comportamento. Nessa mesma obra, Skinner delimita o sentido de causa na ciência, que se

refere às mudanças das variáveis independentes, que ocorrem seguidas do efeito definido como mudanças nas variáveis dependentes. As relações de causa e efeito têm sentido especial para o autor, sendo vistas em uma relação funcional, e não na relação causa-efeito advinda do mecanicismo. O autor atenta para a necessidade de identificar as causas do comportamento para a sua investigação científica: “Descobrimos e analisando estas causas poderemos prever o comportamento; poderemos controlar o comportamento na medida que o possamos manipular” (SKINNER, 1953, pág. 23). Historicamente é no artigo *Selection by consequences* (SKINNER, 1981) que o autor mais detalhadamente identifica o modo causal de seleção por consequência para a explicação do comportamento humano. Este é produto simultâneo de três níveis de seleção e variação: a) a história evolutiva da espécie, b) história de reforço individual, e c) contingências mantidas pela cultura.

No que tange aos fundamentos do behaviorismo radical, é possível afirmar que Skinner é comumente caracterizado por seus estudiosos como defensor do determinismo tal como são comuns interpretações da obra de Skinner e posições na literatura dessa temática que sustentam uma posição determinista (BAUM, 2006; CHIESA, 2006; DITTRICH, 2009; STRAPASSON, DITTRICH, 2011).

Entretanto, existem divergências sobre a posição determinista do autor. Alguns intérpretes e comentadores da obra de Skinner afirmam que essa não é uniforme ou completamente coesa, mas apresenta variações no decorrer da linha do tempo de sua produção. Isso se deve, em parte, à extensa atividade do autor, que teve mais de sessenta anos de publicações. Moxley (1999) sustenta uma ruptura entre o que ele chama de dois Skinner's: o moderno e o pós-moderno. Enquanto o autor influenciado pelo pensamento moderno afirma as relações de necessidades, determinantes inexoráveis e leis globais na ciência; sua postura pós-moderna enfoca as relações de probabilidades, contextos complexos e imprecisão nas previsões.

A obra de Skinner é objeto de uma pluralidade de análises de cunho epistemológico. Esses estudos chegam em conclusões muitas vezes divergentes entre si. Isso se deve não só à complexidade e amplitude da obra de Skinner, mas também da diferença nos referenciais escolhidos para a análise da sua obra (TOURINHO, 1996). Laurenti (2008, 2009a), por exemplo, atenta que uma análise profunda da obra de tal autor aponta para a conciliação da ciência proposta por Skinner com pressupostos indeterministas. Isso se deve às afirmações ambíguas e o uso não preciso de termos deterministas na obra do autor, o que poderia abrir margem para uma interpretação indeterminista do comportamento. A própria definição dada pelo autor ao comportamento como um processo mutável, fluido e evanescente desafia uma lógica determinista absoluta. A aproximação de Skinner com o indeterminismo também é

possível dadas as influências filosóficas de Skinner, em especial o pragmatismo para qual o determinismo é alvo de críticas (LAURENTI, 2009a).

Não existe um consenso sobre o determinismo na literatura da Análise do Comportamento, sendo este visto de diferentes formas por autores da área. Slife, Yanchar e Williams (1999) afirmam que variados tipos de determinismo podem ser aplicados ao behaviorismo radical¹. 1) *Determinismo metafísico*: concepção segundo a qual os eventos da natureza, incluindo o comportamento, são universalmente resultado de eventos antecedentes e devido a isso não poderiam ser outros no presente. O comportamento então é essencialmente determinado e resultado de leis e causas naturais. 2) *Probabilismo metafísico* ou *indeterminismo*: esta noção, baseada na física moderna, afirma que os eventos naturais ocorrem parcialmente de forma aleatória, portanto a impossibilidade de sua previsão se deve tanto pela limitação instrumental e sua natureza física. Os diferentes níveis de seleção produzem variação randômica, que é selecionada por medidas ambientais. Esse tipo de indeterminismo adiciona ao comportamento uma faceta de aleatoriedade inerente ao seu estudo. 3) *Determinismo científico* ou *determinismo epistemológico*: que contesta a possibilidade de afirmar o universo de forma metafísica, mas afirma que os eventos naturais são melhor estudados em uma perspectiva determinista utilizando os métodos científicos. Isolando variáveis físicas passíveis de análise científica, o investigador do comportamento tem uma ferramenta útil para lidar com seu objeto de estudo. Nesta concepção não existe uma preocupação em afirmar ou não a determinação ontológica dos eventos naturais.

São muitas as críticas ao emprego do determinismo pelas ciências ao tratar de assuntos humanos. Na Análise do Comportamento, em especial, é criticada a pertinência da investigação científica sobre essa perspectiva, acerca do objeto de estudo ser determinado ou não e se é possível conhecer suas causas. Ainda é criticada a aparente não conciliação do determinismo aplicado ao comportamento com as noções tradicionais de liberdade e livre-arbítrio (SLIFE; YANCHAR; WILLIAMS, 1999). O presente trabalho é centrado na segunda categoria de críticas.

Em seu sentido tradicional, a liberdade é caracterizada como o não impedimento de agir de acordo com a própria vontade ou natureza. Uma noção de liberdade como oposto ao determinismo recai sobre a independência da vontade às causas externas ao indivíduo

¹ Ainda que na taxonomia apresentada, Slife, Yanchar e Williams (1999) incluam o probabilismo metafísico, também chamado de indeterminismo, como uma sub-categoria do determinismo, isto não é um ponto pacífico da literatura do tema. Outros trabalhos marcam diferenças maiores que colocam o indeterminismo na posição de negação do determinismo, sendo incerto a classificação deste como um tipo de determinismo (BISHOP, 2006; LAURENTI, 2008).

(LALANDE, 1999). É ainda comum o emprego do termo livre-arbítrio com o mesmo sentido de liberdade. O livre-arbítrio pode ser definido como a possibilidade de escolha na ação humana. A interioridade humana é o determinante maior para as ações e não as circunstâncias ambientais, traduzindo-se na autonomia (MORA, 2001).

A perspectiva do livre arbítrio, segundo Baum (2006), consiste em que as pessoas são origem e causa de suas próprias ações, sendo essa visão incompatível com o determinismo e, quando aplicada ao comportamento humano, o torna impossível de ser estudado como uma disciplina científica, já que o livre-arbítrio não seria um evento natural. Nessa perspectiva, enquanto o avanço científico adquire o conhecimento suficiente que permita uma previsão dos resultados das ações humanas, o livre-arbítrio advém da ignorância científica que não permite a previsão das consequências das ações (CARVALHO, 2005). Ainda segundo Baum (2006) os defensores do livre arbítrio argumentam para as implicações sociais da negação deste no contexto social. Em uma perspectiva a favor do livre arbítrio, afirmar que ações individuais são determinadas pela história tornaria contraditório punir ou recompensar os indivíduos por suas ações.

Já na tradição empírica e científica, entende-se que cabe à ciência buscar identificar as causas dos eventos naturais, permitindo uma melhor forma de lidar com estes. A tensão é criada quando a própria conduta humana é objeto de estudo científico. Escolhas humanas são apenas uma parte do mundo natural, o que as torna previsíveis, explicáveis e controláveis, tal como os outros objetos de estudo da ciência. Dessa forma, Conee e Sider (2007) acreditam que o livre-arbítrio perde suas características básicas como definidas tradicionalmente; com a instauração do determinismo na conduta humana concebe-se que não é o sujeito humano o “senhor absoluto” de sua trajetória, mas suas próprias escolhas, desejos e história são moldadas à fatores externos e anteriores a ele.

Tais posições supracitadas que atestam a incompatibilidade da liberdade na sua leitura tradicional com a ciência são consoantes ao pensamento de B. F. Skinner (1971). Para este, a literatura da liberdade consiste em atribuir a estados mentais ou sentimentos o estatuto de autonomia e liberdade do homem. Essa literatura deixa em plano secundário a relação de comportamento causado ou controlado por seu ambiente, considera que qualquer forma de controle implicaria em uma perda da autonomia humana. Dada a posição não-mentalista de Skinner e o comportamento sendo concebido como controlado (ou seja, dependente de outros eventos), tem-se um conflito da sua posição com a literatura da liberdade (LAURENTI, 2009b).

O avanço de uma visão determinista sobre as questões humanas afeta os conceitos relacionados à liberdade, em especial para este trabalho, a responsabilidade moral. De acordo

com Lalande (1999), essa é entendida como uma relação de um agente consciente que age livremente em relação aos seus atos, em que se torna aceitável as consequências de suas ações. Para essa tradição, somente um sujeito que age livre de fatores externos ou internos pode ser punido (ou ganhar mérito) por suas ações.

O conceito em si da responsabilidade moral reside em teorias racionalistas da natureza humana, contrárias à aplicação do determinismo aos assuntos humanos, já que a existência de um indivíduo que, livremente, faz escolhas, necessita de um agente que não é submetido às leis naturais. Em outras palavras, a consciência humana seria um fenômeno que não está submetido às demais leis que regem o mundo. Contrariamente, as explicações naturalistas e deterministas do mundo, que abrangem B. F. Skinner, avançam para os assuntos humanos e retiram o *status* fortuito deste (WALLER, 2011).

Diante do exposto, tem-se uma aparente contradição entre a investigação do comportamento de forma científica, orientada por variados graus de determinismo e a concepção de responsabilidade que pressupõe um sujeito livre para agir; o que constitui um problema relevante a ser explorado no âmbito dos fundamentos do behaviorismo radical.

Desse modo, a proposta deste trabalho é caracterizar a posição da teoria de B. F. Skinner acerca das posições divergentes de determinismos e analisar suas implicações para a concepção de responsabilidade. Para tanto, parte-se da hipótese de que a produção teórica desse autor sugere a impossibilidade de conciliar a perspectiva do comportamento como objeto de estudo controlado com os conceitos libertários de liberdade, sugerindo o abandono destes para fundamentar a responsabilidade moral em novos parâmetros a serem identificados na obra do referido autor.

A falta de clareza dos compromissos filosóficos do behaviorismo radical é amplamente reconhecida por seus defensores. Algumas das críticas endereçadas a ele apontam para o possível caos moral que o emprego de uma explicação do comportamento orientada pelo determinismo causaria. Segundo os críticos, não seria possível punir ou recompensar indivíduos por suas atitudes dado que sua ação foi determinada para além de sua vontade. Indagações a respeito de o mundo ser determinado são questões centrais na filosofia e nas ciências.

O determinismo pode ser considerado um problema filosófico central no behaviorismo radical, gerando consequências para a Análise do Comportamento. Também não é claro qual o sentido dado por B. F. Skinner para o determinismo em sua obra, havendo divergência entre seus comentadores, tampouco é consenso entre os analistas do comportamento qual determinismo deve ser empregado e quais suas consequências para os valores morais. Por fim, a noção de comportamento como determinado na Análise do Comportamento apresenta

consequências práticas para a vida social e produz um desafio ao pensamento clássico de liberdade.

Pelos motivos acima, uma sistematização do conceito de responsabilidade moral em conjunto com uma análise da sua interação com os compromissos com o determinismo se mostra relevante ao poder melhorar a compreensão de tais termos na produção teórica do autor. Em última análise, o esclarecimento destas questões permite a Análise do Comportamento se posicionar de melhor forma frente a questões sociais.

A presente dissertação é composta de cinco capítulos. O primeiro capítulo caracteriza concepções de determinismo e responsabilidade possivelmente conciliadas com o behaviorismo radical como forma de possibilitar a operacionalização da obra de Skinner a partir desses termos. O segundo capítulo trata exclusivamente do romance *Walden II*, devido se tratar do único texto analisado de ficção literária e também da sua data de publicação anterior a 1950. O restante da obra do autor foi dividido em dois momentos devido à diferença das teses prevalentes nos períodos. O terceiro capítulo trata dos textos selecionados das décadas de 1950 e 1960. O quarto capítulo aborda as décadas de 1970 até 1990. O último capítulo é composto da discussão geral e conclusão deste trabalho de dissertação.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Caracterizar e articular os conceitos de determinismo e responsabilidade na obra de B. F. Skinner.

Objetivos específicos:

- 1) Identificar e caracterizar a posição de B. F. Skinner quanto às concepções de determinismo mecanicista, determinismo funcionalista e indeterminismo.
- 2) Identificar e caracterizar a posição de B. F. Skinner quanto às concepções racionalistas e pragmáticas de responsabilidade.

MÉTODO

Este trabalho de dissertação analisa as concepções de determinismo e responsabilidade no Behaviorismo Radical, com uma investigação teórica da obra de B. F. Skinner calcada em um método epistemológico hermenêutico de leitura.

Seguindo as propostas de Abib (1996), o método epistemológico hermenêutico constitui-se como um discurso de segunda ordem, ou seja, a produção de um conhecimento sobre um conhecimento primário que é objeto de investigação. O objeto de estudo, o texto, é plural e aberto à ambiguidade de seus significados. Tal método objetiva desse modo a interrogação do texto em seu contexto, o âmbito cultural e histórico em que foi produzido o texto, para reflexão dele próprio. Pretende-se assim esclarecer o sentido do texto e formar um significado plausível que pode ser útil para o entendimento do assunto.

Como universo de estudo da presente dissertação, foram selecionados os textos fundamentais de Skinner quando relacionados com os objetivos desse estudo, além de textos auxiliares de críticos e comentadores da obra skinneriana com propósitos pertinentes à temática tratada nesse trabalho. A seleção dos textos fundamentais foi balizada por três textos de revisão da produção teórica de Skinner: Andery, Micheletto e Sérgio (2004), Carrara (1992) e Epstein (1977). Os textos auxiliares de intérpretes, comentadores e autores de outras áreas, foram escolhidos pela relevância e proximidade dos assuntos englobados pelos objetivos deste trabalho.

Dada à extensa produção de Skinner, datada de 1930 a 1990, foram selecionados livros e artigos do autor a partir da década de 1950, pois a partir dessa década aumenta a produção de textos teóricos que abordam uma análise científica do comportamento (LAURENTI, 2009a). Entretanto, *Walden II*, obra anterior à década de 1950, foi incluída na lista de livros, pois é um romance em que Skinner apresenta uma comunidade experimental que tem suas práticas culturais baseadas em princípios comportamentalistas, logo aborda uma temática valiosa para a presente pesquisa.

Para a análise da obra de Skinner, consideramos útil dividir seus textos em dois blocos, de acordo com as influências modernas e pós-modernas do autor, como visto em Moxley (1999). O primeiro bloco, baseado majoritariamente em concepções modernas de ciência, se concentra nas décadas 1950 e 1960 das publicações de Skinner. Já o segundo bloco, no qual é aberta com maior possibilidade uma interpretação pós-moderna de ciência, se refere predominantemente às décadas 1970 até 1990. Essa divisão foi realizada a fim de demonstrar uma

mudança no discurso do autor acerca do determinismo e suas implicações para o conceito de responsabilidade².

O presente trabalho foi alcançado analisando as obras selecionadas conjuntamente, abdicando de uma forma de análise dos textos em ordem cronológica, mas usando um percurso chamado "arqueológico" (Abib, 2001), em que o recorte temático de termos utilizados pelo autor compõe o significado dado aos conceitos tratados por esse estudo. Tal escolha se deve à convergência encontrada nos textos analisados para caracterizar determinismo e responsabilidade, dispensando a necessidade de diferenciação cronológica dentro dos dois períodos de produção.

Acompanhando a proposta de Laurenti e Lopes (2016), a análise foi feita com o encontro de definições que permitem compreender como Skinner entendia os conceitos de responsabilidade e determinismo. Após a leitura das obras selecionadas, foram escolhidos trechos da obra de Skinner que se relacionam com as categorias de determinismo e responsabilidade. Os trechos referentes às categorias foram agrupados em um banco de dados que deu direcionamento para a redação deste trabalho, servindo para demonstrar as divergências e congruências da posição do autor com as teses tradicionais de responsabilidade e liberdade. Por último é ilustrado qual o encaminhamento dado pelo autor ao problema do determinismo e responsabilidade na sua proposta de ciência do comportamento. A partir desses elementos procurou-se realizar os objetivos de caracterização e definição das concepções do objeto de estudo, os relacionando com a posição de comentadores selecionados fomentando uma análise da hipótese norteadora da pesquisa.

² Mesmo Moxley (1999), defensor da ideia de uma transição entre ideais modernos e pós-modernos na obra de Skinner alerta que esta não deve ser tomada em extremo dado que é um traço comum ao longo da produção do autor a alternância de influências. É possível encontrar ressonâncias modernas em décadas posteriores à década de 1960 da produção de Skinner, tal como também influências que direcionam para uma perspectiva pós-moderna em obras anteriores. Isto aponta uma ambiguidade na sustentação do autor que foi também identificada pelo presente trabalho.

CAPÍTULO I – O PROBLEMA DO DETERMINISMO E RESPONSABILIDADE NO BEHAVIORISMO RADICAL

Um olhar atento para as formas de produção de conhecimento da psicologia torna viável o diálogo desta disciplina com a filosofia. Ambas disciplinas comumente figuram na conjuntura da produção do conhecimento como distantes ou com estritas relações entre si. Se, por um lado, o contexto institucional promoveu uma cisão entre filosofia e psicologia do polo científico, tornando quase inviável a integração dessas, por outro, pesquisas empíricas da psicologia com forte relevância social reacendem a discussão dos compromissos filosóficos da ciência. Portanto, a filosofia que não tinha espaço no contexto institucional que privilegia a formação técnica do psicólogo, agora é reconhecida como indissociável das ciências (LOPES, 2016). Afirmar a importância de pressupostos teóricos na pesquisa é conexo à afirmação dos filósofos Popper, Kuhn e Quine, de que uma observação científica se faz no arcabouço de uma teoria, ou de que as teses psicológicas estão mergulhadas em pressupostos ontológicos e epistemológicos, e implicações éticas, que torna as duas disciplinas atreladas (CASTAÑON, 2008).

As ciências, aqui em especial a psicologia, se beneficiam diretamente do diálogo com a filosofia da ciência e da ética. Questões clássicas da filosofia são fronteiriças ao campo de estudos da psicologia, como por exemplo: há a presença de um determinismo no processo humano de escolha? Se as escolhas humanas são determinadas neurologicamente ou ambientalmente, ainda há sustentação para o conceito de responsabilidade?

Vemos através do segundo exemplo que achados científicos também provocam mudanças em postulados filosóficos.

As questões anteriores são uma ilustração de indagações do escopo desse trabalho que historicamente estão presentes na filosofia e na psicologia e mostra a permanente relação entre as duas disciplinas. O diálogo mais aberto entre psicologia e filosofia abre a possibilidade para a incorporação do conhecimento produzido nos dois campos, assim como permite o delineamento teórico de pesquisas empíricas, em que é esclarecido o sentido do conhecimento elaborado em psicologia e também as suas implicações éticas (CASTAÑON, 2008; LOPES, 2016).

Historicamente, o behaviorismo surge como uma alternativa a outros projetos de psicologias que operavam com formas de explicações internalizantes – sendo esses nomeados “mentalismos” por Skinner. As formas mais comuns de explicação para o fenômeno comportamental que Skinner questionava em sua obra recorriam à teorias conceituais mentais ou agentes internos fisiológicos (CARVALHO NETO; TOURINHO; ZILIO; STRAPASSON,

2012; CASTRO, 2013; FIGUEIREIDO, 2013). O fundamento do behaviorismo radical por Skinner permite a construção de uma ciência que considera a relevância das variáveis fisiológicas no comportamento, mas que tem o comportamento operante como seu próprio objeto de estudo e um instrumental focado na análise das variáveis ambientais que controlam o comportamento do organismo. Isto posto, a Análise do Comportamento é constituída como uma ciência distante das explicações baseadas na fisiologia, e ainda, do então estado do conhecimento sobre a mente e o comportamento oriundo da Psicanálise e da Psicologia Introspectiva.

Como comentam Todd e Morris (1983), são lugares comuns difundidos em livro-textos sobre Skinner que sua psicologia se distancia de problemas filosóficos, ou mesmo que é ausente a importância do Behaviorismo Radical como filosofia da ciência. Alguns materiais ainda mencionam Skinner como um ateu, preocupado apenas com a descrição de eventos através da análise experimental (BETTIO; LAURENTI; LOPES, 2014; CARRARA, 1998). Descrever assim Skinner merece ressalvas, primeiramente porque é evidente que o autor construiu uma ampla literatura especulativa expandindo os horizontes de como descobertas experimentais poderiam contribuir para a solução de problemas humanos (PLAZAS, 2006). Ainda, o autor assume a postura de que a formulação de teorias do comportamento, com base nos achados do laboratório, não apenas são possíveis, mas necessárias. Com o fazer científico é preciso assumir alguns pressupostos que organizam a compressão dos fenômenos estudados pelo pesquisador. Portanto, assumir que o autor seja um ateu, ou antiteu, é um contrassenso frente ao Behaviorismo Radical enquanto filosofia para a Análise Experimental do Comportamento (CARRARA, 1998).

Recentemente, tem sido amplamente assumido na literatura behaviorista a importância da filosofia para a compreensão e direcionamento do behaviorismo radical (ARAÚJO, 2016; LOPES, 2016). A pesquisa conceitual em psicologia, aqui em especial na Análise do Comportamento, pode contribuir para a identificação dos compromissos filosóficos da teoria. Em última análise, isso permite construir um conhecimento prático mais simétrico com os pressupostos basilares do behaviorismo radical, tal como a identificação de incoerências em seu arcabouço teórico conceitual (LAURENTI, 2009a).

A obra de Skinner, como objeto de estudo desse trabalho, é aberta à interrogação e passível de interpretação de novos significados por meio da filosofia (ABIB, 1996). Para a presente pesquisa, se faz necessário interrogar na filosofia o sentido e as implicações do determinismo para com a ideia de responsabilidade, a fim de esclarecer o seu emprego na obra de Skinner. Este trabalho pretende investigar como o determinismo produz consequências para

o entendimento de responsabilidade. O determinismo é um tema central na ciência e na filosofia, pois a forma como é pensada a regência da causalidade sobre as leis naturais acarreta problemas práticos à postura de investigação do cientista e impõe limites ao conhecimento produzido.

Em sua obra, B. F. Skinner frequentemente se referia à importância do comportamento ser regido por leis para que este possa ser um fenômeno passível de investigação científica, o que permitiria um modo melhor de lidar com os problemas sociais ao invés da crença de que o comportamento é completamente caótico e motivado pelo acaso. Constantemente o autor é tido como um dos mais famosos defensores do determinismo aplicado aos assuntos humanos durante o século XX, como afirma Waller (2011). Entretanto, na produção de conhecimento recente, o determinismo em si é alvo de críticas tanto pela Análise do Comportamento quanto pela filosofia (BISHOP, 2005; MOXLEY, 1999).

Este primeiro capítulo pretende atender ao objetivo de apontar as categorias que servirão de ponto de partida para a análise das congruências e divergências de Skinner com as concepções de determinismo e de responsabilidade aqui apresentadas. Para tanto, foram consideradas as seguintes categorias: no âmbito do determinismo, o *mecânico*, o *funcionalista* e o *indeterminismo*; no âmbito da responsabilidade moral, as perspectivas *racionalista* e *pragmática*.

1.1 Categorias de Determinismo

1.1.1 Determinismo Mecanicista

O determinismo, em geral, obedece à ideia de que o passado define o presente e o futuro, sendo que os eventos não poderiam ocorrer de outra forma senão pelo que já foi estabelecido. Dentro do conjunto de teses deterministas, o de inspiração mecanicista – ou laplaciano – é um dos formatos iniciais de determinismo mais comumente atribuídos ao behaviorismo. Contudo, como pontuam Cruz e Cillo (2008), a aproximação do mecanicismo com a obra madura de Skinner é também passível de muitas críticas e pouco usual na própria literatura da Análise do Comportamento (GUIMARÃES; MICHELETTO, 2008). Cabe aqui ressaltar quais os pressupostos do determinismo mecânico para em capítulos seguintes averiguar a proximidade desse na obra de Skinner.

O mecanicismo pode ser entendido como uma concepção de funcionamento da natureza com raízes históricas nos filósofos atomistas gregos e na física clássica (FIGUEIREDO, 2013;

SILVEIRA, 1993). É atribuída a Galileu a inauguração de um modelo explicativo para o movimento da matéria que rompe com os conceitos de intenção e direção da *physis aristotélica* para a qual o fenômeno é determinado pela sua causa final. Para Galileu, o movimento de um corpo não obedece a determinado propósito ao qual o objeto segue, mas sua causalidade reside nos fatores de aceleração e direção que lhe dão rumo e direcionalidade. Operações matemáticas são suficientes para a representação do encadeamento unidirecional de causa e efeito que expliquem o movimento do objeto através da força de seus agentes, o que também permite a homogeneização dos eventos do universo em denominadores comuns.

No ápice da física clássica, Newton sistematizou uma mecânica que igualava os eventos naturais como realmente objetivos, através de uma codificação matemática em um sistema geral de leis que descreviam determinantes universais do movimento. Assim, eram superadas as diferenças qualitativas entre os eventos que passaram ser tratados sob uma perspectiva quantitativa. Buscar uma representação matemática do comportamento do universo implica reduzir estes a partículas com propriedades mensuráveis. A visão de natureza newtoniana celebra o funcionamento do universo como um grande relógio, símbolo da perfeição mecânica que demonstra a onipresença de leis em um determinismo irrestrito (FIGUEIREDO, 2013).

Apesar dos físicos Galileu e Newton serem vistos como dois dos principais responsáveis pela consolidação do mecanicismo na ciência, nenhum destes abordou o termo “determinismo” em sua produção. “Determinismo” é uma expressão mais recente nas produções científicas, sendo atribuída ao matemático L. S. Laplace a sua sistematização paralela à noção de causalidade newtoniana. No “determinismo laplaciano” as disposições de necessidades do passado são dadas de tal forma que é possível deduzir o futuro através dessas condições iniciais (PATY, 2004). Entretanto, a limitada capacidade humana é uma barreira insuperável para o conhecimento de todos os fatores. Para demonstrar a plausibilidade da ontologia de um universo ordenado, Laplace cria a figura de uma inteligência que identificando todas as forças do universo poderia prever tudo com precisão absoluta:

Podemos considerar o estado atual do universo como o efeito de seu passado e a causa do seu futuro. Um intelecto que, em certo momento, conhecesse todas as forças que põem a natureza em movimento e todas as posições de todos os itens de que a Natureza é composta, se este intelecto fosse também suficientemente vasto para submeter esses dados à análise, poderia em uma única fórmula expressar os movimentos dos maiores corpos do universo e do átomo mais ínfimo; para tal intelecto nada seria incerto. E o futuro, assim como o passado, estaria presente diante de seus olhos (LAPLACE, 1814, pág. 2).

Estão expressos na citação de Laplace os compromissos de uma física que ao afirmar a relação de todos os eventos do universo que podem ser apreendidos de forma linear, permite a investigação das forças numa linguagem matemática, proporcionando um instrumento para

previsão da natureza. Desse modo, o cientista munido do conhecimento das leis gerais e das condições particulares de ocorrência do fenômeno observado conseguiria dedutivamente uma previsão do estado futuro e retrodizer o passado (LAURENTI, 2009a; SILVEIRA, 1993).

O êxito que a mecânica newtoniana teve na produção de teorias e modelos explicativos fez com que a visão de um mundo rigorosamente determinado por leis fosse consolidada. Tal concepção presente no rol das ciências naturais também influenciou com grande importância às formulações das ciências humanas. Na psicologia o mecanicismo contribuiu para a decomposição do fluxo comportamental através do bem estabelecido estudo fisiológico das atividades reflexas, o que levou alguns projetos de psicologia considerarem o reflexo como unidade básica para toda classe de comportamentos (FIGUEIREDO, 2013). A produção do russo Sechenov é um exemplo da elementarização do comportamento na identificação de estímulos e respostas. Para esse autor, o comportamento dos seres vivos é um processo similar ao movimento automático e mecânico.

Bechterev e Pavlov, também russos, foram pioneiros ao realizar experimentações com animais vivos e intactos. Estes se interessavam em como o sistema nervoso íntegro dos organismos é suscetível ao tratamento científico. Previamente, o estudo da reflexologia era predominantemente realizado com intervenções cirúrgicas nos animais. A importância da afirmação de Pavlov de que o estudo do comportamento em animais superiores com organismo intacto é acessível aos métodos das ciências naturais foi um importante marco para a psicologia científica. Sem recorrer à introspecção ou inferência de estados mentais, Pavlov interessou-se pelo papel do ambiente estimulador. A ênfase estava na conexão entre o fenômeno ambiental e a faculdade responsiva do organismo sobre esse fenômeno. Suas descobertas culminam no condicionamento por associação de estímulos ou reflexo condicionado (CHIESA, 2006).

As produções de Bechterev e Pavlov são caracterizadas por sua associação ao mecanicismo de decompor os elementos dos comportamentos complexos em estímulos e respostas. As respostas são eliciadas por estímulos antecedentes, o que aproxima o reflexo condicionado do sistema mecânico linear. A influência de Pavlov é observada em algumas versões do behaviorismo norte-americano, em especial J. B. Watson, que buscou aproximar os métodos da psicologia com os das ciências naturais (FIGUEIREDO, 2013). Watson não privilegiou os conceitos mentais pois a metodologia disponível para estudo desses era demasiada imprecisa, especialmente a introspecção, mas concentrou-se no comportamento publicamente observável. O programa de Watson usou as mesmas unidades de estímulo e resposta que Pavlov, o interesse estava na aquisição de reflexos através do emparelhamento de estímulos.

Pavlov e Watson são exemplos da decomposição do fluxo comportamental sobre a forma do estudo do reflexo. São expressões da crença do determinismo mecânico, assim como em algumas outras variações do behaviorismo estadunidense, ao relacionar o estudo do comportamento à reflexologia. Nessas produções a aprendizagem esteve reduzida a um automatismo, entendida como conjunto de estímulo e resposta, que produz a aprendizagem excluindo a intenção e propósito do comportamento. Do mesmo modo, o próprio fenômeno é entendido em termos mecânicos, sendo seu formato de estudo fragmentado em "peças" analisadas separadas do todo, configurando uma perspectiva atomista de natureza que presume uma passividade do organismo diante do ambiente (FIGUEIREDO, 2013). Entretanto, incluir toda a obra de Watson dentro do rótulo do mecanicismo corre o risco de excluir elementos importantes de seu trabalho com características funcionalistas. Desse modo, como afirmam Carrara e Gonzalez (1996) é mais seguro falar sobre elementos mecanicistas dentro do trabalho desse autor pioneiro.

O determinismo mecanicista também é observado em produções fora da reflexologia. São encontradas similaridades entre figuras muito difundidas na psicologia (e erroneamente atribuídas ao comportamentalismo), como no ambientalismo e na teoria da tábua rasa do empirismo lockeano, no qual todo comportamento é meramente o produto de um ambiente social. Do mesmo modo na reflexologia, há a assunção de um indivíduo passivo. A sociedade e a natureza externa são a causa para a formação do sujeito, que tem seu papel ativo e transformador reduzido (FIGUEIREDO, 2002; LAURENTI, 2009a).

A concepção de determinismo mecânico adotada na perspectiva da psicologia estímulo e resposta de Watson possui limitações e distância com a proposta de ciência do comportamento de Skinner. O determinismo ambientalista em Watson pontua que o comportamento é uma consequência direta invariável de um estímulo ambiental. O objetivo era a formulação de leis e ordenações que permitiram especificar a resposta dado o estímulo apresentado (WATSON, 1919). Esse projeto de psicologia resultaria em um catálogo infinito de reflexos adquiridos, o que Skinner chamou de "botanização" de reflexos e culminaria em um "programa de pesquisa impraticável" (1938, pág. 10). O behaviorismo radical se afasta da psicologia pautada no estímulo e resposta, em que o comportamento é linearmente eliciado por um estímulo, para demonstrar as variáveis ambientais que fornecem ocasião para a ocorrência do comportamento (CHIESA 2006; FIGUEIREDO, 2013; LAURENTI, 2009a).

Outra limitação é sobre a abordagem de eventos privados por Watson e outros behavioristas. Se por um lado foram bem-sucedidos nos seus objetivos ao trabalhar sem digressões filosóficas e se voltar apenas para os antecedentes, por outro retiraram do âmbito da

psicologia científica a possibilidade explicativa dos eventos privados. Já o behaviorismo radical examina o pensamento ou a cognição, entendidos em termos comportamentais, pelo efeito do controle exercido pelo ambiente (SKINNER, 1974a).

O behaviorismo radical é reconhecido pela sua postura crítica às explicações internalizantes da fisiologia. Surge, historicamente, como uma forma de independência da psicologia do campo de estudo de outras psicologias que ocupavam o espaço da Análise do Comportamento. O reflexo adquirido, como dito anteriormente, foi uma unidade de explicação que pretendia abranger todo tipo de comportamento. Antes de qualquer formulação do conceito de comportamento operante, o próprio Skinner iniciou sua carreira acadêmica no departamento de fisiologia, no qual o comportamento era estudado por ele dentro dessa perspectiva (CASTRO, 2013; FIGUEIREDO, 2013).

O período de sua formação acadêmica na década de 30 mostra uma importância trajetória na obra do autor. Em 1931 publica o artigo *The Concept of Reflex in Description of Behavior*, em que defende a ideia do reflexo como unidade de análise estendida para todo comportamento. Em sua tese de doutorado que deu origem ao livro *The Behavior of Organisms* (1938), Skinner descreve mais detalhadamente as propriedades do reflexo. Este não possui propriedades neurais, mas é constituído do estímulo ambiental seguido de uma resposta. Há importantes passos para a consolidação da Análise do Comportamento no livro, como o desenvolvimento de taxas de respostas como forma de medição e o uso do termo reforçar ao invés de condicionar. Ainda que nesse período o autor tenha se vinculado com termos reflexológicos, sua tese central é de que a interpretação seja baseada no ambiente, ideia que iria desenvolver mais tarde (CASTRO, 2013; TODOROV, 2008; ZILIO, 2015).

Mais adiante em sua obra, Skinner percebe as limitações do uso do reflexo como forma de explicação para comportamentos complexos. O interesse do autor se volta para o estudo de consequências do comportamento emitido. Por exemplo, ao observar que um rato pressionava a barra evitando um choque elétrico (punição) e esse comportamento aumentava de frequência, percebeu uma relação do organismo com o ambiente. O fundamento do conceito de comportamento operante e a contingência de três termos são decisivos para o behaviorismo radical e marcam uma importante desvinculação das explicações mecanicistas comuns no behaviorismo watsoniano (CASTRO, 2013; CHIESA, 2006).

Ainda que algumas influências históricas sobre Skinner estejam alicerçadas em matrizes psicológicas mecanicistas, o autor rompe com esse tipo de determinação mais adiante em sua obra. Também se torna um crítico do determinismo mecanicista na psicologia, como observado em *About Behaviorism* (1974a), que esclarece as principais críticas endereçadas à sua ciência.

Por fim, o fenômeno do comportamento operante, objeto de estudo do behaviorismo radical, não comporta a descrição mecanicista clássica. A própria definição de comportamento reside na sua função dentro de seu ambiente, ou seja, explicado pelo seu contexto. As causas do comportamento não são lineares já que não podem ser descompostas em elementos que formam o estado inicial, mas a sua explicação reside na multideterminação por variáveis de campos diferentes e de forma entrelaçada (CARRARA; GONZALEZ, 1996).

Em resumo, o conceito de comportamento operante é marcante para o desenvolvimento do behaviorismo radical fundado por Skinner, nele o organismo responde ao ambiente produzindo uma consequência que retroage sobre ele. Já o modelo de causalidade mecânico e o determinismo laplaciano que descrevem os fenômenos de forma unidirecional e linear são normalmente retratados como incompatíveis com o objeto de estudo do behaviorismo radical. A maioria das afirmações na literatura que caracterizam a psicologia de Skinner como uma forma de mecanicismo o fazem como uma forma de crítica ao behaviorismo radical. É marcante na literatura da própria Análise do Comportamento um rompimento com pressupostos mecanicistas.³

1.1.2 Determinismo funcionalista

O determinismo mecanicista recuou em diversos campos da ciência durante o século XX. No âmbito da matemática o determinismo laplaciano encontrou incoerências com a sua pretensão de previsão unívoca. A impossibilidade do conhecimento de todas as variáveis compromete extensamente a previsão absoluta. Os fenômenos matemáticos antes tratados como rigidamente ordenados agora guardam elementos de incerteza no plano epistemológico, o que abre espaço para as diversas possibilidades no futuro (SILVEIRA, 1993). Além da incoerência na matemática, o determinismo mecanicista encontrou problemas com a inauguração da termodinâmica, que afirma uma irreversibilidade incompatível com o princípio de decomposição linear. Mais adiante, a física quântica rompe com a sustentação do mecanicismo na física ao descrever eventos que não comportam uma explicação da mecânica clássica. No campo da biologia o mecanicismo também encontrou restrições, a auto-organização voltada

³ Apesar de que críticas ao mecanicismo sejam uma figura comum na literatura sobre o behaviorismo radical como foi explorado neste trabalho, há defesas consistentes para o emprego do mecanicismo na Análise do Comportamento. Essas teses apresentam a ideia de que o fenômeno comportamental não é incompatível com uma visão mecanicista de natureza e que seu emprego traria resultados promissores para seu estudo, principalmente no campo experimental (DELPATRÔ, 1993; HACKENBERG, 1996; MARR, 1996). Isto atesta a pluralidade de ideias acerca dos compromissos filosóficos do behaviorismo radical e a extensão da literatura produzida no tema.

para as adaptações presente nas estruturas biológicas oferece um desafio à decomposição linear como ferramenta de estudo (FIGUEIREDO, 2013; PONTES, 2016).

A explicação de fenômenos biológicos reside no conceito de adaptação. As diversas disciplinas biológicas interessadas na reprodução e evolução dos seres vivos contemplam uma plasticidade do organismo voltada para a adaptabilidade de sua sobrevivência. Descrever a estrutura do organismo é necessariamente explicar sua função. A explicação de um fenômeno biológico, então, é subordinada à análise funcional dos seus efeitos adaptativos. O conceito de organismo é aparente no começo e final da análise, a função de uma parte só pode ser explicada à medida que é esclarecido seu papel para o todo. Pressupõe um funcionamento global que visa uma adaptação conforme a interação do organismo com o ambiente, o que revela também uma dimensão temporal na análise (FIGUEIREDO, 2013).

É dentro desse histórico das ciências biológicas que surgem os behaviorismos na América do Norte. O behaviorismo radical de Skinner é fundado juntamente com o conceito do comportamento operante. Como dito anteriormente, o comportamento do organismo produz uma consequência no ambiente que retroage sobre o organismo. A presença de um estímulo discriminativo é ocasião para a ocorrência da resposta e a consequência sobre a resposta é alteradora da probabilidade de sua emissão futura. O comportamento operante é então emitido, e não eliciado diante dos estímulos ambientais necessários, como acontece no reflexo. De tal modo, a Análise do Comportamento proposta por Skinner denota incompatibilidade com o mecanicismo ao focar a adaptação do organismo. O comportamento não é meramente produto da estimulação ambiental, tampouco sua explicação está inteiramente dentro do indivíduo, mas nas relações entre organismos e ambiente (CARRARA, 1998; FIGUEIREDO, 2013).

Por sua vez, o estudo das relações funcionais do organismo não é reversível como expressos na análise linear e unilateral. Mas a própria definição do comportamento reside no seu efeito no ambiente. Em outras palavras, não é possível decompor em parte o fenômeno comportamental explicando-o separadamente do seu ambiente. Chiesa evidencia que as unidades de análise do modelo funcional não são elementos da topografia da resposta, como as pressões à barra do rato na gaiola experimental ou as reações fisiológicas do corpo durante a resposta, mas as relações entre o comportamento e o mundo, ou seja, “o comportamento em seu contexto” (1992, pág. 189).

Ainda segundo Chiesa (2006), o sistema explicativo do behaviorismo radical para o comportamento foi influenciado pela filosofia da ciência do físico Ernst Mach, autor que se distanciou do modelo da ação e reação proposto por Newton. Para Mach o apelo à força dos

agentes que produzem um acontecimento é substituída pela investigação das relações funcionais do fenômeno, gerando a noção de interdependência funcional, que rompe com a tradição do determinismo mecânico de causa e efeito. O próprio Skinner assume a influência desse autor na elaboração do behaviorismo radical. Por sua vez Mach foi influenciado pelo empirista David Hume. Segundo esse último, a observação de um fenômeno repetidas vezes provoca a percepção sensorial ao observador de uma correlação de causa e efeito. Entretanto, Hume é cético sobre a possibilidade lógica de comprovação do status causal dos fenômenos. O que o cientista faz é descrever relações funcionais que ocorrem acerca do fenômeno. Aplicada ao comportamento humano, a explicação é a descrição da covariância entre as variáveis dependentes e independentes, isto é, como elas estão relacionadas (SLIFE; YANCHAR; WILLIAMS, 1999).

A causação numa explicação funcional é múltipla e não una, no sentido exposto por Skinner de que uma resposta é função de mais de uma variável, tal como uma única variável afeta mais do que uma resposta. Também a análise funcional do comportamento não pretende prover os elos entre acontecimentos como no mecanicismo. A explicação para um comportamento não reside em descrever passo a passo a sequência de eventos do estímulo até a resposta, mas se baseia num sistema de seleção análogo ao darwinismo, no qual a explicação se encontra num processo moldado ao longo do tempo (em níveis filogenéticos e ontogenéticos). Essa relação temporal se distancia do imediatismo da causalidade de ação e reação típica do mecanicismo, pois nem sempre a variável acompanha imediatamente a resposta.

A causalidade para Skinner é representada na seleção do comportamento. O comportamento, como um traço genético da espécie, é selecionado pelas suas consequências reforçadoras produzidas. A seleção ocorre em três níveis que são campos de estudos de diferentes disciplinas: a seleção filogenética, seleção das práticas culturais e a seleção ontogenética (SKINNER, 1981). A causalidade está na multideterminação desses três diferentes níveis. Dado que as características adaptativas são selecionadas ao longo do tempo, a ação do indivíduo é o produto da interação dos efeitos passados e sua interação com as contingências em vigor e não de uma progressão linear contígua. Averiguar a experiência do organismo com seu ambiente é parte fundamental da causalidade no behaviorismo radical, o que o caracteriza como uma ciência histórica (CHIESA, 2006).

A consequência direta do determinismo funcionalista é a redução da importância da causa e efeito nas explicações científicas. O analista do comportamento então abdicaria da causalidade mecanicista, sua explicação reside na descrição das correlações do que acontece

em relação ao fenômeno comportamental. Para manter-se coerente com o princípio do funcionalismo, o cientista deve abrir mão de explicações estritas para causação do comportamento, como afirmar que uma variável é estritamente determinante. Isto pode revelar alguma incoerência na prática dos analistas em usar uma linguagem de causa e efeito.

Ainda que esta categoria de determinismo reconheça a impossibilidade de afirmações estritas entre eventos, parece uma prática recorrente na obra de Skinner atribuir status causal às variáveis ambientais. Como comentam Slife, Yanchar e Williams (1999), o autor faz repetidamente descrições de ordem metafísica sobre o ambiente. Recuperando a citação de Skinner: “Se vamos usar os métodos da ciência em assuntos humanos, devemos pressupor que o comportamento é ordenado e determinado” (1953, pág. 7). Afirmações que mostram uma relação de causa e efeito também estão presentes em décadas seguintes na obra do autor: “A análise experimental do comportamento vai diretamente às causas antecedentes que estão no ambiente” (SKINNER, 1974a, pág. 30).

Dada a premissa do determinismo funcionalista, para qual a atividade do cientista é descrever o fenômeno e não apontar relações rígidas de causa e efeito, o comportamento não pode ser decomposto para privilegiar uma de suas partes como responsável pela causalidade, mas uma parte é funcionalmente dependente do todo. Acompanhando a crítica de Slife, Yanchar e Williams (1999), o pesquisador que clamar por postura de investigação orientada pelo determinismo funcionalista não escapa de fazer afirmações sobre a realidade metafísica do objeto de estudo, já que tal tipo de afirmação parece ser inerente à prática do cientista ao descrever o fenômeno. Os autores apontam uma necessidade de esclarecimento do determinismo funcionalista sobre como um método puramente descritivo lida com os enunciados ontológicos feitos pelos cientistas.

1.1.3 Indeterminismo

Uma primeira sondagem na literatura da Análise do Comportamento sobre aspectos filosóficos do behaviorismo radical mostra uma visão de incompatibilidade com o indeterminismo. Este é referido como uma posição não-científica como a crença de que o comportamento humano é errático ou livre. O determinismo então seria uma postura fundamental para a psicologia como ciência ou profissão, pois é o que permite a procura por explicações para o comportamento ou outro fenômeno psicológico. Também é o que justifica a atuação profissional, pois o psicólogo altera contingências manipulando as variáveis independentes que determinam o comportamento que pretende modificar. Em resumo, uma

postura determinista na Análise do Comportamento é validada pela sua utilidade. Já o indeterminismo não-científico apresentaria empecilhos ao afirmar graus de aleatoriedade impenetráveis à Análise do Comportamento, o que paralisaria o empreendimento científico e inviabilizaria a intervenção diante de eventuais inexatidões.

Entretanto, é sabido que não há consenso sobre qual o tipo de determinismo adotado pelo behaviorismo radical, e a discussão dos argumentos favoráveis e contrários à aplicação de cada determinismo parece encaminhar para uma incompletude, já que o comprometimento com uma categoria de determinismo é sujeito à crítica em algum ponto e parece atribuir algum tipo de empecilho para o estudo do comportamento (SLIFE; YANCHAR; WILLIAMS, 1999).

Também é notório que em outros campos da ciência, como a física quântica, há críticas ao determinismo que prescrevem uma epistemologia indeterminista sem abandonar o caráter científico. Insurge então uma concepção de indeterminismo científico comumente correlacionado com processos físicos ligados às ideias de incerteza e indeterminação na descrição dos fenômenos estudados. Descrições indeterministas nas ciências exatas são alternativas ao pensamento determinista, tido por alguns como estrito e, portanto, insuficiente para expressar a complexidade e variação do fenômeno (ATMANSPACHER; BISHOP, 2002).

Nesse sentido, a crítica ao uso do termo determinismo se dá pela sua proximidade indissociável com termos mecanicistas. Essa alternativa responde aos problemas levantados pela causalidade mecânica compostas de leis rígidas e agentes necessários. Porém, ao invés de apontar uma alternativa como a manutenção do determinismo operando de forma funcionalista, como exposto na seção anterior, a tese indeterminista foca na impossibilidade de certeza e identificação de agentes causais nas explicações científicas. Esses motivos favorecem a abertura da interpretação para uma possibilidade de investigação do comportamento orientada pelo indeterminismo.

É observada em algumas defesas do indeterminismo a tese de que os motivos que fizeram Skinner anunciar uma postura determinista são históricos e o determinismo não seria em si um elemento basilar para o behaviorismo radical, como defende Moxley (1997). Segundo o autor, Skinner, como declarado em suas autobiografias, era um leitor de autores favoráveis a uma interpretação determinista da natureza, como Russell, Pavlov e Watson. O paradigma de estímulo e resposta estudado por Watson atesta uma crença na previsibilidade do comportamento baseada na identificação dos estímulos do ambiente. Estas concepções motivaram fortemente Skinner na busca por leis baseadas na causalidade do comportamento e eram o contexto científico do ambiente em que o autor iniciou suas pesquisas em laboratórios de fisiologia.

Ainda é sabido que Skinner criticava o espaço psicológico ocupado pelas teorias classificadas como “mentalismos” e parte do vocabulário do senso comum para qual toda a causa do comportamento estava dentro do indivíduo. Também florescia outro tipo de explicação internalista no formato do “fisiologismo” que atesta os eventos biológicos como a causa inerente do comportamento. Esses tipos de abordagem, segundo Skinner, afastavam a possibilidade do tratamento científico de uma análise orientada para as variáveis ambientais (CARVALHO NETO *et al*, 2012). Estes podem ter sido motivos para Skinner afirmar com tal ênfase a determinação do comportamento em um plano ambiental, o que permite a previsão e controle pelo conhecimento das variáveis certas. Desta forma é levantada a hipótese de que Skinner afirmou a determinação do comportamento como uma forma de evidenciar a eficácia de sua filosofia de ciência, o behaviorismo radical, e não que o autor pensava no comportamento como estritamente determinado.

Ao mesmo tempo em que o jovem Skinner se interessava pelo comportamento humano insurge entre os físicos outra concepção sobre o funcionamento do universo. As evidências observadas no estudo de fenômenos eletromagnéticos sugerem uma incompatibilidade com a intenção do determinismo de inspiração laplaciana de prover uma previsão absoluta. O intento científico de explicar o mundo na sua totalidade parece cair por terra com a consolidação da física quântica. O espaço da física, antes ocupado pela mecânica clássica, agora elabora explicações indeterministas. A indeterminação poderia ser observada além dos níveis subatômicos, mas também nos níveis moleculares incidindo sobre o comportamento (PATARROYO, 2009). Outra possibilidade para o indeterminismo no comportamento se dá em um nível neurológico, as inúmeras conexões neurais possíveis abririam margem para a aleatoriedade (SEARLE, 2007).

Elementos de imprevisibilidade antes entendidos como produto da limitada visão do cientista agora são vistos como indissociáveis ao objeto de estudo, o que resulta na permanente impossibilidade de previsão e controle pleno dos eventos. Diante da incongruência nos objetivos da ciência, tem se divulgado entre os defensores do indeterminismo que a assunção do determinismo para fenômenos marcados pela complexidade e imprevisibilidade, tal como o comportamento, é inútil e frustra o empreendimento científico na compreensão de flutuações randômicas inerentes à natureza do objeto.

O contexto apontado anteriormente mostra uma mudança de paradigma da ciência fundamentada na crença da determinação completa da natureza como condição necessária do fazer científico para a contemplação da imprevisibilidade e complexidade nos fenômenos naturais que afirma que o exame científico nunca esgota o objeto completamente. Estes tipos

de afirmações foram contexto histórico em que a obra skinneriana surgiu e mostra uma penetração de posturas indeterministas no pensamento científico da época.

As posturas em *Análise do Comportamento* que se afastam do determinismo focam na probabilidade como elemento constituinte do fenômeno comportamental. Mais do que um empecilho advindo da inabilidade do cientista controlar todas as variáveis, os processos randômicos também controlam a emissão do comportamento promovendo uma desordem e inconstância inerentes ao objeto de estudo. Isto, para a asserção indeterminista, contradiz o determinismo. Ao invés de apontar constância do comportamento como unidades que permitam o seu controle e previsão, o indeterminismo refere-se ao caráter probalístico das previsões. Uma melhor formulação é amparada pela noção de previsões aproximadas e probabilidades de variações (LAURENTI, 2009a; MOXLEY, 1997). Em uma revisão de literatura executada por Guimarães e Micheletto (2008), os autores apontam que artigos publicados que rejeitam o determinismo também enfocam os temas da seleção e variação do comportamento e estabelecem a probabilidade e inconstância como base fundacional da pesquisa em *Análise do Comportamento*.

Uma outra forma de evidenciar o indeterminismo na obra de Skinner está no apontamento das suas referências filosóficas e na eleição do modelo selecionista como ferramenta explicativa para o comportamento. Algumas das influências de Skinner, como Hume, Mach e James, são reconhecidos por rejeitar o determinismo rígido. Estes autores afirmam a inconsistência da causalidade intransigente afirmada pela orientação mecanicista. Argumentam eles que tal estrita relação causal entre eventos não é de fato observada tampouco empiricamente comprovada, ao invés disso o observador atesta fenômenos que ocorrem de forma concomitante. As noções de causalidade baseadas em antecedentes e consequentes são insuficientes para a descrição do universo e ainda são demasiadas estritas para que o cientista possa explicar a multiplicidade de configurações possíveis dos eventos. A cadeia rígida da ocorrência na produção de um evento é afrouxada pela noção de que a causa do comportamento reside na aleatoriedade como um elemento de mistério, o que abre margem para verdadeira possibilidade no que se trata do comportamento humano.

Diferentemente de uma concepção determinista que atesta que a imprevisibilidade existe apenas porque o pesquisador é ignorante de todas as variáveis que cerceiam o objeto de estudo, o indeterminismo afirma um autêntico elemento gerador de acaso na natureza. Conciliado ao behaviorismo radical, o impulsor para a variação reside no modelo de seleção pelas consequências. A seleção ocorre em dois momentos, primeiro a variação para que então aconteça a seleção em um modelo paralelo à seleção natural. Em termos simples, para que a

evolução aconteça é necessário um *pool* genético de transmutações. Essa variação é verdadeiramente randômica dado à imensa complexidade de quebras e recombinações cromossômicas, onde impera o acaso. A seleção então ocorre não apenas pela seleção do mais forte, mas também pelo acaso nos arranjos ambientais. O resultado, tanto para a seleção do comportamento quanto para a seleção natural é a diversidade de produtos possíveis, o que é analisado de forma cientificamente legítima no campo da biologia (LAURENTI, 2009a).

Sendo o comportamento o produto de processos indeterminados, as teorias que são construídas sobre ele não podem ser finais, decisivas e capazes de captar a total realidade da natureza. Contudo, essa visão não desencoraja a prática científica ou implica em irracionalismo, mas evidencia uma interface do objeto de estudo que a ciência é incapaz de captar. As teorias pautadas no indeterminismo se fundamentam nas probabilidades e variações, as leis construídas sob ele são úteis na medida em que ajudam a tratar do objeto de estudo e ajustam ao vislumbre de uma nova dimensão do fenômeno. Nesse sentido, o bojo de teorias guiadas por uma epistemologia indeterminista demonstra uma particularidade da relação de conhecimento da natureza. Ao mesmo tempo que é afirmada uma impossibilidade de as teorias espelharem a realidade de forma certa, o indeterminismo demonstra a possibilidade de tecer explicações científicas baseadas nas probabilidades e aproximações. Uma ciência orientada pelo estatuto indeterminista do seu objeto busca pelas regularidades, ao mesmo tempo que reconhece o caráter legítimo das transformações (LAURENTI, 2009a).

Tem-se então motivos pelos quais se pleiteia uma orientação indeterminista aplicada ao comportamento humano. É marcante na obra de Skinner que a história do operante forma (através da filogenia, ontogenia e cultura) uma tendência para a ocorrência do comportamento, uma probabilidade, o que é contrário a noção de inductibilidade, mas abre espaço para a variação. Dessa maneira, é demonstrada a utilidade de uma epistemologia indeterminista para o behaviorismo radical. Afirmar o indeterminismo é útil pois contempla uma nova dimensão do fenômeno comportamental ao mesmo tempo que reconhece o caráter provisório e aproximado das previsões científicas. Por outro lado, o determinismo apresenta consequências negativas para essa ciência. O determinismo deixaria o plano de inovação, variação e transformação de lado para apostar na estabilidade do fenômeno comportamental expressa nas previsões seguras. Uma importante peculiaridade do comportamento ficaria negligenciada. Além disso, diante do modelo explicativo selecionista, o determinismo é irrelevante, como afirma Moxley (1997). Os preceitos do determinismo parecem justamente melhor ajustados nas teorias mecânicas em que tiveram êxito, mas insuficientes para o entendimento dos fenômenos biológicos.

O determinismo e o indeterminismo são um importante ponto de inflexão na literatura da Análise do Comportamento. Ao mesmo tempo em que há motivos para o abandono de descrições deterministas do comportamento, grande parte dos behavioristas parecem se pautar como favoráveis ao determinismo, em geral os motivos apresentados são o determinismo como valor que permite a investigação genuinamente científica e o aumento da validade das explicações feitas na Análise do Comportamento (GUIMARÃES; MICHELETTO, 2008).

Afirmações orientadas pelo indeterminismo não são apenas um problema da Análise do Comportamento. Mesmo no campo da física quântica, que é popularmente usada como um exemplo em que o indeterminismo é aplicado com sucesso, a discussão não parece se encerrar. Há interpretações deterministas disponíveis para os fenômenos subatômicos da matéria que diminuem o status de aleatoriedade desses. Ainda, se há de fato uma indeterminação verídica em tais fenômenos, não é clara a sua influência nas escalas moleculares superiores. Isso implica em que o indeterminismo não é indiscutível no que tange à ontologia dos mais básicos dos fatos naturais. E se existe de fato uma indeterminação natural, não é claro se esses microfenômenos atuam no sistema inteiro provendo um acaso estabelecido (PATARROYO, 2009; SEARLE, 2007).

Uma posição rotineiramente conciliada à Análise do Comportamento afirma que as imprecisões na previsão são problemas de origem técnica advindo da ignorância do cientista para a completude dos fatos observados. Um desdobramento dessa discussão poderia afirmar que essas dificuldades são temporárias e elementos desconhecidos poderiam ser esclarecidos com o avanço científico. Isso permitiria um poder sedutor de previsões precisas e garantiria a legitimação científica da Análise do Comportamento. Contudo, o indeterminismo apresenta uma barreira intransponível para essa pretensão: a imprevisibilidade não é apenas uma dificuldade técnica, mas uma demonstração da natureza do objeto. Como afirma Laurenti (2009a), defender o indeterminismo implica em declarar o fim da pretensão de certeza das previsões científicas.

1.2 Categorias de responsabilidade

1.2.1 Responsabilidade racionalista

A liberdade entendida de acordo com a tese do livre-arbítrio afirma que a ação de um indivíduo é fundamentalmente produto de uma deliberação racional. Apesar da pluralidade de definições disponíveis na filosofia, para a tradição moderna em geral o livre-arbítrio pode ser definido como a capacidade de escolha derivada de algo dentro do indivíduo, independente da

determinação ambiental ou orgânica. A responsabilidade individual decorre da presunção da existência do livre-arbítrio (LOURENÇO, 2013).

O livre-arbítrio é então um conceito caro para um sistema que afirma a responsabilização das pessoas por suas escolhas. Afirmar que as escolhas não são puramente racionais, mas que são determinadas por fatores fora de controle da pessoa, pode perigosamente desculpar todos de responsabilidade. Mais ainda, explicar porque alguém vota em algum candidato ou prefere algum tipo de música, por exemplo, parece remover a dimensão humana do comportamento. Essa concepção tem grande consonância com o vernáculo e julgamento do senso comum, afinal as pessoas parecem escolher livremente todos os dias. Um traçado histórico permite compreender a construção desse agente racional que foi naturalizado como uma afirmação positiva da individualidade fundada juntamente com o liberalismo clássico.

Os conceitos de livre-arbítrio e responsabilidade são derivados de concepções de subjetividade fundadas no alvorecer da modernidade. O estabelecimento de um agente racional pode ser explicado no seu percurso histórico pela cisão do liberalismo com a tradição absolutista (FIGUEIREDO, 2002). Os movimentos culturais ocorridos no final do renascimento europeu originaram estados de instabilidade social que criaram conflitos entre concepções de consciência. Por um lado, o poder absolutista demandava uma sociedade servil e obediente. Por outro, as lutas políticas e religiosas criaram um cenário propício ao adensamento do foro íntimo convertido na valorização da individualidade. As teorias políticas surgidas nesse período são caracterizadas pela cisão na esfera pública e privada. A privacidade, em especial na ética e na religiosidade, recebem agora inédita tolerância de forma vigiada conforme não interfiram nos interesses do Estado, já no público impera a obediência à ordem.

O discurso moral até então fundamentado na religião perde parte de sua importância para a estruturação da subjetividade privada então emergente (FIGUEIREDO, 2002). O iluminismo enquanto movimento filosófico e cultural trata os problemas sociais na sua qualidade essencialmente humana, apartando-os da vontade divina. O indivíduo concebido pelo iluminismo é autofundado em sua própria racionalidade que enquanto substância caracteriza o humano e diminui ou nega as diferenças entre sexo, nacionalidade, classe e religião. Ao mesmo tempo que valoriza a subjetividade individual advinda da experiência, a razão serve como um crivo para aquilo que é aceitado para ser compartilhado em público e, portanto, válido para si mesmo pelo seu caráter racional (TEIXERA, 2008).

A resolução do conflito entre a subjetividade moderna e a submissão ao poder pendeu-se para um progresso da exteriorização da individualidade para os meios públicos (BACHUR, 2006; FIGUEIREDO, 2002). A obra de John Locke surge como uma aparente harmonização

entre o público e o privado. A natureza, para Locke, é essencialmente racional. A individualidade é o elemento de racionalidade e promotor da vida social. O Estado tem o papel central zelar pelos direitos e liberdades individuais e conflitos jurídicos são solucionados a favor do íntimo e da privacidade. O que é privado logo conquista a legitimidade de sua transposição para o público tendo a racionalidade daquilo que é pensado como medida para a validação da sua exposição. Desta forma, as experiências privadas foram exteriorizadas na ocupação dos meios públicos em detrimento da velha ordem baseada na obediência ao soberano.

O liberalismo, conforme Locke, é baseado em um acordo firmado entre indivíduos livres e autônomos para garantir interesses mútuos. Ao Estado não cabe regular e ordenar a vida de ninguém, mas garantir as liberdades e direitos individuais. O Estado também tem seus poderes limitados no plano econômico, as relações de trocas são reguladas pelos próprios indivíduos. É fundamental para esta equação a garantia da privacidade e autonomia. No cerne do liberalismo lockeano está a presunção de um homem racionalmente fundado em si (FIGUEIREDO, 2002). Dessa forma, é estabelecida uma tradição racionalista que confere ao indivíduo poderes dentro de uma sociedade em transformação. Se antes o curso da vida era atribuído à vontade divina ou ao poder soberano, agora a iniciativa individual moldava o contexto em que estava inserido. A preocupação pivotal dessa teoria está na legitimação do poder político do homem sobre o homem. A afirmação da razão como inata ao humano permite um cenário de igualdade e justiça onde cada indivíduo é dotado de possibilidade para a ação correta eliminando a desigualdade entre semelhantes no que tange aos assuntos morais (BACHUR, 2006).

O indivíduo concebido pelo liberalismo é capaz de dominar seus instintos e atuar racionalmente independente das condições ambientais, salvo as situações concretas de inexigibilidade em casos especiais. Para tal premissa ser sustentada é afastada a tese de que condições externas interfiram no poder de decisão racional, sejam orgânicas, ambientais, psicológicas ou mesmo de dimensão divinas. Já um universo completamente determinado não permite a possibilidade de escolha genuinamente livre e frustra o projeto de homem racional do liberalismo.

Apesar das incoerências com concepções de causalidade difundidas na ciência, o produto da assunção de racionalidade humana pelo livre-arbítrio é amplamente observado nos sistemas judiciais. Dada a possibilidade de um infrator agir de outra forma, comparando o que ele fez com o que poderia ter feito, é que recai o sentido de atribuir responsabilidade. Sendo o sujeito livre para escolher, pode ser punido à medida que seja clarificada a possibilidade de agir de outra forma. Em outras palavras, a pessoa é moralmente responsável pelo o que faz se poderia ter feito diferente. Se agir corretamente, merece ser recompensado. Já se transgride a

norma, deve ser punido. Isso atesta a relação entre responsabilidade como possibilitador do merecimento de mérito ou culpa (NAPOLI, 2009).

A posição supracitada demonstra incompatibilidade com o determinismo estrito. Segundo a tese determinista, dado os fatores antecedentes do universo, há apenas um futuro possível, o que também é verdadeiro para a conduta humana. O determinismo nega a existência de desconexão causal entre deliberações racionais e influências para além do sujeito. Ações são precedidas de causas, sejam elas naturais ou divinas, que interpõem um curso possível (MARTELETO FILHO, 2015). Sendo as decisões humanas entendidas como eventos, e eventos num mundo determinado possuem uma causa, a ideia de decisão "livre" é minada. Nesses termos, o determinismo remove os elementos necessários para o funcionamento do livre-arbítrio e restringe a possibilidade de agir de outra forma (FISCHER, 2011). É necessário citar que apesar de se tratar do determinismo laplaciano descrito na seção anterior, outras concepções deterministas são pouco convidativas à noção do livre-arbítrio ao afirmar relações de dependência entre eventos da consciência.

Também o indeterminismo mantém traços de aversão ao livre-arbítrio. A tese de um indeterminismo científico, apesar de estabelecer quebras na cadeia causal do determinismo, não define escolhas humanas como esporádicas ou caprichosas, mas aponta relações pautadas pela probabilidade de ocorrência. Mesmo um indeterminismo puro oferece pouca compatibilidade com o livre-arbítrio como aqui definido. Para a tradição racionalista a deliberação é autodeterminada pela racionalidade intrínseca ao sujeito. Num caos absoluto, a escolha individual é resultado direto de uma variação randômica. Figurativamente, lançar uma moeda para decidir entre "cara ou coroa" impossibilita afirmar que a escolha foi "livre" pois é resultado direto do acaso e não da decisão racional. Nesse sentido, um indeterminismo irrestrito também seria ineficaz em promover a liberdade (KANE, 2011; LAURENTI, 2009a).

A crítica mais comumente dirigida à visão liberal e incompatível com o determinismo defende a presunção de uma intangibilidade racional que escapa das noções científicas. Esse tipo de intangibilidade afirma a ausência de causalidade nas escolhas humanas. Por conseguinte, tem uma natureza obscura e misteriosa à perspectiva científica do comportamento (KANE, 2011). Nesse sentido, a teoria libertária⁴ parece se apoiar numa liberdade ontológica, independente do conteúdo empírico, ou seja, a experiência individual pouco compromete a

⁴ Optou-se por usar o termo "libertário" ao invés de "liberal" dada a proximidade do primeiro com a doutrina da liberdade, para qual o humano possui o poder de agir sem outra causa que não a própria deliberação. O liberalismo, por sua vez, é um conjunto muito amplo de teorias, sendo que algumas são inadequadas ao sentido aqui empregado.

capacidade decisória. A intangibilidade é uma característica suficiente e desconectada das condições internas e externas ao indivíduo (MARTELLETO FILHO, 2015). A liberdade é determinada em si mesma, uma vez que não apresenta causalidade com ocorrências ambientais anteriores. O pensamento libertário exige uma liberdade transcendental com a capacidade de romper com as cadeias causais, que escapa das noções científicas (NAPOLI, 2009).

Esse capítulo não pretende abranger toda a discussão em torno do livre-arbítrio e determinismo. Como ilustrado em Kane (2011), a discussão se encaminha para muitos caminhos possíveis que fogem do horizonte do presente texto. Há defensores da posição liberal que afirmam a compatibilidade do livre-arbítrio com o determinismo (WALLER, 2011), enquanto a maioria afirma a incompatibilidade (BACHUR, 2006; INWAGEN, 2014). Pretendeu-se aqui caracterizar a posição libertária que defende um livre-arbítrio incompatível com o determinismo.

Sustentar que tal livre-arbítrio exista e a falseabilidade do determinismo não é uma tarefa fácil frente aos avanços científicos no esclarecimento de como agentes endógenos e exógenos agem sobre a conduta humana. Diante desse problema, muitos autores libertários se mostram simpatizantes das teorias quânticas de interpretação indeterminista como forma de legitimação da não causalidade necessária para o livre-arbítrio. Ainda que alguns libertários assumam a irrelevância das questões quânticas, questões ontológicas sobre um grau de indeterminação da matéria e achados neurológicos que também demonstram relações moleculares quânticas possuem uma forte implicação para o entendimento da consciência e tomada de decisões. Contudo, seja entre físicos ou filósofos, as evidências de uma indeterminação na matéria ou nos fenômenos biológicos não é consenso (HODGSON, 2011). Há uma variedade de interpretações de posturas deterministas ou indeterministas sobre esses fenômenos, o que evidencia uma fragilidade da transposição de teorias quânticas para os problemas morais.

Independente de flutuações na questão sobre a determinação de uma ação, afirmar que as escolhas humanas apresentam algum tipo de regularidade com relações para além do indivíduo significa negar o agente racional libertário. Isso acarreta um problema, pois é a noção do livre-arbítrio que fundamenta a responsabilidade para a tradição filosófica libertária (INWAGEN, 2014). A incompatibilidade entre determinismo e livre-arbítrio afirma que se provado que o segundo é falso, não é possível tornar a pessoa moralmente responsável por suas ações. O próprio conceito de responsabilidade moral é alicerçado na racionalidade intelectualizada, isto é, as capacidades racionais humanas permitem um controle de impulsos sentimentais.

Tampouco a postura antagônica ao determinismo, o indeterminismo “puro” ou “irrestrito”, é conciliável com o livre-arbítrio dado que nega relações causais que justifiquem a conduta individual, deixando o comportamento ao mero acaso. Se as escolhas humanas não estão sobre o controle de nenhum agente, incluindo o autor da ação, como considerar o indivíduo livre e responsável por suas ações? (KANE, 2011). Tal indeterminismo não faz parte do conjunto de teses libertárias. O que é marcante nessa teoria política é a liberdade baseada na racionalidade daquele que escolhe. O livre-arbítrio, juntamente com a capacidade de decisão, é baseado na suposição da racionalidade humana.

A sustentação desse capítulo é de que os libertários incompatibilistas fazem uma afirmação metafísica da existência do livre-arbítrio. Consequentemente prescrevem uma responsabilização do indivíduo através da liberdade para agir. Porém, essa visão esbarra nas explicações científicas do comportamento, que pressupõem uma conexão entre o que o indivíduo faz com variáveis exógenas. A ciência apresenta evidências que rompem com a concepção do livre-arbítrio e avança consideravelmente em explicar escolhas conscientes e inconscientes. Ainda que alguns neguem um determinismo duro, a tese científica do indeterminismo apresenta regularidades com possibilidades de mudanças randômicas, o que inviabiliza um sujeito autodeterminado pela sua racionalidade.

É sabido que na literatura da Análise do Comportamento há uma ampla conciliação do Behaviorismo Radical com pressupostos deterministas como condição para a pesquisa científica. Sendo o comportamento de escolha determinado, as variáveis das quais são função podem ser antecipadas e até modificadas. Nesse sentido, a Análise do Comportamento tem uma importante colaboração para a prevenção de comportamento inadequados em sociedade (LOURENÇO, 2013). Entendido o comportamento de decisões como produto de uma interação do indivíduo com o ambiente, a ideia de escolhas baseadas no livre-arbítrio não mais se sustenta cientificamente. O próprio sucesso de intervenções comportamentais em programas de alteração de comportamentos inadequados são um motivo levantado para o abandono da concepção de sujeito baseada no livre-arbítrio (BAUM, 2006).

Diante da falência da defesa do livre-arbítrio, emerge uma questão pertinente à responsabilidade. Em que se alicerça a imputação de mérito ou culpa diante de ações que são determinadas? Uma das questões levantadas pelos defensores do livre-arbítrio é sobre tal consequência prática. A secção a seguir apresenta uma alternativa para o pensamento libertário.

1.2.2 Responsabilidade pragmática

A perspectiva de uma sociedade parcialmente tecnocientífica, em que a ciência detém poder explicativo inclusive sobre o íntimo dos assuntos humanos, tem uma posição inconciliável com a perspectiva libertária de responsabilidade. Para a visão liberal, é através da sua racionalidade intrínseca que alguém pode ser imputável por suas ações. Entretanto, como exposto anteriormente, a concepção de uma pessoa como causa inicial e final de sua ação apresenta incoerências com as explicações científicas, pois pressupõe um sujeito distante da influência do meio e pouco ajuda na previsão e controle do comportamento.

Diante disso há um problema relevante: se os indivíduos não são livres no sentido que suas ações são determinadas, como os responsabilizar moralmente? A atribuição de responsabilidade, para alguns, é o que possibilita a vida social (BARRETTO, 2013) e eximir de responsabilidade cada transgressão dada a sua determinação criaria um caos moral. Essa é uma questão clássica da filosofia e do direito. Definir em qual parâmetro uma pessoa é ou não responsável é também um problema que concerne ao behaviorismo radical por ser um projeto de psicologia que afirma a multideterminação do comportamento e clarifica variáveis que agem conjuntamente com o comportamento, permitindo a intervenção sobre esse (LOURENÇO, 2013). Já o agente dotado de livre-arbítrio não atende às necessidades de uma compreensão científica dos assuntos humanos. No entanto, a responsabilização dos indivíduos pode ser orientada por uma perspectiva alternativa à tese racionalista e coerente com o projeto de psicologia científica do behaviorismo radical.

O projeto de individualização da responsabilidade, isto é, a construção de um agente imputável de honra ou descrédito devido à sua possibilidade racional de agir de outro modo entra em falência devido, em parte, às evidências científicas de como ações são determinadas por fatores além do seu ator. Em especial, é evidenciado nesse trabalho o papel do ambiente social na determinação das ações. As pequenas decisões que são processadas dentro de um emaranhado de estruturas e relações não permitem atribuição de causa de apenas um indivíduo pela sua ação. Cada decisão consciente está situada em um contexto social em uma cadeia de ações que agem conjuntamente (SEARLE, 2007).

Os críticos da concepção libertária defendem que o critério de individualização absoluta da responsabilidade atendeu exigências históricas do nascimento do liberalismo e emancipação do indivíduo com os poderes estatais vigentes (BACHUR, 2006; BARRETTO, 2013). Na mesma medida em que é conferida liberdade de ação ao indivíduo, é atribuído responsabilidade como forma de regulação social. Além da afirmação positiva da liberdade de ação, a

possibilidade de escolha de agentes racionais é o que justifica o mérito de alguns e descrédito de outros. A responsabilidade moral serve então como justificativa ideológica da sociedade. A ideia de que os indivíduos são inteiramente culpáveis quando executam algo reprovável serve os interesses de seguridade social e bem comuns à comunidade (BARRETTO, 2013).

Uma primeira alternativa ao pensamento liberal individualista, focado nos direitos naturais e nas propriedades racionais individuais, está representada no utilitarismo de Jeremy Bentham (FIGUEIREDO, 2002). Nele a ênfase da proteção dos direitos naturais intrínsecos é substituída pela felicidade de todos os membros da coletividade. O Estado, para o utilitarismo, sai da posição de passividade do pensamento liberal clássico para afirmar sua posição como moldador da sociedade. Leis são então instrumentos das autoridades para punir e recompensar produzindo consequências de forma a proporcionar o acréscimo de recompensas para a maioria. O objetivo último do governo é prover a felicidade e segurança da comunidade através de consequências para o comportamento individual, deixando de lado o aspecto meritocrático da ação. O indivíduo naturalmente sensível à dor e prazer adapta sua conduta conforme a imposição de consequências:

A natureza colocou o homem sob o governo de dois mestres soberanos: dor e prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que faremos [...]. Eles nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos (BENTHAM, 1781, pág. 14).

Em comum com o liberalismo clássico, o utilitarismo mantém o indivíduo como unidade central da organização social. A presunção de sensibilidade a consequências possibilita afirmar o papel das leis como modeladores da conduta. Não são prescritas, por exemplos, mudanças radicais nas organizações sociais, mas é através das consequências a cada indivíduo, que se almeja o bem comum.

Mais adiante na história da filosofia da moral, a ética então centrada no individualismo e na racionalidade perde seu espaço com a tomada de força do pragmatismo. A concepção inicial de indivíduos capazes de tomar decisões racionais e portanto serem punidos por seus erros e gozar dos produtos de seu esforço, se demonstrou incapaz de sustentar os problemas sociais originados no período histórico do fim do séc. XX. A crise do imperialismo e as crises imigratórias promoveram deslocamentos sociais e exploração individual, culminando numa crise da subjetividade privatizada moderna (FIGUEIREDO, 2002). Mais adiante, houve a ampla aplicação do Taylorismo-Fordismo, implicando a automatização das linhas de produção e ampla reconfiguração das relações de trabalho. Nesse contexto histórico o ideário político liberal parece ter fracassado frente aos problemas sociais emergidos de formas que as teorias

pragmáticas surgem conjuntamente com movimentos intelectuais contrários ao tradicionalismo liberal (WOLFF; REYES; WINKLER; ALVEAR; 2008).

O pragmatismo é permeado por uma postura igualitária e democrática, de inspiração comunitarista e desenvolvimentista (HABERMAS; RORTY; SOUZA, 2005). Pensar no que é verdadeiro, ou útil, também significa estabelecer como esse conceito é formado em níveis individuais e sociais, sendo um dependente do outro.

Uma ideia basilar para o pragmatismo está no seu conceito de verdade. O expoente e pioneiro do pragmatismo na psicologia, William James, afirma que ideias verdadeiras são aquelas percebidas e aceitas como tal. O autor diminuiu o valor da verdade absoluta, tomando as verdades em seu caráter de formação efêmera e processual. James, como os demais pragmatistas, comprometeu suas ideias com o componente humano na ciência. Nesse sentido o pragmatismo aborda uma realidade "experimentável", que possa ser manipulada para servir aos interesses dos seus autores. Ao invés de apontar a necessidade de um conhecimento certo e indubitável, as verdades são parciais e provisórias. Essas servem satisfatoriamente às ocupações que são aplicadas e devem ser trabalhadas e verificadas até que sejam substituídas por verdades mais completas e que atendam melhor aos nossos interesses. Também há a possibilidade de os cientistas abordarem a realidade de diversas formas e com intenções diferentes, produzindo mais de uma verdade sobre a mesma realidade (PIRES, 2011).

Estabelecer uma verdade então não significa representar um valor inerente ao objeto, mas criar uma regra sobre como agir com tal objeto de forma útil. No âmbito das pesquisas científicas, uma verdade é entendida como produto da interação positiva do cientista com o fenômeno que o ocupa. O valor de verdade é puramente pragmático pois pretende apenas demonstrar uma asserção como adequada ou não na interação do objeto e sujeito. Portanto, é abandonado o caráter essencialista do mundo dos fatos e substituído pelo entendimento de como crenças são produzidas pelo seu valor instrumental, o que é histórico e adaptável às mudanças inerentes ao desenvolvimento da ciência (CASTILLO, 2006; WOLFF *et al*, 2008).

Afirmar o caráter histórico, e, por conseguinte, não terminal, de postulados científicos também tem implicações políticas, como bem observado na obra do neopragmatista Richard Rorty, tributário de James. O autor nega que existam características racionais intrínsecas ao humano, o que o difere de outros animais, e afirma que a qualidade moral do homem é o produto da história. De forma semelhante ao critério de verdade, um valor ético no entendimento neopragmático carece de universalidade e objetividade, mas é aquele que conduz ao êxito do seu fim (RORTY, 1979). Uma verdade, assim como o valor ético, não pode ser descrita em termos essenciais, mas senão pelo *vocabulário* que expressa as intenções e crenças envolvidas.

Dado que o que é considerado moral é construído por um complexo emaranhado de relações sociais na forma da linguagem, há então uma determinação das obrigações morais nas variáveis que são contextos às ações (PINTO, 2007; RODRIGUES, 2011).

Acompanhando a tese utilitarista, Rorty afirma que ações humanas são tomadas como objetivo último de prover o bem-estar de seus autores: "nós seres humanos não temos obrigações morais senão ajudarmos uns aos outros a satisfazer nossos desejos, alcançando a maior quantidade possível de felicidade" (2005, pág. 33). Em síntese, o saber científico concebido pelos filósofos pragmáticos não persegue uma correspondência da realidade em si, o que Rorty (1979) chama de espelho da natureza, mas uma forma de maior efetividade na manipulação da realidade. Da mesma forma, tal como as verdades científicas, tampouco a moral para os utilitaristas é uma expressão de valores absolutos da existência humana. Rorty defende que a obrigação moral depende das comunidades que servem de referência para o indivíduo. Já uma norma moral que pretenda abarcar a totalidade dos humanos é um projeto utópico no sentido mais incauto da palavra dado a impossibilidade de separar um princípio de seu processo originador. Tanto um conceito científico quanto um valor são contingenciais, pois são validados quando se provam úteis ao contexto de interação em que foram criados. Entender uma crença como não absoluta e não essencial, mas falível, tem a importância de ajudar nos tornarmos mais tolerantes às situações emergentes e rescrever as convicções.

O que resiste nessa descrença aos valores atemporais e universais é a necessidade de conciliar as práticas para que a maior quantidade de pessoas alcance a felicidade. Um valor moral é legítimo na medida que favoreça a felicidade de seu autor e se adapte aos seus companheiros. Não há diferenças radicais entre a moralidade e ciência, ambos são produtos da linguagem advinda da história de seus atores. A busca pela verdade dos fatos ou pela moralidade é provisória na medida que é temporal e efetiva para seu contexto. Crenças são linguisticamente construídas, portanto são produtos da interação humana e possíveis de reconstrução. Novas interações formarão um diferente contexto que transforma as crenças. Diante do ideário terminal racionalista, a busca pela verdade sempre está incompleta (RORTY, 2005).

Críticas à concepção da ética neopragmatista de Rorty o descrevem como um relativista, cujo projeto em última instância culminaria em um caos moral (PINTO, 2007). Sem um referencial sólido de valores pautados na crença da racionalidade humana, seria impossível julgar ações. Em socorro a Rorty é possível constatar que a ferramenta de análise da moralidade de uma situação é observada no funcionamento daquele conceito à individualidade e contexto comunitário em que é enquadrado. Diante da falência de um ponto fixo, uma verdade moral objetiva, o critério para decidir se uma ação é "boa" na acepção de Rorty consiste em garantir

que traz satisfação e possibilita uma vida feliz no nível individual e comunitário. Garantir a ampliação do número de pessoas que terão seus desejos atendidos é o norte guiador da validade de uma ação (RODRIGUES, 2011), o que também denota uma proximidade do autor com as teses utilitaristas.

Na trajetória filosófica do pragmatismo é demolida a velha defesa dos estatutos científicos e morais como correspondências diretas com o real, mas se consolida a ideia de que ambos fazem parte da linguagem que é mais bem entendida como um instrumento criado pelos homens para satisfazer desejos. O conhecimento sobre a natureza e os homens não são universais tampouco permanentes, mas contingentes à interação de quem o faz. Avaliar uma ação como moral ou amoral depende das circunstâncias em que estão inseridas, no reconhecimento das consequências dessa ação dirigida para o futuro daqueles que são afetados por essa.

Na literatura sobre a filosofia na Análise do Comportamento são comuns afirmações que aproximam as posições de Skinner com a tradição filosófica do pragmatismo (LOPES; LAURENTI; ABIB, 2012; BAUM, 2006; TOURINHO, 2003). Mais especificamente, alguns intérpretes apontam a congruência de Skinner com as ideias de Rorty (ABIB, 1999; TOURINHO, 1996). Para ambos autores, a justificativa do conhecimento é uma questão de prática social. É recorrente na obra de Skinner a noção de que a produção do conhecimento em ciência é comportamento verbal do cientista, modelado por contingências sociais. Nesse sentido ambos os autores compartilham a ideia de que as teorias científicas têm sua gênese na própria história da ciência (ABIB, 1999). As práticas da comunidade científica, para Skinner, são entendidas como função de contingências de reforçamento das quais a própria comunidade verbal participa. Essa concepção se afasta da pretensão das teorias serem uma representação última da realidade (TOURINHO, 1996). Teorias são palavras que afetam pessoas, e não a "verdade". O caráter de rejeição ao essencialismo é outro ponto apontado de congruência entre os dois autores, que se afastam de tipos de representacionismo, isto é, a produção do conhecimento é guiada por valores de utilidade e não uma busca pelo reflexo da realidade.

O caráter antifundacionista do pensamento pragmático o distancia do essencialismo presente nas teorias racionalistas que abrigam as definições de livre-arbítrio e responsabilidade moral como anteriormente definidas. O pragmatismo procura responder através de jogos de linguagem qual importância um conceito desempenha aos seus autores olhando para suas consequências futuras (MARCONDES, 2000). Nesse sentido, é permitido abordar a responsabilidade em outra base, de forma contextual, indagando o seu sentido para o grupo que toma a responsabilidade como um precedente para a vida social.

Ainda que a responsabilidade moral não seja um elemento central e tampouco consenso dentro da literatura filosófica do pragmatismo, a leitura de Koons (2009) é uma tentativa de conciliação com a ideia de uma consciência contingente com o meio em que é formada. Do ponto de vista pragmático, a responsabilidade é uma forma de validar a imposição de obrigação a alguém quando este pode agir com autonomia perante uma situação. Desprendido de valores absolutos, a responsabilidade serviria então aos interesses que abrigam a necessidade de intervir em nível individual dada a as consequências das ações. Desse modo, a manutenção do conceito de responsabilidade consiste na análise de se é útil ou não impor consequência ao indivíduo que alterem o seu comportamento em prol dos benefícios futuros. Dizer que alguém é ou não responsável significa simplesmente afirmar se a imposição de consequências ao seu comportamento terá resultados úteis a longo prazo.

No presente trabalho, a opção pelas referências de Richard Rorty, William James e Jeremy Bentham é justificada por oferecerem uma alternativa às teorias racionalistas acerca da responsabilidade moral. Semelhante ao tratamento dado às teorias científicas, valores éticos são entendidos pelo seu valor de utilidade para a comunidade que os mantêm. Isso desemboca na possibilidade de entendimento da responsabilidade como comportamento que pode ser sensível à manipulação da sua probabilidade de reforçamento. Entender o comportamento inadequado como dependente de variáveis, permite a possibilidade da intervenção sobre este.

Um exemplo pode ser encontrado no estudo experimental de Lourenço (2016), que demonstra a determinação do comportamento relacionado à responsabilidade e escolha como dependente de variáveis múltiplas, em especial aquelas postas pela comunidade verbal. Em certa medida essas variáveis podem ser manipuladas alterando o curso do comportamento de decisão. Essa postura permite um foco crescente nas condições ambientais (em especial o núcleo social) ao invés de depositar toda a responsabilidade de ação sobre o indivíduo. Abandonar a ideia de que o poder de escolha individual possui componentes impenetráveis à influência do meio, que de acordo com a visão de mundo racionalista torna o indivíduo responsável, permite um enfoque nas mudanças ambientais. Essa postura permite resultados mais eficazes na promoção de comportamentos adequados em sociedade e extinção daqueles inadequados. Porém, não exime a importância do indivíduo.

Sendo o comportamento um processo de interação do organismo com seu ambiente, o indivíduo é sempre presente na equação fazendo-se necessária a imposição de consequências para seu comportamento se quisermos modela-lo. Essa posição, avessa a um ambientalismo extremado que desconsidera o papel do sujeito, permite tratar o comportamento de forma a

considerar as consequências estabelecidas ao mesmo tempo que são propostas mudanças no contexto em que o comportamento ocorre.

1.2 Síntese

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta tipos de determinismos normalmente atribuídos ao behaviorismo radical e noções de responsabilidade seguindo tradições filosóficas distintas, o racionalismo e o pragmatismo, que também estão referidos ao campo do behaviorismo.

Sobre o primeiro tipo de determinismo abordado, o de matriz mecanicista, é um ponto comum na literatura da Análise do Comportamento que seus objetivos e meios são avessos ao projeto de ciência skinneriana, ainda que suas influências tenham ecos de forma restrita na obra de Skinner. A inquietação é criada quando falamos sobre o determinismo baseado no funcionalismo e na tese indeterminista. Ainda que o objetivo primário do presente trabalho não seja defender a aplicação de um ou outro sobre o behaviorismo radical, é oportuno evidenciar que ambos abrem pouca margem para a sustentação da racionalidade intrínseca ao homem, um dos motivos principais pelos quais o behaviorismo radical é rotulado como desumanizador. Posições conciliatórias ou distantes da causalidade posta por essas categorias de determinismo são exemplificadas na obra de Skinner nos próximos capítulos, com as suas consequências para o conceito de responsabilidade moral.

O movimento filosófico pragmático tem sido comumente aproximado com o behaviorismo radical. Ambos se aproximariam em suas concepções de verdade científica e ética (TOURINHO, 2003). O neopragmatismo de Richard Rorty aponta motivos pelos quais o representacionismo do racionalismo pode ser posto de lado. Ao criar um absoluto de valores, é ignorada a contingência acerca das “verdades” e a pluralidade de discursos ao qual o indivíduo é submetido. O pragmatismo abre mão de absolutos, incluindo a ciência que não ocupa mais um espaço privilegiado entre os saberes, mas aponta a sua dimensão finita e temporária de seus postulados o que significa alargar o escopo tornando o conhecimento “um campo de possibilidades em aberto” (LOPES; LAURENTI; ABIB; 2012, pág. 136).

Um dos termos mais comprometedores para o projeto do pragmatismo é o determinismo, pelo menos na sua versão laplaciana, que funciona como um imperativo sob o qual todo fenômeno natural é rigidamente submetido. Entretanto, algumas interpretações da obra de Skinner apontam a necessidade do determinismo como uma ferramenta que alavanca a

pesquisa e não uma afirmação metafísica, o que é conciliável com o pragmatismo e ao mesmo tempo desfavorável à noção racionalista do livre-arbítrio.

Os próximos capítulos adentram propriamente na obra de Skinner, objeto principal deste estudo. A posição do problema do determinismo e responsabilidade será pontuada na obra do autor à luz das categorias levantadas neste capítulo. Serão caracterizados como esses termos aparecem em sua produção, o que servirá posteriormente para o exame de como os conceitos de determinismo e responsabilidade se articulam na obra do autor.

CAPÍTULO II – A UTOPIA DE SKINNER E SUAS INFLUÊNCIAS UTILITARISTAS E ROMÂNTICAS

Quando Skinner escreve a primeira edição de *Walden II*, em 1948, estava insatisfeito com modelo de vida estadunidense. Essa insatisfação, se deve, em grande parte, a fatores ordinários, como o trabalho tedioso na universidade, a educação dada aos jovens e as peculiaridades da vida doméstica; assim como preocupações maiores: a superpopulação, a poluição ambiental, a escassez de recursos naturais e a possibilidade real de um holocausto nuclear. O livro trata de uma ficção literária sobre uma sociedade imaginada por Skinner que teria desenvolvido formas eficazes de engenharia comportamental para uma comunidade de pessoas seguindo princípios éticos fortemente inspirados em Henry David Thoreau, que propusera o *Walden* original.

Em linhas gerais, o romance utiliza personagens para contrapor posições contrárias e favoráveis ao uso da recém desenvolvida ciência do comportamento como forma de intervenção na cultura. Trata-se da visita de um grupo de pessoas, entre eles dois professores universitários, à pequena comunidade Walden II. A narrativa é orientada na primeira pessoa sob a ótica do visitante e professor de psicologia Burris. O professor Frazier, fundador da comunidade, conduz a visita e apresenta o funcionamento de Walden II, que consiste de um número pequeno de pessoas organizadas de acordo com a engenharia comportamental. Os questionamentos trazidos por um dos visitantes, o filósofo Castle que defende posições racionalistas, são rebatidos pelo professor Frazier formando a sustentação da possibilidade do planejamento de uma vida melhor através de princípios behavioristas.

A obra *Walden II* tem importância por ser um exemplo das primeiras extensões da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em laboratório pela Análise do Comportamento. No prefácio de *Walden II* escrito por Skinner para a edição de 1969, o autor assume a falta de preocupação dada à modificação do ambiente social por essa ciência. A consolidação do campo de saber do comportamento, tal como experimentos bem-sucedidos com populações, foi contexto necessário para que a aplicação de intervenções comportamentais extrapolasse os limites do laboratório e da clínica para pensar em modificações culturais. *Walden II* é reconhecido como um dos textos centrais da obra skinneriana pois nele é firmado seu compromisso com os problemas sociais e uma perspectiva otimista da aplicação da Análise do Comportamento na resolução destes (ANDERY, 1993).

Walden II é comumente referido como um exemplo de utopia, mas, como escreve Skinner, trata-se de um possível projeto a ser posto em prática – que solucionaria grandes

problemas americanos da sua época. Classificar *Walden II* como uma utopia talvez perca a caracterização adequada do projeto pretendido por Skinner. Isto porque na definição clássica, centrado no que foi produzido na literatura helênica, utopia remonta ao “lugar nenhum” – uma sociedade imaginária nos termos de seu autor capaz de uma organização social perfeita mas ao mesmo tempo irrealizável (LAURIOLA, 2009). Porém como afirma um dos personagens de Skinner, a característica mais impressionante sobre *Walden II* é a existência dessa sociedade em meio à civilização moderna e, como pontua o autor, de fato seria possível que esta existisse. Os recursos providos pela ciência do comportamento permitem a modificação profunda no modo de vida das pessoas sem a pretensão de alteração na essência humana ou uma mudança profunda das estruturas políticas globais.

Na visão do filósofo Ernst Bloch (2005), imaginar o utópico tem a função de mudança de consciência sobre o estado presente que é apresentado como curso natural dos eventos. A imaginação de uma utopia é o sonho diurno que mobiliza para a superação de uma vida danificada. Nesse sentido, a obra *Walden II* apresenta não apenas um modelo do que uma sociedade deveria ser, mas como ela poderia se tornar possível.

Sendo um dos textos inaugurais sobre o compromisso da psicologia proposta por Skinner com o meio social, desde sua publicação *Walden II* é revisitado e discutido pela comunidade de analistas do comportamento. Além de discussões, há aqueles que planejam uma continuidade. Inspirado em Skinner, *Walden III* de Rubéns Ardila (1979) apresenta uma ficção de uma sociedade organizada posta em prática no contexto latino americano durante cinco anos. Também houve um experimento da concretização de *Walden II*. Uma comunidade posta em prática por alguns psicólogos comportamentalistas no interior do México em 1971, que recebeu o nome de *Los Horcones*, vivem de acordo com alguns princípios apresentados por Skinner (DITTRICH, 2004). Comumente a todos esses projetos estão a intenção de uma vida feliz para todos os membros e a crença de que a psicologia e a ciência podem ser úteis nesse propósito.

O objetivo do presente capítulo é elucidar os compromissos éticos do livro de Skinner à luz da sua referência em Thoreau, assim como demonstrar qual visão de ciência está presente na obra e o papel do determinismo do comportamento como ferramenta possibilitadora do planejamento cultural. Por fim, a posição política de Skinner sobre o estabelecimento de consequências para o comportamento é correlacionada com o utilitarismo de Bentham, demonstrando o percurso da tradição filosófica do autor. Desta forma, é apresentada a posição ética e científica sustentada no texto de 1948 que é comparada nos capítulos seguintes com o restante da produção do autor.

2.1 Walden: a vida de Thoreau nos bosques

O livro *Walden* (1854) do autor transcendentalista Henry David Thoreau trata-se de uma autobiografia quando aos 27 anos o autor se recolheu em uma cabana nos bosques à beira do lago Walden e lá viveu por dois anos e dois meses utilizando apenas materiais que serviriam à sua subsistência.

Nesses dois anos em que viveu em estado quase de isolamento, Thoreau se desamarrou das já então condenadas atas sociais e procurou um estado de reflexão profunda. Suas célebres palavras em *Walden* são um manifesto da missão:

Fui para a mata porque queria viver deliberadamente, enfrentar apenas os fatos essenciais da vida e ver se não poderia aprender o que ela tinha a ensinar, em vez de, vindo a morrer, descobrir que não tinha vivido. Não queria viver o que não era vida, tão caro é viver; e tampouco queria praticar a resignação, a menos que fosse absolutamente necessário. Queria viver profundamente e sugar a vida até a medula (THOREAU, 1854, pos. 1515).

Um motivadores para que Thoreau abandonasse a vida em grupo e se retirasse para as florestas era a descrença nas convenções sociais surgidas no contexto da então emergente industrialização dos Estados Unidos. Outra motivação era o modelo de vida limitado em voga no país, na visão do autor. Thoreau procurou em seu retiro uma possibilidade de encarar a vida de modo frugal, aprendendo com ela longe de seus decorrentes “vícios”. A experiência relatada em *Walden* é a prática cotidiana profunda de uma doutrina transcendentalista, que visa uma busca pessoal do autor a um novo ajuste com o que a vida lhe apresentava em seu modo mais natural. O transcendentalismo foi um movimento literário e político presente nos Estados Unidos no séc. XIX que afirmava as condutas impostas como limitadoras e corruptoras do espírito humano. Para superar essas barreiras, o indivíduo deveria pensar fora da conformidade e buscar uma relação original, que emergiria através da percepção intuitiva, e não empírica, com o mundo. Thoreau foi um dos principais representantes do movimento, e seu livro, *Walden*, é um manifesto dos problemas sociais de sua época e da possibilidade de regeneração do homem através do contato puro com a natureza (BUELL, 1973).

Os capítulos de *Walden* contêm críticas ao mundo exterior; incluindo a organização do trabalho, consumo e as relações interpessoais. A fala dirigida a si mesmo, em forma de diário, pode deixar a impressão de que Thoreau desprezava seus semelhantes. Mas como salienta Woolf (1917), não se trata de desprezo pelo outro, mas um desprezo pelas construções artificiais que distanciam cada homem de seu próprio íntimo. Antes, a tarefa de dois anos e dois meses em Walden é marcada na crença que o humano pode se livrar das limitações impostas pela sociedade e encontrar um estado autêntico em si mesmo.

Quando lemos *Walden*, o registro de seus dois anos na mata, temos a impressão de contemplar a vida por uma lente de aumento muito forte. Caminhar, comer, cortar lenha, ler um pouco, observar um passarinho num galho, fazer o próprio jantar - todas essas ocupações, quando, raspadas as excrescências, são sentidas de novo, mostram-se maravilhosamente amplas e brilham. As coisas comuns são tão estranhas, as sensações usuais, tão surpreendentes, que confundi-las ou desperdiçá-las, por viver no rebanho e adotar hábitos que convêm à maioria, é um pecado, um ato de sacrilégio (WOOLF, 1917, pág. 95).

Thoreau não restringiu suas publicações a um relato de suas experiências individuais, mas *Walden* (1854), *Desobediência Civil* (1849) e *Andar a Pé* (1861) são também trabalhos politizados. Estão ali expressos o desejo da construção de uma vida comunitária. Em especial, suas obras apontam o verdadeiro significado de progresso e evolução da alma humana, significado esse que não pode ser capturado pelo filósofo ou religioso ou virá como decorrência dos avanços da industrialização ou como recompensa do trabalho fastidioso, mas que precisa ser sentido de forma individualizada por cada um.

Longe de ser um escritor limitado aos manifestos políticos, *Walden* é o relato da vida simples posta em prática. Essa experiência somente é possível à medida que possa repensar cada aspecto trivial do cotidiano. As páginas de *Walden* contêm cálculos e medidas de como tornar uma vida à só possível sem maiores contribuições da sociedade. Tarefas como busca por alimento, construção da moradia e plantio são repensadas e feitas de forma a custar o menos possível e com o menor esforço. O romance *Walden* consiste também de uma prescrição para o abandono das relações de trabalho exploratórias dirigidas para o consumo. Tal vida exige quase a totalidade de tempo e esforços das pessoas e pouco proporciona satisfação: "[...] por todo lugar, nas lojas, nos escritórios, nos campos, os habitantes me pareciam estar cumprindo penitência de mil surpreendentes maneiras" (THOREAU, 1854, pos. 150). O esgotamento causado pela rotina do trabalhador comum da província vizinha à *Walden* é insuficientemente recompensado pelo consumo de bens poucos favoráveis à felicidade humana. Thoreau gaba-se de ter abolido bens supérfluos. Ao invés, preferiu diminuir suas necessidades para desfrutar das riquezas proporcionadas por uma vida simples.

Além de advogar para o abandono da convencionalidade do trabalho formal, o romance trata de um manual para a vida simples e uma demonstração empírica de como uma vida desgarrada das convenções é possível. O desenvolvimento pessoal se relaciona à execução dos trabalhos manuais essenciais à vida (WOOLF, 1917). Recuperando as palavras do autor, trata-se de "resolver alguns problemas da vida, não apenas teoricamente, e sim na prática" (THOREAU, 1854, pos. 316).

Thoreau também foi um naturalista e exímio observador da natureza, o que ocupa espaço privilegiado de suas obras. Na sua percepção, o funcionamento da natureza é o equivalente ao

estado natural humano. O transcendentalismo destaca o homem como parte inerente a seu ambiente, a natureza não é apenas um objeto alvo de investigação, mas parte do humano. Na doutrina do transcendentalismo é celebrado a natureza na forma de abstrações sobre a "unidade cósmica" da condição análoga entre homem e Deus (BUELL, 1973). Garand (1970) afirma o significado simbólico da natureza em *Walden* como o reconhecimento de que o homem é materialmente parte dela, o que recai um tratamento filosófico é que apenas com o reconhecimento dessa relação que o homem pode apenas perceber seu verdadeiro epicentro psicologicamente envolvido com a natureza.

O romance *Walden* contém várias descobertas sobre o ecossistema de Concord que longe de servirem como uma tese científica, apresentam o tom pessoal do testemunho do caminho trilhado pela vida do autor. A sua percepção aguçada é atestada pelos seus biógrafos (SALT, 1890). Segundo eles, Thoreau tinha a espantosa habilidade de encontrar caminhos em matas fechadas mesmo à noite, ou conhecia intimamente aspectos da região que se encontrava. As observações do autor sobre a natureza são inclusive dados documentais valiosos para a constatação da mudança climática ao longo dos séculos (PRIMACK; MILLER-RUSHING, 2012).

É marcante em suas obras uma crescente preocupação com a preservação da natureza, o que fez Thoreau ser forte influência para os movimentos ecologistas. Esse pioneirismo lhe assegurou créditos em relação ao estudo da ecologia (PRIMACK; MILLER-RUSHING, 2012). A forma de vida durante seu retiro em *Walden* acarretava pouca perturbação ao ambiente a seu redor. Um excerto de *Andar a Pé* evidência a crescente preocupação do autor:

Sou de opinião que todos os homens não devam cultivar mais do que dois alqueires de terra: seja uma parte semeada, mas a maior parte seja reservada em pradarias e florestas, não só para servir a um uso imediato, mas ainda como previsão para um futuro distante, tendo-se em vista as devastações florestais constantes (THOREAU, 1861, pos. 314).

Outra perspectiva importante em *Walden* é que essa experiência foi essencialmente um ato de desobediência e o reconhecimento de uma inadequação à sociedade americana. Os Estados Unidos do século XIX não era objeto de admiração de Thoreau. Nas páginas de *Walden* são denunciadas as perversidades da escravidão, a guerra por territórios contra o México e a crescente desigualdade entre trabalhadores e seus empregadores, todas essas amplamente apoiadas e incentivadas pelo governo. Nos dois anos e dois meses que ficou isolado, Thoreau não participou de sociedades, relações comerciais tradicionais ou contribuiu com impostos. O último motivo o levou à ser preso e encerrou sua experiência nas matas.

Thoreau era descrente na possibilidade de ajuste ou redenção do governo. Acreditava que a consciência humana era o único modo para a solução de problemas sem gerar outros no

caminho. O texto *Desobediência Civil* (1849), escrito logo antes de *Walden* (1854), evidencia a posição de inconciliação. Ao invés do poder imposto diretamente pelo governo, Thoreau afirma positivamente a consciência como o único instrumento possível para decisões éticas.

A consciência é tratada na sua obra como elemento essencialmente humano compartilhado por todos. Contudo, não ocupa o mesmo espaço da tradição racionalista destacada no capítulo anterior, pois a consciência como experimentada pelos transcendentalistas tem caráter individualizado, descolada da política e das relações sociais, já que emerge como uma expressão da conexão do sujeito com a natureza representando as vontades puras, e portanto justas, do humano.

É marcante nas obras de Thoreau as declarações sobre o caráter espontâneo da consciência e a moralidade, que é intimada conforme as relações sociais invadem o espaço para a expressão pura dessa. O teor adotado pelo autor é pouco simpático à conveniência na tomada de decisões já que esta cercearia a racionalidade e limitaria a consciência. As ações defendidas por Thoreau precedem princípios que não podem ser negociados pela manutenção do poder do Estado. Ao se submeter ao poder vigente, o homem renuncia a consciência a favor do legislador. Perde então uma das características definidoras de sua humanidade e se posiciona não mais como homem, mas um súdito. Os indivíduos que defendem a estrutura do governo, para Thoreau, "não merecem respeito maior que um espantalho ou um monte de lama" (1849, pos. 53).

O poder estabelecido democraticamente pouco significa a legitimação desse, já que as maiorias frequentemente tomam decisões erradas. Para Thoreau (1849), é inaceitável decisões que beneficiem a maioria e negligenciam a dignidade da minoria. O que prevalece no jogo democrático é a conveniência da escolha entre um ou outro candidato. A consciência é abandonada para dar lugar à troca de interesses na forma de votos. Antes de tudo, votações são um reconhecimento do poder do governo e um ato de submissão a ele.

Diante de leis injustas, a conformidade a elas significa deterioração moral e transforma o homem em agente da injustiça. Não é possível compactuar com essas em nenhum ponto, tampouco esperar que a maioria se convença de promover políticos para alterá-las. Dessa maneira, a violação das leis é a única ação moral coerente. Ao invés de apenas conjecturar um mundo melhor, a prática baseada num princípio é a única saída essencialmente transformadora. Urgem ações que enfrentem diretamente o poder do Estado. A ação coerente com a consciência aqui funciona como um legitimador da revolta e o único modo para mudança das relações de exploração.

Thoreau (1849) propôs uma revolução pacífica e não violenta diante do governo. O homem justo não pode consentir em nenhum nível com as tiranias do estado, mesmo que isso signifique o sacrifício da sua vida. Tampouco pode se conciliar com ele por conveniência, escolhendo o "menos pior". A saída é negar a autoridade do Estado recusando-se a participar dele em qualquer nível. O principal meio pelo qual o estado alimenta seu poder é o pagamento de impostos, assim Thoreau sugere a negação de pagá-los como forma de enfraquecer o poder vigente e tomar uma posição conciliável com a sua consciência:

Se mil homens se recusassem a pagar seus impostos este ano, esta não seria uma medida violenta e sangrenta, como seria a de pagá-los e permitir ao Estado cometer violências e derramar sangue inocente. Esta é, de fato, a definição de uma revolução pacífica, se tal for possível (THOREAU, 1849, pos. 209).

Uma reforma democrática invariavelmente recai sobre uma negociação de troca de vantagens, ferindo o princípio de uma consciência racional. Também uma revolução despende de muito tempo e vidas, sendo pouco desejável. A solução então se dá no nível de negação de participação como forma de isenção de culpa, preservando o caráter do homem e ao mesmo tempo parando a máquina do Estado.

A posição política de Thoreau é alvo de discussões e críticas pelos seus comentadores. Como argumenta Abbott (1985), o encaminhamento dado por Thoreau para os problemas sociais é às vezes ingênuo ou descomprometido. Como um movimento descontente com as definições dadas para a consciência humana, oriundas da tradição liberal para qual o conhecimento é derivado empiricamente e aprendido pela reflexão racional da natureza através dos sentidos, o transcendentalismo fundamenta a possibilidade de conhecer diretamente na revelação espontânea através da intuição.

O conceito de consciência no movimento transcendentalista é desprendido de contextos e embasamento nas teorias, ainda que seja parcialmente tributário do movimento literário romântico (BUELL, 1973). Os termos usados para definir a razão humana estão ligados com ideias de "espírito", "mente", "alma" e "essência"; o que faz com que o transcendentalismo sofra críticas sobre a demasiada abstração nas suas explicações. Seus críticos o caracterizam como um movimento descompromissado com definições e alheio sobre a natureza dos fenômenos que trata. O que caracteriza a posição política dos autores desse movimento é o utopismo e a desvinculação com políticas alcançáveis. Sendo um movimento elitizado, seus autores assumiam o medo da articulação com massas que não compartilhavam do mesmo saber oriundo de suas experiências privadas e tenderiam frustrar os objetivos de libertação nos seus termos.

A perspectiva política reflete na vida privada de Thoreau. O único estado legítimo é paralelo à vida autêntica que Thoreau encontra nos bosques de Walden desvinculada do

convívio com outras pessoas, em que é buscada uma libertação das falsas relações em sociedade. Sem compartilhar do mesmo saber sobre o estado natural do humano que Thoreau descobriu nas matas, as sociedades tenderiam ao erro. Para a concretização do seu ideário político, o autor exige o mais sério comprometimento na esfera moral, algo que ele assume que outras pessoas não estão dispostas a fazer, o inviabilizando. A crítica recai sobre a tendência antipolítica e pessimista sobre a possibilidade de reformas de Thoreau. A elevação moral que se dá através apenas do contato com o mundo natural de forma isolada caracteriza a posição do autor como idealista e frustra transformações efetivas para a coletividade.

2.2 Walden II: um projeto para a boa vida em comunidade

A comunidade Walden II retratada por Skinner é assumidamente inspirada na experiência pessoal de Thoreau. Como afirma um dos personagens do romance de Skinner, *Walden* de Thoreau foi um experimento nas matas da Concordia pensado apenas para uma pessoa, recusando a política e a vida em sociedade. Já Walden II é uma comunidade orientada para a vida em grupo. Trata de um projeto estruturado no sentido de proporcionar a vida satisfatória para várias pessoas. É, como afirma Skinner (1948, pos. 3282), um "Walden para mais de um".

A engenharia comportamental é a principal ferramenta pela qual os habitantes de Walden II organizam sua vida longe dos problemas do mundo exterior. Em linhas gerais, se trata de uma comunidade planejada para pouco mais de mil pessoas. Esse número reduzido de habitantes proporciona a facilidade de manejo da comunidade em geral. Problemas sociais comuns no mundo; como fome, desigualdade e estresse; inexistem em Walden II. A comunidade prioriza o bem comum, tornando suas conquistas acessíveis para todos. Não há acúmulo de bens desnecessários, lucros ou discrepância social entre os indivíduos, o que desencoraja a competitividade e rivalidade. A sociedade é concebida para que os indivíduos não sintam a necessidade de acumular riquezas, evitando que gastem tempo demais trabalhando. Todas as atividades são minuciosamente planejadas para minimizar o tempo de execução e divididas em igual importância entre os membros da comunidade. Tarefas como lavar louça, limpeza e jardinagem são pontos centrais de interesse da engenharia comportamental. Skinner argumenta que na forma com que são executadas rotineiramente gastam muito tempo, logo, elas são otimizadas para que ocupem o menor tempo possível e sejam feitas em um sistema de acúmulo de créditos por todos os residentes de Walden II. Sendo uma sociedade igualitária, onde a maioria dos problemas sociais não ocorrem, há pouco espaço

para transgressões dos seus membros. Quando ocorrem, a comunidade, norteadada por uma compreensão científica do comportamento, trata de pensá-los como decorrência de um arranjo ambiental mal planejado e procura uma possível solução na modificação do seu ambiente. Da mesma forma, a comunidade é regida por regras de conduta que funcionam dado os efeitos produzidos nas pessoas, pensadas por especialistas, e são constantemente reavaliadas conforme mudem as necessidades.

Tal vida satisfatória é adquirida através da felicidade coletiva dos habitantes de Walden II, o que Skinner dá o nome de *boa vida*. Esse é um valor central para a comunidade e uma mostra do valor ético que Skinner sustentou quando escreveu o livro. Contudo, como afirma Dittrich (2004), o romance é uma versão preliminar do posicionamento ético de Skinner, que sofre alterações mais adiante no desenvolvimento de sua obra. Aqui o propósito da boa vida, sinônimo de felicidade, é acompanhada da inclinação da comunidade para sua manutenção no futuro. O impulso da comunidade para a sobrevivência é o que privilegia a experimentação das práticas culturais e garante a constante remodelação e adequações. Dessa forma, a comunidade se preocupa não apenas de prover a felicidade amplamente, mas de pensar formas práticas para sua concretização e sobrevivência.

A boa vida carece de elementos que podem ser captados numa definição coesa, mas nas palavras do fundador da comunidade: "[...] não pode ser reduzida a um princípio de 'bem absoluto'. Isso é a boa vida. Nós a conhecemos. É um fato, não uma teoria. É uma justificação experimental, não uma racional" (SKINNER, 1948, pos. 2413). Tem-se que para o autor a felicidade não é um princípio racional com elementos lógicos norteadores para seu projeto de comunidade, mas sim algo que seus habitantes sentem e apreciam rotineiramente, mesmo que a eles escape sua definição. Os meios experimentais necessários para que essa felicidade seja possível são mais importantes do que o seu conceito definido. Um elemento central reside no equilíbrio do tempo despendido em funções necessárias e do tempo livre. O sistema de créditos de atividades estabelece que todos tenham que trabalhar para acumular o mínimo necessário de créditos estipulado (concentrar mais créditos do que o necessário não resulta em nenhuma consequência, já que a comunidade não dispõe de bens ou serviços cambiáveis). O tempo de trabalho estabelecido para os membros para que a comunidade supra suas necessidades é de quatro horas diárias. O restante do dia é dedicado ao tempo livre e a oportunidade para que os habitantes possam desenvolver seus talentos e habilidades, o que resulta a satisfação pessoal e o engajamento em atividades prazerosas. Um último fator posto por Skinner como essencial à boa vida é o longo tempo de descanso e relaxamento proporcionado pela reduzida carga de

trabalho, o que produz indivíduos mais dispostos e livres do malefício impostos por uma jornada de trabalho estressante.

Como o fundador da comunidade assume, definir a boa vida nos termos filosóficos é tanto quanto impossível ou inútil: "o filósofo na busca pela base racional para decidir o que é bom sempre me lembrou uma centopeia tentando caminhar" (SKINNER, 1948, pos. 2380). A felicidade, como Skinner sugere, se distancia das digressões filosóficas, mas é entendida como uma realidade capaz de ser testada e aperfeiçoada. A preocupação maior está na construção de uma felicidade possível para todos. Essa não precisaria de justificativas racionais, mas apenas o bem-estar sentido e relatado pelos habitantes de Walden serviria como pretexto do seu projeto. A maior inovação de Walden II está na engenharia comportamental, ou seja, aplicar o conhecimento advindo da ciência do comportamento nos problemas da comunidade como forma de possibilitar o contexto para o surgimento da boa vida.

2.3 Afirmação do determinismo em Walden II

Sendo Walden II um projeto de comunidade possibilitado pelo conhecimento advindo da ciência, é essencial a ele a visão do comportamento humano como determinado por variáveis ambientais. O comportamento dos indivíduos é construído pela cultura e ao mesmo tempo parte fundamental dela. Deriva daí a noção do comportamento como dependente de variáveis que podem ser modificadas para a melhor organização da comunidade. O sujeito sabidamente determinado pelo seu ambiente pode reconhecer as variáveis das quais seu comportamento é função e modificá-las, alterando por sua vez o seu comportamento e consequentemente influenciando sobre as práticas culturais. Dessa forma tem-se uma visão de homem que influi diretamente sobre seu futuro através do seu planejamento no grupo (ANDERY, 1993). A visão de comportamento como determinado é presente em vários aspectos da organização de Walden II.

Uma característica essencial para a existência de Walden II é a possibilidade de experimentação de práticas que são adotadas por seus membros. Os planejadores (equivalente a governantes) e cientistas de Walden II têm grande liberdade para adicionar variáveis e testá-las. Há uma grande quantidade de dados que podem ser obtidos e os planejadores dispõem de grupos e sujeitos para testes. Por conseguinte, os dirigentes podem afirmar se as práticas inseridas surtem os efeitos desejáveis e se são benéficas à comunidade. Um exemplo está no estabelecimento de quartos individuais para casais. Após verificar a satisfação com grupos-

controles, a maioria dos membros adotou um modelo de quartos individuais, o que foi atestado que empiricamente favorece a manutenção do relacionamento ao longo dos anos.

No lugar de soluções políticas para os problemas da vida em comunidade, Skinner dá espaço para a ciência como uma forma de sustentação para uma vida capaz de prover felicidade a longo prazo. Tal tecnologia não é apenas produto da imaginação como já estava disponível na época em que escreveu o livro: "os problemas da vida em grupo podem ser resolvidos com princípios disponíveis de 'engenharia comportamental'" (SKINNER, 1948, pos. 368). Distante do laboratório, a experimentação científica alcança em *Walden II* o seu espaço mais genuíno:

Isso não são questões para o laboratório [...]. Não são 'questões acadêmicas' [...] Elas dizem respeito a nossas vidas! Nós podemos estudá-las apenas numa cultura viva, e ainda uma cultura sobre o controle experimental. Nada menos que *Walden II* é suficiente. Precisa ser o mundo real, esse laboratório nosso [...] (SKINNER, 1948, pos. 4270).

O controle experimental do comportamento passa então ir além da função tecnológica da criação de um cenário que proporcione a liberdade e felicidade da comunidade, mas também da efetiva investigação e intervenção científica. Experimentos laboratoriais que pretendam emular contextos sociais invariavelmente sofrem limitações, como a perda de variáveis importantes à situação. Já uma comunidade proporciona o material para pesquisas extensivas de cunho social, mais do que qualquer delineamento em laboratório. Aqui Skinner prenuncia a possibilidade de uma ciência não apenas voltada para os problemas do laboratório, mas da possibilidade de sua execução no próprio contexto em que é pretendida a sua intervenção.

Entender o comportamento como alvo possível de intervenções experimentais também significa admitir sua ordenação e regularidade, o que na obra de 1948 tem consonância com o determinismo. É a consequência das práticas culturais que determinam a sua manutenção e validade a longo período. As forças que interpelem o comportamento são sutis mas implacáveis. Assumir a determinação do comportamento em todos os seus âmbitos é o que garante a intervenção sobre este, logo um experimento social como *Walden II* seria impossível sem essa crença. O que não condiz com a possibilidade absoluta de previsão e controle:

Eu não disse que o comportamento é sempre previsível, não mais do que o tempo é sempre previsível. Existem muitos fatores a serem considerados. Nós não podemos medir eles precisamente, e não conseguiríamos realizar as operações matemáticas necessárias para fazer uma previsão se tivéssemos as medidas (SKINNER, 1948. pos. 3806).

Está expresso no texto de 1948 de Skinner (o que também se alonga para a década de 50) o comprometimento com uma visão de mundo ordenada pelas leis causais e que dada a sua complexidade e impenetrabilidade pela percepção humana, salvaguarda componentes de imprecisão no que tange à intervenção. Não há na obra *Walden II* a esperança da ciência

alcançar um nível de aperfeiçoamento para compreender o comportamento como um objeto de estudo absolutamente previsível em todos os níveis, mas o que daria continuidade ao empreendimento científico seria a correção e ajuste conforme novos impasses surgissem. O que caracteriza o sucesso da empresa científica é a sua abordagem centrada na modificação de variáveis que influem sobre o comportamento, mesmo que de forma aproximada. A constante verificação favorecida pela estrutura social de Walden II, permite a checagem das variáveis e o planejamento de uma nova intervenção quando necessária.

Extrapolando a perspectiva de uma ontologia do comportamento, o que caracteriza Walden II não é uma sociedade arquitetada para um estado final pleno e intransponível, mas a utilização do método científico orientado por uma visão determinista assegura a constante modificação da comunidade. Tampouco são os valores morais de Walden II rígidos, mas a conduta muda conforme necessidades da comunidade. Como pontua Andery (1993), Walden II é uma comunidade voltada para o futuro. Skinner concebe essa ficção em meio a grandes preocupações sobre o destino em curso do planeta, o que emergiu foi a concepção de uma comunidade que permita a maleabilidade para solucionar problemas, o que permitiria a sobrevivência dessa.

O que se pode concluir das séries de afirmações a respeito da natureza do comportamento em *Walden II*, é que a determinação deste respalda a confiança do cientista para fazer intervenções úteis para a melhora de vidas dos habitantes. Se o comportamento possui causas, e muitas delas estão no âmbito da organização social, é possível manipula-las com vista de alterar o comportamento. O controle que o cientista tem sobre o comportamento é, contudo, limitado pela sua complexidade. O conhecimento do cientista pode ser aperfeiçoado, mas novas condições criadas pela intervenção também criam um novo universo demasiado complexo para o entendimento total do fenômeno. O conhecimento gerado é sempre aproximado e temporal. Diante da impossibilidade de conhecimento total, ao invés de rejeitar o status determinado do comportamento, Skinner é moderado na possibilidade do conhecimento científico. A determinação do comportamento aqui assume o papel motivador para a pesquisa científica, que tem seu conhecimento produzido reorganizado conforme surjam novos arranjos do fenômeno estudado.

2.4 Influências e contribuições de Thoreau para Walden II

A influência de Thoreau no romance de Skinner é presente em vários âmbitos, ainda que haja amplas diferenças entre pressupostos da tradição filosófica do transcendentalismo para

a proposta de ciência contida no behaviorismo radical. Também há o agravante da preocupação de Skinner se centrar na construção de uma nova vida em comunidade, diferente do objetivo de autodescoberta posto por Thoreau.

Iniciando com as congruências entre os dois autores, as duas obras assumem que para a modificação de uma vida defeituosa, marcadas pelas injustiças e imposições de outros, é necessário examinar a fundo as práticas habituais e naturalizadas: “ambos os livros afirmam que devemos examinar o modo de vida em que fomos criados e, se possível, o substituir por uma maneira melhor” (SKINNER, 1978a, pág. 11). Depois de identificar os vícios atados nos costumes, é necessário criar uma nova prática que a substitua, através do planejamento minucioso. É isto que faz Thoreau, por exemplo, quando registra em diário o material necessário para a construção de sua cabana ou elabora um manual para o cultivo de sementes, o livrando das relações comerciais vigentes. Essa característica também é presente em *Walden II* de Skinner na organização minuciosa do serviço doméstico visando ocupar o menor espaço e, conseqüentemente, aumentar o tempo livre de seus habitantes. Skinner dá passo além ao conciliar o planejamento com a experimentação científica como ferramenta que permite testes contínuos no cotidiano de sua comunidade e experiência de novas práticas. Esse arregado planejamento é o que permite o surgimento da boa vida e também uma inspiração primária para a obra *Walden II*: “O conselho de Thoreau ainda se faz claro: a boa vida é apenas alcançável com o planejamento deliberado” (SKINNER, 1973a, pág. 193).

Como propulsor para um novo projeto de vida que busque reparar um mundo danificado, está o sentimento compartilhado pelos autores de insatisfação com a realidade que funciona como um motivador para o projeto de comunidade skinneriana. Se por um lado Thoreau denuncia o horror da escravatura e o trabalho excessivo dos camponeses, Skinner possui um tom crítico semelhante sobre as mazelas presentes na sua sociedade contemporânea. Problemas como a coerção amplamente utilizada, oportunidades disponíveis apenas para poucos e um consumismo exacerbado são pontos indesejáveis em *Walden II*. Ao contrário, a comunidade imaginada por Skinner provê segurança e conforto para todos os membros e aumenta as possibilidades pessoais de cada um dado o arranjo comportamental feito. O teor das queixas levantadas ao mundo exterior em ambos os livros é pessimista sobre a possibilidade de grandes reformas na sociedade, o que por ora justificaria o projeto de isolamento.

O modelo de vida fora da comunidade de *Walden II* é criticado por Skinner em diversos pontos. Problemas internos dos Estados Unidos, como a exploração de empregados, horas de trabalho excessivas e uma vida limitada incapaz de prover felicidade em larga escala, são levantados nos diálogos dos personagens do romance. O diálogo seguinte do personagem

idealizador de Walden II é um exemplo da insatisfação de Skinner com o modelo de vida e do uso de coerção como forma de controle pelas instituições governamentais:

Como usamos o termo atualmente, governo significa poder - principalmente o poder de forçar a obediência [...]. As técnicas de governo são o que você espera - eles usam a força ou a ameaça de força. Mas isso é incompatível com felicidade permanente - nós sabemos o suficiente sobre a natureza humana para afirmar isso. Você não pode forçar um homem ser feliz se ele é forçado seguir um padrão de felicidade. Ele deve ser conduzido de uma maneira diferente para ser satisfatório (SKINNER, 1948, pos. 2884).

Sobre o uso da coerção como forma de controle, Skinner afirma sua inadequação pelos seus efeitos a longo prazo, como as tentativas de contracontrole. Punir alguém por não se comportar como o esperado produz uma resposta de agressividade, além de não ser efetivo pois a punição não é totalmente eficaz em garantir de que o ato punido não acontecerá novamente. Por outro lado, Skinner usa seus personagens para advogar a importância do reforço positivo. Além de reduzir sentimentos negativos oriundos do controle pela punição, sob o controle positivo é criada a possibilidade para que o indivíduo se sinta livre, pois o indivíduo tem seu comportamento reforçado fazendo aquilo que gostaria.

O controle do comportamento baseado no reforço positivo se estende por várias práticas da comunidade de Walden II. Em especial, o sistema de trabalho cooperativo de Walden II pressupõe que as pessoas sejam livres para cumprir seus créditos da forma que preferirem. Às variadas atividades da comunidade são atribuídos valores de créditos que os habitantes escolhem para compor sua carga anual de trabalho. As agências de controle da comunidade não podem obrigar seus membros a seguirem determinada atividade, mas os membros escolhem as atividades de sua preferência para preencher seu banco de créditos. Tampouco os habitantes cumprem seu trabalho porque temem as consequências negativas a longo prazo, já que essas são inexistentes em Walden II. Mas as contingências em relação ao reforço positivo fazem com que as pessoas sejam produtivas e sintam-se satisfeitas no trabalho. Ademais, contingências planejadas objetivando a obtenção de reforço positivo são presentes em toda a comunidade. Já a obrigação, ou coerção, é substituída pelo arranjo de situações em que as pessoas se sintam bem executando uma ação esperada e a façam seguidamente.

Outro ponto de importância e similaridade com as ideias de Thoreau está na organização política da comunidade, como uma alternativa à democracia. Como espantosamente os visitantes percebem, a comunidade não é democrática, mas a política e organização da comunidade é cuidada por especialistas escolhidos sem eleições. Apesar de todos receberem uma educação ética, isso é, sabem como suas ações influenciam o restante da comunidade, não é esperado de todos que tenham o conhecimento especializado em organização social. O

idealizador de Walden II comenta que da mesma forma com que não é exigido que os habitantes entendam algo de motores a diesel, não é necessário o conhecimento em política para a vida em Walden II. Mas especialistas em organização com o conhecimento técnico necessário, avaliam cuidadosamente as necessidades dos habitantes e decidem a formulação das práticas de controle, consequentemente poupam outros membros desse trabalho.

Walden II elimina a necessidade de jogos políticos democráticos, esses requerem a formação de grupos, alianças e lideranças individuais com interesses diversos na comunidade. Mas o interesse de todos os membros é o que alicerça a ação dos planejadores de Walden II que não agem em benefício próprio. A junta de planejadores, nome dado aos governantes, são especialistas escolhidos pela sua capacidade gestora de acordo com o interesse da comunidade em geral. O controle se afasta da tirania por negar duas de suas características básicas: a forma de controle é exposta e poderá ser questionada por todos os habitantes, também não há coerção ou uso da força física para governar. Ao invés dos mecanismos democráticos para decisão de interesses no cenário político, as decisões tomadas pelos responsáveis pela organização em Walden II devem atentar para o benefício de toda a comunidade.

Diante da organização almejada em *Walden II*, tem-se aspectos críticos à democracia e um repúdio ao governo do mundo exterior. O tratamento dado à democracia por Skinner é bastante semelhante ao de Thoreau (1849). A democracia, nas palavras de Skinner (1948), trata de um sistema em que a população escolhe entre candidatos que não representam seus interesses adequadamente, sendo as eleições uma maneira do governo legitimar seu poder diante de todos. Como exposto acima, a sociedade de Walden II é bem-sucedida em se organizar de forma que os especialistas encarregados do planejamento tratam exclusivamente de ouvir demandas de todos os seus habitantes e atendê-las. Ainda, a política mantida pelas nações do mundo, problemas como a guerra e uso das nações na punição como forma de coerção pelo governo, mostram a ineficácia da democracia em resolver todos os problemas.

Diante desse panorama de ampla insatisfação com o mundo exterior, a comunidade Walden II pratica uma desobediência silenciosa perante às políticas em que é envolvida. O contato com o governo externo é o mínimo possível para garantir a convivência pacífica da comunidade (Walden II depende da importação de produtos, bem como da formação de profissionais em faculdades fora dos limites da comunidade). Mas nos aspectos políticos mais essenciais à sobrevivência da comunidade, ao invés de lutar contra o governo, a comunidade se isola dele. Ao contrário de Thoreau, os habitantes de Walden II pagam seus impostos e se submetem a outras obrigações com o governo quando necessário. Mas a comunidade lida de resolver seus próprios problemas sem tentar mudar relações fora dos seus limites. Trata-se de

uma posição conciliável com os princípios de Thoreau em muitos aspectos. Ao mesmo tempo em que a comunidade não se envolve na criação dos problemas do mundo externo, se recusa a participar deles. A opção de pagar impostos (e colateralmente contribuir com o governo) é uma opção realista dada a permissão para a existência da comunidade. Como resultado a comunidade inteira pratica a resistência pacífica perante ao poder e construindo uma realidade à margem deste.

É notável nas duas obras a tendência pessimista de resolução dos problemas no mundo externo por vias de reformas. Thoreau nega a legitimidade do governo ou de qualquer forma de poder pautada na dominação e cerceamento da consciência, sendo a única saída moral possível o isolamento desse. Já Skinner prevê dificuldades de execução de uma reforma para implementação de contingências semelhantes às de Walden II no mundo exterior, não porque não seria possível (ainda que a dificuldade de implementação em uma cultura já existente seja maior do que o planejamento de uma comunidade desde o início), mas porque isso tenderia ameaçar o poder de autoridades econômicas, políticas e religiosas que rapidamente tratariam de frustrar o empreendimento.

No que concerne à política, há uma clara diferença entre Skinner e Thoreau. Enquanto que na utopia criada pelo primeiro, o papel de planejadores de regras e norteadores da conduta é deixada na mão de um especialista que detém o conhecimento técnico apurado sobre comportamento e pressupõe saber o melhor para a comunidade, o segundo desacredita na submissão a qualquer tipo de poder. Segundo Thoreau, não é possível deixar o papel de decisão para alguém além do próprio sujeito, o que cercearia a consciência e tornaria o indivíduo em um repetidor de regras, pervertendo qualidades humanas oriundas a ele. Ainda que hajam semelhanças entre os dois autores no que diz respeito à desesperança de uma mudança com o sistema político vigente, o que resulta em um isolamento nos dois projetos, há uma diferença insuperável no que se refere à forma que ambos preconizam uma organização à margem da sociedade.

Outro aspecto compartilhado pelas duas obras é a constante observação e experimentação da natureza, ainda que sejam compreendidas em concepções bastante distintas. Para Thoreau a natureza é entendida em uma tradição literária nos termos transcendentalistas, no qual a relação do homem com a natureza é seguida da autodescoberta. No texto de Skinner natureza é entendida como os fenômenos dados no mundo, incluindo os eventos sociais, que são passíveis de experimentação e intervenção. Nesse sentido, o naturalismo do primeiro é de caráter romântico, enquanto o do segundo é biológico e funcional. Entretanto, há um certo ponto de convergência entre ambas as visões, já que nas duas concepções o humano é visto como

dependente e participante do mundo natural. O exercício da consciência individual livre em Thoreau é possibilitado pela racionalização da sua vida nas matas e o planejamento minucioso dessa. Tal como a experiência de Thoreau, a comunidade Walden através dos seus cientistas busca entender a fundo as relações de dependência entre eventos e consequentemente otimizar sua rotina e arranjo, estabelecendo uma organização social. Em ambas as obras, a boa vida só é concretizada através da racionalização das atividades do cotidiano que permitem a vivência fora da sociedade governada e ocupa o menor tempo possível.

As mudanças provocadas pelo homem na natureza eram objeto de preocupação de Skinner quando escrevia o romance. A estrutura de *Walden II* enquanto uma pequena comunidade favorece a redução da poluição e uso de recurso desnecessários. Como argumenta Skinner no prefácio ao livro escrito em 1976, as mudanças climáticas são evidências das urgências para mudanças no modo de vida estadunidense e necessidade de pôr em prática ferramentas de engenharia comportamental ilustradas em *Walden II*. Como salienta Dittrich (2004), o ecologismo era um movimento pouco amadurecido na ocasião da primeira publicação de *Walden II*. A obra de Skinner trata de preocupações pouco usuais para sua época. O planejamento social de *Walden II* é inspirado na doutrina de Thoreau de evitar o consumo de bens desnecessários, evitando a poluição. De fato, o modelo de uma pequena comunidade que produz a maioria dos próprios recursos retratada em *Walden II* é uma figura comum em propostas de movimentos ecologistas.

As afirmações anteriores são exemplos de conciliações da proposta de Skinner com Thoreau. Outros trabalhos de interpretação (BAPTISTA DA SILVA, 2008; VILLALOBOS, 1981) demonstram proximidades semelhantes as aqui apresentadas entre os dois autores, assim como há barreiras insuperáveis, o que não indica uma continuação da tradição filosófica de Thoreau em *Walden II*. A referência de Thoreau, para Skinner, serve como uma ferramenta literária para elucidar o desejo de rompimento com as práticas sociais vigentes e a necessidade de criação do novo pautado em certos propósitos e maneiras comuns aos dois autores.

Enquanto Thoreau afirma a experiência que teve em Walden como uma forma de transcendência e revelação da sua essência humana, a posição de humano de Skinner é notavelmente marcada pela rejeição do essencialismo. Em *Walden II* um dos objetivos primários é o favorecimento à felicidade, o que passa a ser visto como um direito de cada membro, para tal é eliminada a coerção e outros fatores negativos do mundo exterior graças ao arranjo fino de contingências. Desta forma, o ambiente em *Walden II* é organizado de tal forma que permita as condições necessárias para a emergência da felicidade. O objetivo é tratar de proporcionar condições para que a felicidade ocorra, principalmente através do uso de

reforçadores positivos. Tal como no relato da experiência de Thoreau, a vida feliz não precede experiências grandiosas ou grandes conquistas, trata-se de uma vida sobretudo simples na qual as ocupações menores são desfrutadas.

As semelhanças entre Skinner e Thoreau são atenuadas quando se trata dos meios para alcançar o objetivo comum a ambos. Villalobos (1981) comenta a separação entre o projeto individualista de Thoreau e a empreitada coletivista de *Walden II*. Enquanto Thoreau afirmava firmemente a unicidade de cada indivíduo, através de termos transcendentalistas, Skinner não admite grandes diferenças individuais que frustrem o projeto de comunidade, como argumenta a comentadora. O projeto skinneriano acabaria por massificar os indivíduos como exigência para uma comunidade orientada pela igualdade. Pressupor que a felicidade seja alcançável por todos que habitam Walden II desemboca em uma visão de humano que leva em conta a possibilidade de uniformização do indivíduo. Na interpretação de Villalobos (1981), as afirmações de Skinner na obra sobre a possibilidade de prover uma vida satisfatória para todas as pessoas através de contingências que funcionam para todos também remove elementos de unicidade das pessoas. O teor dessa crítica também é presente no romance de Skinner através das falas do personagem do filósofo racionalista Castle que acusa o mentor da comunidade de massificar os seus habitantes. O encaminhamento para essa crítica é apontado adiante.

Diferente da experiência solitária de Thoreau nos bosques da Concordia, que Skinner em obra posterior chama de um “individualismo voluntário” que “mostra óbvias deficiências com a sociedade” (1971, pág. 123), o autor de *Walden II* enfoca o estabelecimento de uma organização em comunidade em que figuram as relações de dependência entre comportamento e consequência, além de seu valor utilitário. Desse modo, para compreender o papel ativo da comunidade sobre o comportamento das pessoas, é útil estabelecer correlações entre as afirmações de Skinner (1948) e a filosofia utilitarista.

2.5 Walden II e o Utilitarismo

O termo utilitarismo é aqui definido como a doutrina econômica e política originalmente proposta por Jeremy Bentham (1781) que tem como tese principal a maximização racional da felicidade global dos indivíduos pertencentes à uma organização. Para tal, leis são entendidas como ferramentas que geram recompensas e punições produzindo consequências de forma proporcionar o acréscimo de satisfação para a maioria. Os interesses das pessoas são harmonizados artificialmente, isto é, em meio a interesses incompatíveis são encontradas formas de conciliação tendo em vista o bem comum. Em contraposição às teorias do contrato

social, Bentham substituiu o essencialismo dos direitos naturais dos indivíduos pela maximização do alcance de interesses comuns.

Simplificadamente, o utilitarismo se afasta da consideração intrínseca da natureza metafísica do homem para centrar nas consequências das ações individuais na coletividade. Uma ação não é definida por moral ou adequada dado valores inerentes ao homem, mas pelo impacto em outras pessoas. A definição de homem naturalmente sensível a dor e prazer, que adapta sua conduta como forma de adquirir o maior montante de felicidade possível, viabiliza a imposição de consequências para cada indivíduo, com objetivo final do bem comum. Bentham apresentou uma alternativa ao individualismo presente nas teorias liberais anteriores a ele, contudo, o cerne do interesse do autor são processos individuais de concordância de interesses e a ação da sociedade sobre o individual (FIGUEIREDO, 2002).

A ênfase dada por Bentham ao individualismo, pensando nos fundamentos que regem uma "sociedade de indivíduos", faz com que este seja caracterizado como um liberal, mas não sem discordâncias. Para alguns, o caráter coletivista da organização social proposta por Bentham envolta por um estado disciplinar são distinções intransponíveis com a tradição liberal inglesa (FIGUEIREDO, 2002). A importância do autor é sentida amplamente nas variações de utilitarismos posteriores, e enraizada na cultura anglo-saxã e também nos Estados Unidos onde foi uma visão dominante até 1970, como afirma Caillé (2001). A correlação entre Skinner e Bentham é afirmada por Audi (1976), Young (1983), Figueiredo (2002) e Hocutt (2013), especialmente pelo papel que leis ocupam na sociedade imaginária de *Walden II*, que encontra paralelos com a maximização racional de felicidade posta pelo segundo.

O próprio Skinner (1974a, pág. 232) afirma que Bentham foi considerado por muitos como um behaviorista por conta da sua destacada atenção ao ambiente. Como sugerido, alguns pontos de similaridades podem ser traçados entre ambos autores. A influência do utilitarismo de Bentham pode ser melhor percebida na organização de regras de condutas de *Walden II*. A comunidade dispõe de uma série de códigos, similar as leis, que funcionam como um guia de conduta para seus membros. São construídas pelos especialistas em planejamento tendo em vista a satisfação de todos os membros da comunidade. Como afirma Skinner (1948), não são normas penosas de serem seguidas, mas funcionam como um lembrete até que estejam normalizadas no repertório do indivíduo. O que os personagens de Skinner chamam atenção é a ausência de valores absolutos nas normas, em pouco tempo elas podem ser facilmente alteradas para melhor adaptação à comunidade.

Como sugere o personagem Frazier, um princípio ético absoluto, apenas validado no campo da lógica, perde o seu valor funcional e utilitário. A consequência imediata é seu

funcionamento para poucos e um caos moral provocado pela sua inadequação em gerar consequências adequadas para maioria. Basear recompensas em oportunidades disponíveis para poucos e alargar o uso da coerção como forma de controle, provoca um mal-estar e sentimentos negativos, o que é sentido pelos personagens visitantes de *Walden II* como a falta de oportunidades e impelimentos para uma vida desagradável no mundo exterior.

Leis rígidas logram em não se adaptarem à volatividade de uma sociedade em mudança falhando em serem instrumentos que proporcionem mudanças desejáveis. De maneira oposta, uma moral adaptável ao seu contexto contempla as necessidades da comunidade e é conciliável com a visão de homem skinneriana, um indivíduo com capacidades adaptativas que orienta suas ações, o que é estabelecido pelas relações que aqui Skinner denomina de causa e efeito entre variáveis dependentes e independentes. A proposição é de que a formação ética dos indivíduos é produto de arranjos comportamentais bem-sucedidos seja conciliável com uma posição científica do homem: “Nossa concepção de homem não é retirada da teologia, mas de um exame científico do próprio homem” (SKINNER, 1948, pos. 2948). Mais uma vez na utopia skinneriana a necessidade de suprir enunciados logicamente é deixada de lado para a justificativa das práticas culturais por vias da experimentação: “Quais são as técnicas, as práticas de engenharia, que vão moldar o comportamento dos membros do grupo para então funcionar placidamente para o benefício de todos? Isso também é uma questão experimental [...] para ser respondida pela tecnologia comportamental” (SKINNER, 1948, pos. 2624).

Algumas similaridades podem ser observadas entre o ideal regulador na organização social em *Walden II* e o utilitarismo oriundo de Bentham. O objetivo de prover felicidade e harmonia para todos os membros do grupo e também do papel ativo das leis como instrumentos para modificação da conduta são observados em *Walden II* e presentes na filosofia utilitarista.

Tanto em *Walden II* como na obra de Bentham é assinalado o bem comum como o estabelecimento da organização social. O comportamento dos personagens que habitam *Walden II* é avaliado na medida que provoca consequências que aumentam a disponibilidade de reforçadores para a comunidade em geral. Em ambos os projetos, é reconhecido a pluralidade de interesses dos indivíduos que dividem o espaço social. Esses interesses são agregados na medida que possibilitem o manifesto da vontade do outro, desde que sejam benéficos aos outros membros. Ações são aprovadas, ou desaprovadas, à medida que apresentam tendência em aumentar ou diminuir a felicidade alheia. O comportamento do indivíduo é então avaliado sobre seus efeitos posteriores sobre outros. Young (1983) pontua que as correntes utilitaristas enfocam as consequências futuras, e não uma retribuição ao passado, como o interesse para a criação de leis. A caracterização de *Walden II* como uma comunidade voltada para o futuro

(ANDERY, 1993) também permite traçar um paralelo com o utilitarismo, bem como as ações perdem seus status de valores morais absolutos, na definição de Skinner, para centrar nas consequências práticas do estabelecimento de normas na comunidade a longo prazo.

Outro ponto possível de congruência está na própria definição de organismo como naturalmente sensível às consequências do seu ambiente pelas quais se adapta, eliminando uma definição naturalizante da moral, e que é coerente com a visão de humano de Bentham: um ser que procura maximizar o prazer obtido e reduzir a dor. Entretanto, como salienta Audi (1976), aqui a similaridade é mais restrita pelas definições. A explicação do reforçador não é esgotada pelo valor prazeroso nos termos de Bentham, que afirmava que o ambiente produzia alterações na consciência humana e que por sua vez influíam sobre o comportamento. Já a explicação científica de Skinner substitui a necessidade de uma consciência pelo efeito fortalecedor que o reforçador produz na alteração de probabilidade de incidência futura do comportamento operante.

A definição de reforçadores em termos de prazer, contudo, é uma figura presente em textos de Skinner, como salientam Tamura e Laurenti (2017). O que é reforçador pode ser descrito pelos sentimentos prazerosos do organismo. Ainda que esses sentimentos não sejam a causa do comportamento, o reforçador possui uma estreita relação com o efeito corporal prazeroso. Isto denota um ponto de aproximação entre a concepção de humano de Bentham com a de Skinner, como a de um organismo que busca omitir o sofrimento e aumentar o prazer.

Há, entretanto, grandes diferenças entre os pressupostos do behaviorismo radical com o utilitarismo inglês, que podem ser justificadas, em parte, pelo mais de um século que separam os dois autores. A compreensão de natureza humana de Bentham antecede o estudo científico do comportamento pelos movimentos behavioristas. Para o autor, dor e prazer eram entendidos como termos reais de unidades que servem como motivadores para a ação individual. Já para Skinner, dor e prazer são parte da consequência do comportamento e não unidades estanques, mas que possuem valor reforçador ou punitivo moldado pela história individual. Ademais, no planejamento de uma cultura como a de *Walden II* é necessário ter em vista o funcionamento de reforçadores sobre comportamentos específicos:

As prescrições dos utilitaristas nunca funcionaram porque eles enfatizaram as consequências (prazer e dor), enquanto negligenciaram as relações contingentes. Sob quais condições e em qual momento um ato é seguido por uma consequência prazerosa ou dolorosa? (SKINNER, 1974b, pág. 153).

Para além das divergências da compreensão científica de Skinner e Bentham, há similaridades do projeto político de ambos. Sendo o utilitarismo uma visão que permeou a cultura anglo-saxã ao mesmo tempo que Skinner produziu *Walden II* (CAILLÉ, 2001), é

possível conjecturar que a ressonância se dê em um nível de influência do contexto histórico em que Skinner estava inserido, mais do que uma referência direta. Apesar de incompatibilidades no entendimento de natureza humana, no texto de 1948 de Skinner preceitos originalmente propostos por Bentham (1781) encontram guarida e evidenciam o percurso da tradição filosófica do autor.

2.6 Abandono da definição de responsabilidade?

Diante do exposto, há manifestações que servem para alicerçar uma noção de responsabilidade presente no texto de 1948. Primeiramente, há uma clara defesa sobre o determinismo na obra, a possibilidade de o comportamento ser dependente de variáveis que podem ser modificadas é o principal fundamento que permite a concretização de *Walden II* pelo uso da engenharia comportamental.

As afirmações sobre responsabilidade no romance são conexas ao tratamento dado à questão da liberdade, que aparece nas discussões entre o fundador da comunidade e o professor de filosofia visitante. O conceito tradicional de liberdade é inegociável com uma análise científica do comportamento. Para a tese de influência racionalista, a responsabilidade recai toda sobre o indivíduo, que tem liberdade para a decisão de ação, e portando justifica a imputação de crédito ou punição ao seu comportamento. Ao invés, o planejamento da comunidade procura entender as variáveis das quais o comportamento é dependente para a modificação do comportamento individual em prol de todos os membros. Para atender as necessidades de um planejamento científico, Skinner afirma a inutilidade do termo liberdade através da fala do professor Frazier: “Eu nego que exista liberdade. Devo negar isso ou o meu programa seria absurdo. Você não pode ter uma ciência sobre um assunto que age caprichosamente” (1948, pos. 3790).

Ao invés de definições, o romance traz demonstrações de como a comunidade lida diferentemente com situações recorrentes do mundo exterior. Como forma de exemplificar como sua sociedade imaginária trataria de casos de incompetência ou falha deliberada, Skinner adota uma justificativa pragmática. A tomada de decisões que antevêm a ação em si é consequência direta da história de interação do infringente com seu ambiente, salientando a tese determinista da obra. Da mesma forma que não há sentido em buscar uma punição para quem adoece, tendo em vista que a doença não é deliberadamente provocada, tampouco faz sentido estabelecer punição para uma atitude promovida pelo ambiente. Ao invés disso Skinner adota

uma postura otimista para o infrator: é possível rearranjar o seu ambiente de forma a promover bons hábitos.

Ademais, a ordenação comunitária em *Walden II* estabelece pouca ocasião para a ocorrência de delitos ou atitudes danosas a outros. O bem comum é um valor central da utopia skinneriana, práticas que consequenciam o prazer individual são aceitas na medida em que não interfiram na felicidade de outrem. Até mesmo a atribuição de um mérito segue um valor utilitário, atribuir a alguém glórias em detrimento de outros é um desmerecimento da ação da comunidade em geral que possibilitou o feito. Nas palavras de Skinner: "É como se tivesse dado uma certa quantia de dinheiro que pertencia a toda a comunidade" (1948, pos. 2568). Ao invés da recompensa centrada na ação de um indivíduo, o sentimento de gratidão em *Walden II* é geral sobre todos os tipos de tarefas desempenhadas. Também é uma sociedade onde o uso da punição como coerção foi abolido, esses dois remetem ao tipo de controle usado por governos e que verdadeiramente distanciam o homem da liberdade.

O conceito tradicional de responsabilidade moral é rechaçado pelo mentor de *Walden II*. As ocasiões em que a responsabilidade moral é diretamente abordada no livro tratam de colocar o conceito junto às divagações inúteis da filosofia, sugerindo o abandono da forma com que esta é tratada tradicionalmente. Para esse personagem, que direciona a posição sustentada pelo livro, é a de que a ideia de responsabilidade é alicerçada por uma noção de livre escolha que carece de conteúdo científico tal como é inútil à organização social pretendida pois se baseia em efeitos colaterais como recompensar um indivíduo pelo seu mérito e punir outro por sua falha. Ao contrário, o sentimento de gratificação da comunidade é disponível para qualquer membro, diminuindo a necessidade de atitudes de competitividade e disputa. Quando há algum comportamento inadequado, esse é tratado como produto das consequências do ambiente que na medida do possível devem ser reorganizadas. O imaginado sucesso pacífico de *Walden II*, uma comunidade praticamente sem malfeitos, é uma demonstração da vantagem do posicionamento de Skinner sobre o pensamento libertário e individualista.

Diante do exposto é possível formular que a responsabilidade tratada na ficção de Skinner converge com a sua concepção tradicional, a capacidade do homem para agir independentemente das condições impostas numa demonstração da sua independência, como exposto no capítulo anterior. O sujeito dotado de uma racionalidade a ele intrínseca pode escolher autonomamente, o que o faz responsável moralmente. Isto é contrário à concepção científica de comportamento que fundamenta a utopia de *Walden II* e portanto, sugere o abandono da "velha noção de responsabilidade individual" (SKINNER, 1948, pos. 2609). O

comportamento aparece como determinado ontologicamente, e é essa sua característica que valida o esforço de arranjar variáveis de acordo com o pressuposto da boa vida.

Nossos membros estão praticamente sempre fazendo o que eles querem fazer - o que eles “escolhem” fazer - mas nós pensamos que eles vão querer fazer exatamente as coisas que são melhores para eles mesmo e para a comunidade. O comportamento deles é determinado, ao mesmo tempo livre (SKINNER, 1948, pos. 4340).

Ao invés de centrar o critério de responsabilidade nos indivíduos, as contingências sociais a que o sujeito é submetido são o principal destaque na análise skinneriana. O valor de punir ou recompensar se torna pragmático e é esvaziado de acepções sobre qualidades intrínsecas ao homem. Recompensar alguém com reforço positivo é útil na medida que seu comportamento é desejável e adequado aos demais membros da comunidade. Entretanto Skinner insere algumas limitações sobre seu uso, o que o distancia da visão meritocrática. Por exemplo, a atividade do médico que salva vidas é tão importante quanto a do zelador que participa do saneamento da comunidade. Já a punição tem efeitos colaterais indesejáveis, e por esse motivo seu uso é muito restringido. Quando há um comportamento problema recorrente com um dos membros da comunidade, ele é levado a especialistas para entender o motivo pelo qual o levou agir dessa forma e então arranjar novas contingências para solucionar o problema. O sucesso da comunidade em extinguir malfeitos sugere que Skinner transpôs a responsabilidade do indivíduo para o coletivo. É prescrita uma organização eficaz e centrada na felicidade dos seus membros o que restringe a possibilidade de infrações.

2.7 Síntese

O presente capítulo se ocupou de investigar os valores expostos por Skinner no romance *Walden II* (1948). Através da visão de uma comunidade imaginada bem-sucedida em resolver os problemas do mundo contemporâneo, é possível captar aspectos da sua posição política e implicações da ciência para a construção de um mundo melhor. Para tal, a posição do autor foi articulada com a de Henry David Thoreau, assumidamente uma referência para Skinner, e também Jeremy Bentham, com quem o autor guarda algumas semelhanças.

Uma primeira impressão sobre os *Walden's* de Skinner (1948) e Thoreau (1854) permite compreender a proximidades dos motivadores das duas obras. Ambos os autores compartilhavam contextos de insatisfação com o mundo em que viviam. Thoreau (1854) escreveu durante o período de escravidão e o início da disputa territorial dos Estados Unidos contra o México, em que a liberdade de pensamento era seriamente ameaçada pelo Estado; enquanto Skinner escreveu durante um contexto em que seu país enfrentava variados

problemas, a maioria devido à má organização social. Ambos os autores procuraram mostrar através de suas narrativas realidades alternativas ao curso da ação do contexto em que viviam. No caso de Thoreau, tratava de uma experiência real, que prescrevia valores éticos da autonomia humana perante um Estado tirano. Enquanto que Skinner (1948) elaborou uma realidade imaginada, mas que defende ser alcançável com os princípios da análise científica do comportamento.

Walden II tem um importante papel em exemplificar alguns valores desse momento do trabalho de Skinner, como a negação de explicações que são avessas ao seu entendimento científico do comportamento. Junto ao bojo de teorias que demonstraram pouca utilidade em resolver problemas humanos, estão as de cunho racionalistas, como a responsabilidade moral.

Também há uma forte afirmação do determinismo aplicado ao comportamento humano. O que coincide com a interpretação de Moxley (1999) sobre *Walden II*. Skinner afirma a condição complexa da comunidade, centro de principal interesse do livro. Sendo uma comunidade viva e em transformação, as variáveis nelas que controlam o comportamento também são instáveis e versáteis. O autor não se compromete com uma visão mecanicista de determinismo pois admite que não é possível capturar elementos suficientes que permitem a dedução a longo prazo através da linearidade dos fenômenos tratados. Negando um alcance total das previsões científicas, portanto a assunção do determinismo tem um alcance limitado. Uma vez feitas as intervenções baseadas na análise experimental da comunidade, um novo contexto complexo se arranja. Porém, é a crença que o comportamento dos membros da comunidade é determinado que permite uma nova investigação das variáveis em ação e a estruturação de previsões que sirvam para uma nova intervenção.

Tal visão de mundo que prescreve o comportamento humano como determinado, frustra os conceitos tradicionais do livre-arbítrio. Sendo o livre-arbítrio parte de uma teoria que nega a influência do ambiente sobre as escolhas humanas, escapa da noção apresentada no livro do autor. Isso desemboca em afirmar também que o indivíduo não tem responsabilidade total por suas ações, pois não parte exclusivamente dele a causa do próprio comportamento. A responsabilidade é transferida para a comunidade, na qual devem ser feitas mudanças que permitam o surgimento do comportamento adequado e extinção do inadequado.

A assunção da possibilidade de modelagem do comportamento dos membros que habitam a comunidade é um ponto de crítica tecida por Villalobos (1981), que defende que o projeto de Skinner restringiu a individualidade na sua concepção de humano. Como resposta, é possível afirmar que contextos complexos de interação que ocorrem dentro de uma comunidade, criam indivíduos diferentes entre si. Ademais, é observado em *Walden II* a

especial tolerância para a individualidade. Os membros podem, por exemplo, decidir o que estudam ou engajar em atividades que bem entendam. Dispositivos sociais massificantes, como a imposição de um currículo escolar ou a publicidade comercial, inexistem na comunidade.

Diante da crítica de que a comunidade imaginada por Skinner padroniza os indivíduos, o utilitarismo pode ser entendido como um conciliador entre a individualidade e os interesses múltiplos. Como Skinner afirma insistentemente, os personagens habitantes de *Walden II* possuem características pessoais únicas. Prova disso seriam as criações artísticas singulares produzidas na comunidade e também o interesse diverso por tópicos de estudo, por exemplo. No utilitarismo, a individualidade é mantida e incentivada na medida que as ações sejam benéficas à felicidade global da coletividade. Uma norma inerente à comunidade é avaliar as consequências da conduta individual para todos. Em *Walden II* as regras e convenções sociais são pensadas na medida que facilitem o acesso a reforçadores para a comunidade em geral, um princípio bastante semelhante ao de leis como instrumento de maximização da felicidade global do utilitarismo.

As posições supracitadas de Skinner serão comparadas com as décadas seguintes de sua produção teórica, com fins de verificar se há sustentação delas ao longo do desenvolvimento da sua obra. O próximo capítulo aborda textos publicados nos anos 1950 e 1960 nos quais os textos propriamente teóricos do autor permitem apontar os conceitos apresentados na ficção *Walden II*.

CAPÍTULO III – O DETERMINISMO COMO VALOR ÚTIL PARA CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A RESPONSABILIDADE

O presente capítulo ocupa-se da análise do primeiro eixo da obra de Skinner onde se concentra teses do autor sobre a importância do determinismo na constituição de uma ciência do comportamento. Aqui são abordados majoritariamente os textos de Skinner publicados nas décadas de 1950 e 1960, década que forma a primeira parte da produção do autor e se alicerça em bases modernas para a consolidação da sua proposta de ciência. Como dito anteriormente, esta pesquisa não incluiu em sua análise os textos de Skinner anteriores a 1950 (com exceção de *Walden II*). Os textos selecionados para compor este capítulo foram partes dos livros *Science and Human Behavior* (1953), *Verbal Behavior* (1957) e *The Technology of Teaching* (1968). E o artigo *What is the experimental analysis of behavior?* (1966).

Para a interpretação dos textos analisados, foram utilizadas as categorias descritas no primeiro capítulo desta dissertação. Como indicado, foram construídas categorias relacionadas ao determinismo para compor o quadro de análise da dissertação: determinismo mecânico, que afirma relações inexoráveis de necessidade, decomposição linear dos eventos e invariabilidade; determinismo funcionalista, que aponta contextos complexos, funcionalidade do comportamento e selecionismo como modelo explicativo; indeterminismo que afirma as relações de probabilidade e imprecisão das previsões científicas negando a rigidez do determinismo. A trama desenvolvida nesse eixo da obra de Skinner será conciliada com as categorias relacionadas ao determinismo, que servem para demonstrar a relevância para a sua visão de responsabilidade, que aqui foi dividida entre a posição clássica racionalista e a postura pragmática. A primeira entende a consciência racional como elemento constituinte da experiência humana, sendo a responsabilidade um derivado desta que permite a imputação de mérito ou castigo conforme a escolha individual. Uma postura de fonte pragmática desautoriza a visão de uma racionalidade intrínseca mas enfoca nos efeitos do comportamento para a coletividade.

Dentro dos textos selecionados, o livro *Science and Human Behavior*, de 1953, ocupa espaço privilegiado pois nele é encontrada a primeira sistematização da ciência pretendida por Skinner e apontada no romance *Walden II*. Como comentam Andery, Micheletto e Sérgio (2009), o livro nasceu da necessidade de apresentar ao leitor interessado em psicologia a proposta de uma ciência que tomasse o comportamento como seu objeto de estudo fundamental, distinto do que vinha sendo abordado pela psicologia até então ou mesmo na própria linha de pensamento de Skinner, com o qual apresenta uma ruptura em relação às décadas anteriores. O livro aborda

uma variedade de temas, que passam da possibilidade da construção de uma ciência behaviorista para o comportamento do indivíduo em si, grupos e agências controladoras do comportamento e também aborda o problema do controle do comportamento. Compõe uma importante amostra da visão de natureza, ciência e política da obra skinneriana; a sua leitura permite compor traços do sentido dado por Skinner a esses termos, como demonstrado a seguir.

3.1 Determinismo

A noção de causalidade alicerçada por uma compreensão determinista do comportamento é uma figura comum na obra de Skinner, como argumentam seus comentadores (GUIMARÃES; MICHELETTO, 2008). O autor insistentemente afirma que a qualidade de determinado é a primeira permissão para a validação do comportamento como objeto de estudo da ciência. Um exemplo desse tipo de afirmação, amplamente utilizado pela literatura da Análise do Comportamento, está na obra *Science and Human Behavior*, na qual Skinner afirma o pressuposto de que o comportamento humano é determinado como condição necessária para a previsão e o controle propostos:

Não se pode aplicar os métodos da ciência em assunto que se presume ditado pelo capricho. A ciência não só descreve, ela prevê. Trata não só do passado, mas também do futuro. Nem é previsão sua última palavra: na medida em que as condições relevantes possam ser alteradas, ou de algum modo controladas, o futuro também pode ser controlado. Se quisermos usar os métodos da ciência em assuntos humanos, devemos pressupor que o comportamento é ordenado e determinado. Devemos esperar descobrir que o que o homem faz é o resultado de condições especificáveis e que, uma vez que essas condições forem apontadas, podemos antecipar e, em certa medida, determinar suas ações (1953, pág. 6).

Nessa mesma obra, Skinner (1953) delimita o sentido de causa na sua ciência, que se refere às mudanças das variáveis independentes, que ocorrem seguidas do efeito definido como mudanças nas variáveis dependentes. Como comenta o autor, pensar em causas não recai ao sentido comumente pensado na ciência: “Os termos ‘causa’ e ‘efeito’ não são mais amplamente usados na ciência. Eles foram associados com tantas teorias de estrutura e operação do universo que não significam mais o que os cientistas querem dizer” (SKINNER, 1953, pág. 23). Ao invés de relações de causa e efeito, o autor propõe variáveis dependentes e independentes como termos mais acurados. Tal tipo de afirmação parece sugerir um descompromisso com relações causais tipicamente associadas ao mecanicismo e uma forma original do behaviorismo radical tecer soluções explicativas.

O autor atenta para a necessidade de identificar as "causas" do comportamento para a sua investigação científica: “Descobrimos e analisando estas causas poderemos prever o

comportamento; poderemos controlar o comportamento na medida que o possamos manipular” (SKINNER, 1953, pág. 23). O autor considera, ainda, que na Análise do Comportamento, as variáveis dependentes (os efeitos) são o próprio comportamento para qual o cientista busca explicação nas variáveis independentes, definidas como as condições externas das quais o comportamento é função. Estas não são determinantes inexoráveis entre eventos, mas são pensadas em relações funcionais de dependência entre ambas. Nesse sentido, as relações entre causa e efeito do comportamento compõem a investigação científica que devem ser buscadas nas perspectivas das ciências naturais, sendo as relações descritas em termos concretos e objetivos (SKINNER, 1953).

O comportamento que produz alterações no ambiente é denominado de operante. As consequências produzidas por este comportamento no ambiente retroagem sobre ele próprio, alterando a probabilidade futura de sua ocorrência. O operante é de especial interesse para a ciência comportamental, pois é justamente a partir dele que se origina a maioria dos problemas práticos (SKINNER, 1953), especialmente os conceitos de liberdade e responsabilidade desenvolvidos no presente texto.

Há uma marcante distinção entre o comportamento operante e o comportamento reflexo pontuada no livro *Science and Human Behavior*. O reflexo é definido como parte do repertório estabelecido pela história evolutiva da espécie em que variáveis ambientais eliciam a resposta, de forma unidirecional e inflexível. É relevante para a história do behaviorismo radical o rompimento proposto por Skinner com a aplicação da reflexologia aos assuntos humanos complexos, concepção esta que figura no texto de 1953 como a visão do "homem máquina" ou "fantoche", na qual o organismo permanece passivo perante as mudanças. Nele também é inserida a probabilidade como termo integrante do comportamento. A probabilidade aqui remete à impossibilidade de o cientista conhecer todas as causas das quais o comportamento é função. A inauguração do comportamento operante é a principal marca que diferencia o behaviorismo radical de outros tipos de psicologias behavioristas, e o distancia de críticas que lhe são comumente atribuídas.

Contudo, como afirma Laurenti (2009a), há um elemento importante na concepção de reflexo que o afasta do mecanicismo. O reflexo, como elaborado no texto de 1953, é o produto de uma seleção das espécies através de um modelo selecionista que atua de modo direto aumentando a probabilidade de sobrevivência da espécie. Embora no período de vida do organismo, o reflexo e demais padrões fixos de ação atuem como invariáveis e surjam de forma eliciada, a sua história mais ampla de formação evolutiva contém elementos de probabilidade e variação. O paralelo entre seleção das espécies e o comportamento operante, ambos marcados

pelo valor de adaptação, é um ponto comum em Skinner e na própria literatura da Análise do Comportamento (LOPES; LAURENTI, 2016; TONNEAU, 2016). Sendo entendido o reflexo como o produto de uma história evolutiva que permitiu a adaptação da espécie para a sobrevivência, a distância entre comportamento reflexo e as relações de causas inexoráveis do mecanicismo são alongadas. Isto significa o rompimento da dicotomia ontológica entre reflexo e operante, ainda que sejam mantidas óbvias diferenças na análise, além de um afastamento da compreensão de natureza do determinismo mecanicista sustentada nesse momento.

Retomando a concepção de determinismo, o autor pontua o determinismo como um valor "útil" para a pesquisa científica na obra *The Technology of Teaching*:

Determinismo é uma concepção útil porque encoraja a busca por causas. Um homem que acredita que o volume do gás muda caprichosamente não irá buscar pela causa de cada mudança que ele observa e estará menos disposto a descobrir as leis que governam a alteração. Ele também não estará disposto a aprender como mudar o volume. O professor que acredita que um estudante cria uma obra de arte por exercitar alguma faculdade interna caprichosa não irá buscar pelas condições sob as quais ele executa o trabalho criativo. Ele estará menos propenso a explicar tal trabalho quando ocorrer e menos apto em induzir estudantes a se comportarem criativamente (SKINNER, 1968, pág. 167).

Está expressa na citação anterior o valor do determinismo pela sua utilidade à ciência do comportamento. Em parte, o motivo da insistência de afirmações pode ser explicado pelo momento histórico em que o behaviorismo radical disputava espaço com outros projetos de psicologia que enfocavam em agentes internos e emergência espontânea do comportamento (FIGUEIREDO, 2013). Como contraste, afirmar que um comportamento é determinado significa poder submetê-lo à racionalidade científica e, por conseguinte, extrair regularidades que permitam sua previsão e controle. A afirmação constante do determinismo nesse período da produção do autor remete à esta tensão: “Eu achei necessário de vez em quando atacar concepções tradicionais que afirmem controle espontâneo para o si mesmo interno e especial [*special inner self*] também chamado de falante” (SKINNER, 1957, pág. 460).

Nesse primeiro eixo analisado da obra de Skinner é observado nas falas do autor que esse não se aprofunda nos termos utilizados. Carece de afirmações diretas sobre qual tipo de determinismo incide sobre o comportamento, ainda que insistentemente e repetidamente o termo determinismo seja empregado nos textos para validar a pesquisa científica. Nas afirmações sobre a natureza do comportamento, este é dado como determinado, mas carece de preocupação discorrer sobre o estado de determinação. Skinner assume desde cedo que apontar todas variáveis é impossível: “infelizmente o comportamento é complexo” (1953, pág. 202). Ainda que afirmações sobre o determinismo estejam presentes, ao invés de argumentar com evidências que afirmem a implacável determinação, Skinner enfatiza a utilidade da assunção

do determinismo e a inutilidade de afirmar o comportamento como um produto espúrio e espontâneo.

Nas falas do autor, afirmar o comportamento como um fenômeno determinado não significa necessariamente afirmar sua inexorabilidade. Não se segue que comportamentos complexos sejam determinados unicamente por uma variável. A preocupação de Skinner reside em delegar à ciência o espaço do estudo do comportamento, afastando-o de explicações mentalistas ou reflexológicas populares na psicologia até então. Um marco já comentado presente no texto de 1953 é o rompimento com modelos de compreensão mecanicista presentes em outros projetos de behaviorismos e também de explicações chamadas por ele de mentalistas, avessas à compreensão científica.

Como já dito, nessa mesma obra, Skinner delimita o sentido de causa na ciência, que se refere às mudanças nas variáveis independentes, que ocorrem seguidas do efeito definido como mudanças nas variáveis dependentes. O autor atenta para a necessidade de identificar as causas do comportamento para a sua investigação científica, sendo a assunção de um sistema determinado a tese que encoraja a procura pelos antecedentes dos quais o comportamento é função. Em síntese, as relações de causa e efeito são reiteradas em sentido especial para o autor, sendo vistas em uma relação funcional e não na relação causa e efeito advinda do mecanicismo.

Dentro de um emaranhado de variáveis atuando conjuntamente, a tarefa de identificar todas as variáveis e prever com precisão absoluta é impossível. Mais tardiamente, na obra *Verbal Behavior*, de 1957, o autor afirma: “Dois fatos emergem da nossa pesquisa sobre as relações funcionais básicas do comportamento verbal: (i) a força de uma única resposta pode ser, e geralmente é, a função de mais de uma variável e (ii) uma única variável geralmente afeta mais de uma resposta” (pág. 227). O reconhecimento da complexidade do fenômeno comportamental é uma das marcas distintivas do behaviorismo radical com a simplicidade unidirecional de tratamento dos fenômenos pretendida pelo mecanicismo. Ao invés de demonstrar leis absolutas que regem o universo, o behaviorismo radical aponta tendências de comportamento originadas da história de interação do organismo com seu ambiente substituindo a necessidade inflexível de causação da psicologia orientadas pelos modelos S-R. Skinner afirma a probabilidade como elemento constituinte da relação de dependência de variáveis com o comportamento, abrindo margem para uma interpretação probabilística de determinismo:

A tarefa de uma análise experimental do comportamento é descobrir todas as variáveis das quais a probabilidade de uma resposta é função. Não é uma tarefa fácil, mas é pelo menos explícita [...]. Uma associação anterior com o conceito de reflexo deu a isso um caráter de impulso, algo que força o organismo a responder [...] A posição de uma análise experimental difere dessa visão tradicional de psicologias de estímulo e

resposta ou de formulações sobre o reflexo condicionado em que o estímulo retém o caráter de uma força inexorável (SKINNER, 1966, pág. 214).

Conciliando com as citações anteriores, a tese determinista para o comportamento é útil pois encoraja a busca pelas variáveis que influem sobre o comportamento, o que resultaria na produção do conhecimento científico adequado para sua intervenção. Se identificar todas as variáveis das quais o comportamento é função é uma tarefa impossível, pelo menos a afirmação de que tais variáveis existam é a motivação para a constante busca por relações de dependência entre os eventos do comportamento que permitam apontar sua regularidade. O oposto, afirmar adversidade ao tratamento científico frustra os objetivos últimos de previsão e controle. Negar a possibilidade de controle parece um contrassenso diante dos resultados positivos alcançados pela ciência: “Os problemas emergidos pelo controle do comportamento humano obviamente não podem mais ser ignorados pela recusa de reconhecer a possibilidade de controle” (SKINNER, 1953, pág. 227).

Na mesma obra, Skinner delimita que as preocupações acerca de agentes internos são insuficientes para a explicação e previsão do comportamento. Presumir o comportamento como espontâneo ou produto autodeterminado de quem se comporta, tem demonstrado avanços tímidos na possibilidade de intervenção. Sendo o agente interno responsável pelo comportamento, argumenta Skinner, a explicação recai sobre conceitos abstratos resistentes ao tratamento científico. Logo o autor substitui o resultado negativo das explicações internalistas identificadas como pouco eficientes, pelo resultado positivo da busca de variáveis ambientais mais eficaz em prover dados para o manejo do comportamento.

Como argumenta o autor, os motivos atestados para afirmar o comportamento como espontâneo ou caprichoso são insuficientes diante dos avanços científicos e esbarram no projeto de psicologia que alcança um conhecimento preditivo. Entretanto, outra preocupação crescente nas ciências naturais emerge acerca da impossibilidade de compreensão total do fenômeno pelas ciências. Em especial, essa controvérsia emerge no terreno da física quântica. Segue a posição do autor com grifos nossos:

Algumas vezes foi apontado, por exemplo, que a física não conseguiu manter sua filosofia do determinismo, particularmente no nível subatômico. O Princípio de Incerteza [*Principle of Indeterminacy*] estabelece que há circunstâncias sob as quais os físicos não podem se colocar na posse de todas as informações relevantes: se ele optar por observar um evento, ele deve renunciar a possibilidade de observar outro. **Em nosso estado atual de conhecimento, certos eventos, portanto, parecem imprevisíveis. Não se segue que esses eventos sejam livres ou caprichosos.** Uma vez que o comportamento humano é extremamente complexo e o organismo humano tem dimensões limitadas, muitos atos podem envolver processos aos quais se aplica o Princípio da Incerteza. **Não se segue que o comportamento humano é livre, mas apenas que ele pode estar além do alcance de uma ciência preditiva ou controladora.** A maioria dos estudantes do comportamento, no entanto, estará disposta a se conformar com o grau de previsão e controle alcançado pelas ciências

físicas, apesar dessa limitação. Uma resposta final ao problema da regularidade deve ser buscada, não nos limites de qualquer mecanismo hipotético dentro do organismo, mas em nossa capacidade de demonstrar a regularidade no comportamento do organismo como um todo (SKINNER, 1953, pág. 17).

A posição anterior reflete uma ambiguidade na posição do autor sobre a natureza determinada do comportamento, como já comentado por Laurenti (2009a). Skinner primeiramente afirma a impossibilidade de o fenômeno comportamental ser capturado pela ciência preditiva, dada sua demasiada complexidade que reside na multideterminação e num emaranhado de eventos que escapam dos limites da ciência. Entretanto, o autor afirma que isso não sugere uma espontaneidade (ou capricho, como chamado) no comportamento. Explicar o comportamento significa demonstrar as relações de dependência do fenômeno com outros eventos de maneira aproximada, dada a sua enorme complexidade. Diante da inexequibilidade de previsão e controle absolutos, o texto de 1953 prescreve uma ciência que admita a incerteza de suas previsões, mas que tenham valor útil pela regularidades gerais demonstrada pela busca de relações de dependências nas contingências.

Nota-se que o autor reconhece graus de indeterminação sobre o fenômeno comportamental: “muitos atos podem envolver processos aos quais se aplica o Princípio da Incerteza” (SKINNER, 1953, pág. 17). Porém, isto não implica em desordem absoluta e a possibilidade de apontar “leis” (regularidades) é mantida. Apesar de não se aprofundar no termo, essa afirmação aponta uma direção para o nível da crítica mantida no texto de 1953. Se por um lado o autor insistentemente afirma que o comportamento não é fenômeno livre e espontâneo, isto cumpre a função de demonstrar uma natureza ordenada do comportamento que permite a investigação científica. Por outro, o autor assume a complexidade do fenômeno tratado, no qual o Princípio da Incerteza é aplicado. Ora, isto sugere que as falas dirigidas para a afirmação do determinismo não ocorrem no sentido de negar o indeterminismo, mas validar sua ciência pelos resultados positivos de pensar o comportamento como determinado. Também revela que os adjetivos empregados (“caótico”, “livre” e “espontâneo”) pouco confluem com o sentido de indeterminado dado pelo autor. Diante disso, forma-se a ideia de que o autor não dialogava com as teses indeterministas nas críticas tecidas nos textos dessas duas décadas. O indeterminismo permite o apontamento de regularidade e previsões aproximadas, como pretendido pelo autor. Mas a preocupação de Skinner estava em transformar a concepção de comportamento de um fenômeno puramente caprichoso para um objeto passível de tratamento científico.

No projeto científico apresentado no texto de 1953 é afirmado o otimismo em relações de busca entre dependências de eventos que, mesmo que de forma probabilística, identifica

regularidades que possibilitam a intervenção útil sobre o comportamento. Como afirma o autor em outra obra: “Se, eventualmente, damos uma descrição plausível do comportamento humano como parte de um sistema determinado, o poder do homem aumentará ainda mais rapidamente” (SKINNER, 1957, pág. 460). Assim, diante das necessidades emergenciais de mudança do comportamento postas na introdução do livro, que ecoam as urgências ilustradas em *Walden II*, abdicar de uma ciência que alcançou sucesso na previsão e controle parece um capricho diante das divergências sobre a determinação do comportamento. Por ora, o projeto científico de Skinner positiva a necessidade da contribuição da Análise do Comportamento na solução de problemas práticos:

O poder do homem parece ter aumentado fora de proporção com sua sabedoria. Ele nunca esteve em posição melhor para construir um mundo saudável, feliz e produtivo; contudo, as coisas talvez nunca pareceram tão sombrias [...]. Pode ser que não seja a ciência ruim, mas apenas sua aplicação. Os métodos da ciência foram enormemente bem-sucedidos onde quer que foram tentados. Deixemos aplicá-los aos assuntos humanos. Nós não precisamos recuar nesses setores onde a ciência já avançou. É necessário apenas levar nosso entendimento de natureza humana ao mesmo ponto. Ainda, isso pode ser nossa única esperança. Se podemos observar o comportamento humano de um ponto de vista objetivo e entendê-lo pelo o que é, podermos adotar um curso de ação mais sensível (SKINNER, 1953, pág. 4).

Diante de um mundo ameaçado pelo mau uso da ciência, Skinner afirma a possibilidade de alocação do saber científico para a resolução de problemas práticos, em especial na possibilidade de modificação do comportamento humano. Uma postura congruente com a posta em *Walden II*, de 1948, no qual o determinismo surge conjuntamente com a afirmação da possibilidade otimista da construção de uma comunidade que teria superado os problemas do mundo ocidental através da experimentação e do arranjo de contingências que produzam consequências adequadas. Diante desse empreendimento ambicioso, afirmar a caoticidade do comportamento como uma barreira intransponível para a sua intervenção frustra a defesa de Skinner para legitimar o potencial da recém desenvolvida Análise do Comportamento. Tem-se que a validação do determinismo para o comportamento se dá pelas vias da necessidade de justificar a necessidade e plausibilidade da acepção do comportamento como objeto de estudo penetrável aos meios da ciência.

Entretanto, Skinner pondera graus de imprecisão na pesquisa científica. O que não se limita ao objeto de estudo do comportamento humano, mas às práticas das ciências que em geral lidam com fenômenos demasiados complexos. Perante a admissão de imprecisão inerente às previsões científicas, Skinner se mantém otimista com os resultados gerados por uma ciência do comportamento:

Ainda que o cientista não possa identificar a causa para determinado comportamento, de algum modo ela deve existir, o que motiva novos esforços à sua procura. A forma da resposta pode ser fracamente determinada, mas não é necessariamente livre [...] O

estímulo pode não ter sido muito, mas em um sistema determinado precisa ter sido algo (SKINNER, 1957, pág. 458).

Contudo, não é claro nesse primeiro eixo da obra qual a solução apontada para o problema da imprevisibilidade. Em palavras simples, elas seriam algum dia superadas por vias metodológicas ou cabe ao cientista do comportamento se contentar com previsões aproximadas? Essa ambiguidade é afirmada pelo também trabalho de interpretação da obra de Skinner (LAURENTI, 2009a). O prenúncio de uma solução possível para o problema poderá ser evidenciado com elementos do próximo eixo da produção do autor, assunto para o capítulo seguinte.

Por enquanto, mantêm-se a visão de um mundo do período de 1950 até 1970 conciliável com o determinismo de influência funcionalista, em que a interdependência funcional é afirmada como a forma de causação. Essa aproximação é justificada por Skinner declarar veementemente a importância de o comportamento ser determinado como forma de legitimar o seu projeto científico e a ênfase na possibilidade de controle do comportamento. Porém, o autor pouco disserta sobre os termos utilizados nas obras, e há também a possibilidade de aproximação deste período da produção do autor com o indeterminismo científico. Essa hipótese é possível uma vez que o autor demonstra entender que confirmar graus de indeterminação não implica em caos e imprevisibilidade absoluta.

Uma aproximação dos textos aqui analisados com o indeterminismo é apontada pela tese de Laurenti (2009a) utilizando categorias de análise embasadas em uma leitura filosófica, o que foge do escopo do presente trabalho. Aqui sustentou-se a pertinência do determinismo pelas próprias afirmações do autor que enfatiza a importância das regularidades entre dependências de eventos em oposição ao “eu iniciador” avesso ao compromisso científico, o que é concordante sobre a leitura de Moxley (1999) sobre o comprometimento do autor com influências modernas. Esta postura de Skinner estabelece consequências para concepções de liberdade e responsabilidade, tema da seção seguinte.

3.2 Responsabilidade

Afirmar a multideterminação do comportamento humano, como Skinner (1953) reconhece, acarreta importantes consequências para explicações causais comumente usadas. Uma das teses centrais do período analisado da obra do autor está na negação ao mentalismo e na concepção de racionalidade autofundada. Parte da rejeição ao behaviorismo radical se deve a esta tensão, uma vez que os conceitos de "liberdade" e "responsabilidade" se encontram bem

enraizados no vernáculo e práticas da cultura ocidental. Em *Science and Human Behavior*, o autor comenta a tensão entre a explicação científica para o comportamento e a visão tradicional:

O uso de tais conceitos como liberdade, iniciativa e responsabilidade foram, portanto, bem reforçados. Quando nos voltamos ao que a ciência tem para oferecer, contudo, não achamos muito conforto para apoiar o tradicional ponto de vista ocidental. A hipótese de que o homem não é livre é essencial à aplicação do método científico ao estudo do comportamento humano. O homem interno livre que é responsabilizado pelo comportamento do organismo biológico externo é apenas um substituto pré-científico para tipos de causas que são descobertas no curso de uma análise científica. Todas essas causas alternativas residem fora do indivíduo. O substrato biológico em si é determinado por eventos anteriores em um processo genético (SKINNER, 1953, pág. 447).

Discordante dos conceitos de livre-arbítrio e responsabilidade moral, a ciência também detém um espaço privilegiado na explicação dos eventos do mundo. Afirmar o livre-arbítrio, nos termos expostos no primeiro capítulo, significa também afirmar um sujeito racional que pouco depende das circunstâncias a ele externas para sua tomada de decisões. Já a explicação científica posta por Skinner afirma o oposto. Pensamentos, valores e decisões são também comportamento operante, ou seja, produtos da interação do sujeito com seu ambiente. Negar a liberdade aqui significa rejeitar as explicações pré-científicas que, conjuntamente com as noções de iniciativa e responsabilidade, são incoerentes com os pressupostos interacionistas do behaviorismo radical.

Há uma peculiaridade no tocante ao tema da liberdade e explicações científicas já que ambas posições são reconhecidas nas práticas culturais, ainda que contrastantes. Como afirma Skinner (1953), a validade explicativa da ciência é frequentemente admitida pela cultura, entretanto quando se trata dos assuntos humanos há resistência quanto a aplicação dos seus conceitos.

Às vezes, parecemos considerar o comportamento de um homem como espontâneo e responsável. Outras vezes, reconhecemos que a determinação interior ao menos não é suficiente, que o indivíduo não deve ser sempre responsabilizado. Não somos capazes de rejeitar as evidências lentamente acumuladas que circunstâncias para além do individual são relevantes (SKINNER, 1953, pág. 8).

Afirmações acerca da natureza determinada do mundo são bem aceitas quando se tratam de fenômenos externos ao comportamento humano. Tecnologias e demais aplicações práticas da ciência parecem funcionar com elevado sucesso em todos os campos em que foram empregadas. Entretanto, a resistência ao determinismo é evidente quando se trata da própria individualidade humana, aqui tratando em especial das características acerca da liberdade.

Ademais, a comunidade verbal rotineiramente recorre a explicações ambientalistas para explicar o malgrado de um sujeito, dessa forma o desempregado ou o iletrado são isentados de culpa, argumenta Skinner na mesma obra (1953). Contudo, há um especial interesse em atribuir

o mérito a alguém pelos seus feitos sem considerar as variáveis ambientais que produziram o feito, como forma de internalizar qualidades do indivíduo.

Tudo isso sugere que estamos em transição. Não abandonamos completamente a filosofia tradicional da natureza humana, e ao mesmo tempo estamos longe de adotar um ponto de vista científico sem reservas. Temos aceitado a assunção do determinismo em parte; mas ainda permitimos nossas simpatias, nossas primeiras alianças e nossas aspirações pessoais de se levantarem em defesa à visão tradicional (SKINNER, 1953, pág. 9).

Aqui Skinner contrapõe o tema da liberdade tradicional à tese determinista. Isto significa afirmar o determinismo como uma explicação científica que permite avanços em oposição à teoria da liberdade humana como um valor cultural permeado nos discursos e práticas ocidentais. Como Skinner argumenta a seguir, a discussão não fica apenas na confusão do emprego dos termos, mas tem demarcação prática:

A concepção científica do comportamento humano dita uma prática, a filosofia da liberdade pessoal dita outra. Confusão na teoria significa confusão na prática. O presente estado infeliz do mundo pode ser em larga medida atribuindo à nossa incerteza. As principais questões em disputa entre as nações, tanto em reunião pacífica como no campo de batalha, estão intimamente preocupadas com o problema da liberdade humana e do controle [...]. Certamente devemos permanecer inefetivos na resolução desses até adotarmos um ponto de vista consistente (1953, pág. 9).

O autor estende o nível da crítica às concepções tradicionais de liberdade e responsabilidade para além do interesse acadêmico. Graves problemas do mundo moderno (tipos de governos, questões econômicas e a educação são alguns dos exemplos dados pelo autor) são oriundos do comprometimento com visões não científicas sobre o comportamento humano. Estas formas de explicação são majoritárias nas práticas sociais, como afirma o autor: “A visão tradicional da natureza humana na cultura ocidental é bem-conhecida. A concepção de um indivíduo livre, responsável é introjetada na nossa linguagem e permeia nossas práticas, códigos e crenças” (SKINNER, 1953, pág. 10).

A urgência de adotar o determinismo significa necessariamente também abandonar a ingenuidade da tese de um agente livre. Aqui há importantes traços que caracterizam a posição de Skinner sobre a tese libertária. Trata-se de uma visão não científica, portanto inconciliável com a proposta de ciência colocada pelo autor. Paralelamente às explicações mentalistas para o comportamento, a tese tradicional da liberdade pressupõe uma desconexão entre o comportamento e ambiente, o que é avesso ao sistema de causalidade apresentado por Skinner na obra.

Já a negação da visão tradicional é motivada pela negatividade dela na resolução dos problemas do mundo. Como prescreve Skinner (1953), apenas entendendo cientificamente o comportamento dos indivíduos é que se pode agir sobre as mudanças necessárias na contemporaneidade. Neste sentido, o autor aponta como motivo para abandono das explicações

tradicionais a insuficiência dessas. Delegar ao indivíduo toda a responsabilidade por uma ação perde de alcance a possibilidade de mudanças nas variáveis ambientais das quais o comportamento é função. Ainda que variáveis biológicas sejam consideradas, o ambiente é o principal foco da análise do autor.

O ambiente social é o principal palco onde o comportamento verbal dos indivíduos é moldado. O autor utiliza o termo agências controladoras do comportamento para definir dispositivos sociais bem organizados que manipulam um conjunto importante de variáveis para controlar o comportamento de indivíduos do grupo em diversos âmbitos, incluindo o controle ético. As agências de controle apresentadas no livro são o governo, religião, psicoterapia, economia e educação. Em especial para o conceito de responsabilidade está o controle do governo.

O governo, enquanto uma agência controladora do comportamento humano, é parte um sistema social que possui poder para punir e recompensar o comportamento dos controlados. Em especial, o governo possui legitimidade assim como detém extensos mecanismos sociais para a punição dos indivíduos, tal como definir o que é “certo” ou “errado” na forma de “legal” e “ilegal”. O governo, define Skinner (1953), possui formas sofisticadas de controle para estabelecer comportamentos relacionados à obediência através da maioria de comandos verbais. O estímulo verbal possui função de especificar o comportamento em prática e as contingências relacionadas com o comportamento em questão. O controle das agências controladoras do comportamento, através de suas autoridades, é capaz de exercer seu poder dentro da própria história de vida do indivíduo. O controle verbal é tão eficaz que suas contingências ressoam como imperativos dentro do discurso cotidiano dos controlados. Dessa forma, o indivíduo é preparado para agir conforme o esperado em situações futuras. A própria definição de responsabilidade é amparada pela expressão de contingências que definem alguém responsável, como apresenta o autor:

Na tradição que resultou as leis modernas inglesas e americanas, o homem era tomado como uma criatura “responsável”, que havia nascido ou rapidamente adquiriu “conhecimento do certo e errado”. Ele era tomado como “responsável” por suas ações, e se violasse uma lei, era considerado justo que fosse punido. [...] A justiça era feita quando a estimulação aversiva recebida pelo criminoso alcançava precisamente o sofrido pelo grupo: olho por olho, dente por dente. Essa interpretação também parece ser relacionada com uma tendência emocional para a vingança (SKINNER, 1953, pág. 342).

Como define o autor, para a visão tradicional, valores como o da liberdade e responsabilidade fazem parte de um conjunto de termos absolutos que pressupõem algo além do alcance da ciência para seu funcionamento. Uma vez que não podem ser testados ou observados, sua justificativa reside em princípios que não podem ser abdicados sem ferir

características essencialmente humanas. Entretanto, o conceito de responsabilidade falha justamente na utilidade do seu emprego. Pressupor um agente interno que delibera apesar das contingências em que está inserido sofre pela sua deficiência explicativa e pela improbabilidade da aplicação desse conceito na solução de assuntos práticos. Diante de um agente que escolhe livremente, a prática prescrita pela responsabilidade moral é a retribuição das falhas individuais em forma de punição.

Contrapondo a definição convencionalmente utilizada com os pressupostos do behaviorismo radical, a tomada de decisão que é delegada como responsabilidade do indivíduo pela literatura tradicional da liberdade toma forma de explicação científica. É negada a existência de liberdade individual, o que conciliado com os pressupostos postos por Skinner, significa negar a existência de espontaneidade e separação causal do comportamento com o ambiente. Esta não é apenas uma questão de clareza teórica do fenômeno comportamental, mas tem consequências práticas diretas. Aqui Skinner se posiciona a respeito: “Mas foi atingindo o ponto em que a uma mudança no conceito de responsabilidade é necessária, não apenas em uma análise teórica do comportamento, mas também por suas consequências práticas” (1953, pág. 241).

O papel da recém consolidada Análise do Comportamento na melhora do mundo, através do entendimento científico dos fenômenos, aqui influi para o problema de atribuição de mérito e culpa, tradicionalmente delegado à responsabilidade moral. Diante do problema da responsabilidade, que é entrelaçada com a concepção racionalista de humano, em que o indivíduo é o senhor da sua ação, as referências encontradas no primeiro eixo analisado da obra de Skinner não parecem sugerir um conciliamento com esta. A aplicação do determinismo ao comportamento humano pressupõe o abandono do conceito de responsabilidade pela ineficiência da aplicação dos seus termos nos problemas enfrentados pelo mundo ocidental. Como Skinner sugere: “É difícil prever os ajustamentos verbais que terão que ser feitos. ‘Liberdade pessoal’ e ‘responsabilidade’ darão lugar para outras palavras, o que, como é a natureza das palavras, provavelmente se provarão satisfatórias o bastante” (1957, pág. 460). O enfoque do behaviorismo radical parte para os processos sociais que permitem que alguém seja chamado de responsável e, portanto, suas ações são passíveis de consequências.

Outra interpretação para a punição apela para o processo comportamental construtivo: é dito que um homem é punido para que seja menos provável que ele se comporte mal no futuro e outras pessoas seriam desencorajadas de comportamentos similares. [...] A dificuldade é atualmente evidente em teorias conflitantes da penologia. Agora, é geralmente reconhecido que a punição é ineficaz, simplesmente como um meio de tornar o comportamento menos provável. Aproveitar uma melhor compreensão do processo requer uma mudança de prática, mas isso é difícil diante das visões

tradicionais da natureza humana que pressupõem outro resultado (SKINNER, 1953, pág. 342).

Na introdução ao livro *Science and Human Behavior*, Skinner (1953) firma o compromisso da Análise do Comportamento com questões humanas. A ciência resolveria problemas não só em nível de aplicações tecnológicas, mas também problemas sociais decorrentes da inabilidade de controle do comportamento. A maioria das explicações acerca das "causas" do comportamento presentes nas teorias das humanidades e no vernáculo amplamente difundido afirmam agentes internos distantes da compreensão científica. O conceito de responsabilidade moral, como Skinner chama, seria mais um desses. Assim como Skinner sugere o abandono de termos referentes ao um eu iniciador, também é prescrita (ainda que não tenha ocupado um espaço central na teoria do autor), o abandono do conceito de responsabilidade.

O motivo da rejeição ao termo responsabilidade se dá pela sua substituição diante dos achados da Psicologia, que afirmam dependências regulares entre eventos que podem ser previstas e manipuladas e a falha do conceito de um agente eu iniciador que detêm elementos avessos à concepção científica de mundo. Aqui a rejeição ao termo aparece acompanhada de uma postura mais oportuna frente ao problema que o termo responsabilidade pretende tratar. Sendo um conceito delineado para transformar indivíduos pássiveis de punição governamental e uma forma de regulação do comportamento por parte do governo, a ênfase se descola do modelo utilizado no cotidiano e nas teorias mentalistas para um curso de ação mais efetiva dirigido diretamente para formas de controle do comportamento. Como Skinner (1953) afirma, não é claro qual será o encaminhamento dado pela cultura ao problema do conceito de responsabilidade diante da sua inadequação com as necessidades de uma sociedade guiadas por uma compreensão tecnocientífica do humano. Nos textos selecionados para esse capítulo, o autor responde a alguns dos problemas práticos da questão do autocontrole.

Skinner diferencia substancialmente o autocontrole como uma habilidade desenvolvida ao longo da ontogênese, dos elementos de uma consciência autofundada: “A sociedade aparenta ser responsável pela maior parte do comportamento de autocontrole. Se isso está correto, pouco controle final resta sobre o indivíduo” (SKINNER, 1953, pág. 240). Sendo o autocontrole parte de um conjunto de comportamento derivado de variáveis ambientais, a mudança mais efetiva se dá pela manipulação de tais variáveis e não a culpabilização do indivíduo em si. Constitui-se então uma visão alternativa radicalmente diferente da concepção racionalista de homem.

A responsabilidade do comportamento não reside mais no próprio autor da ação, mas na interação entre o indivíduo e a sua comunidade verbal, que possibilita o surgimento de tal

habilidade que permite afirmar que o indivíduo é responsável. Ao mesmo tempo que isenta o indivíduo da total responsabilização, tampouco pende para o ambientalismo extremado. O desenvolvimento é entendido num processo de reforçamento que estabelece uma interação entre organismo e ambiente, da qual o indivíduo é parte inerente e participa ativamente. À vista disso, o texto de 1953 sugere que a responsabilidade pela conduta é transferida, em parte, do indivíduo para a própria comunidade que estabelece contingências para o comportamento.

O foco de Skinner (1953) estava em mudanças úteis para o comportamento. Como visto na ficção *Walden II* (1948), há importantes mudanças a serem feitas no âmbito do comportamento que significariam uma melhora na qualidade de vida e o fim de muitos problemas do mundo ocidental, um valor que Skinner carrega para década seguinte. Como referida nas teorias tradicionais e no cotidiano, a responsabilidade é o instrumento que legitima a punição de indivíduos perante o governo. Abrindo mão da máxima de que a pessoa pode ser punida pois é responsável, Skinner questiona o uso da punição com forma efetiva de diminuir o comportamento inadequado e promover o adequado. Como comenta Laurenti (2009b), o papel da ciência para Skinner, além de prover uma melhor compreensão sobre o comportamento, é também contribuir com tecnologias que melhorassem a vida das pessoas. Alocar a responsabilidade para o indivíduo perde parte da eficácia de uma intervenção. Sozinho, o indivíduo pode pouco fazer acerca das circunstâncias que levam ele e outros a se comportarem de tal forma. Ao invés disso, a comunidade carrega consigo a responsabilidade de organizar mudanças para a modificação positiva do comportamento das pessoas.

A definição de comportamento adequado e inadequado, por sua vez, também é uma definição gerada pela própria comunidade verbal. O comportamento de um indivíduo é reforçado ou punido de acordo com as definições de "bom" e "mau" vigentes no contexto cultural. Daí também derivam adjetivos inerentes ao valor do indivíduo, que no significado vernacular interiorizam traços do comportamento ("preguiçoso" ou "mesquinho", são qualidades que servem de exemplo). A fonte do que é definido como "bom" e "mau" está no valor de utilidade para a própria cultura. Skinner (1953) afirma que não é preciso buscar muito longe pela origem dos termos. Enquanto o que é valorizado como "bom" ou "certo" corresponde a determinadas práticas que foram reforçadoras aos membros do grupo, "mau" e "errado" designam comportamentos que são aversivos aos demais. Da mesma forma, o governo adota a distinção de comportamento "legal" e "ilegal". O comportamento das pessoas de seguir valores morais é explicado porque este comportamento é reforçado. Há, contudo, variações nas definições de valores dentro do mesmo grupo, o que se deve ao comportamento individual não ter o mesmo efeito sobre todos os membros.

Essa é uma premissa similar ao utilitarismo e também ao pragmatismo pela sua rejeição às categorias de valores intrínsecos humanos. Ao invés de afirmar uma moral a-histórica e absoluta, o behaviorismo radical de Skinner investiga as relações de interação de comunidade e indivíduo, nas quais os valores são formados. O que é puramente dependente do contexto situado. Tal como as verdades científicas são entendidas sob o prisma do pragmatismo como o conjunto de valores decorrentes da história de interação de seus autores, pouco faz sentido a defesa da moral como uma expressão da racionalidade inerente ao homem. Esta é entendida na obra situada de Skinner como decorrência do comportamento agindo sobre a cultura. O que é paralelo com a definição neopragmática de que a moral depende da comunidade de referência do indivíduo que compõe a linguagem necessária para afirmar uma ação como "boa" ou "má" (RORTY, 1979).

Seguindo a linha do neopragmatismo, sendo os valores morais construídos nas interações humanas sobre jogos de linguagem, uma análise da moralidade deve voltar para o contexto que valida as ações. Esta postura não desdobra em um relativismo irracionalista, mas aponta a validade da ação pela utilidade dado o contexto de elementos culturais e fatores históricos questionando o caráter absoluto de valores. Uma ação é validada pela sua utilidade e seu funcionamento em atender os anseios dos seus atores e dos afetados por ela (MARCONDES, 2000).

Nesse caminho, as acepções de Skinner (1953) no tocante à responsabilidade são coerentes às propostas neopragmáticas por deslegitimarem o caráter a-histórico das afirmações racionalistas e fundamentalistas, mas seu significado apenas é entendido no contexto originador social que produz verdades temporárias e, portanto, falíveis. Afirmar que os valores morais sobre os quais um indivíduo é responsabilizado como um processo fluído e em constante mudança é coerente com afirmar o fim da responsabilização total ao indivíduo pelas suas ações. Também abre o flanco para a discussão de quais caminhos são mais adequados ao aumento de felicidade da coletividade, sem a necessidade de transformação da natureza humana, o que parece ser mais próximo ao interesse de Skinner (1953) que desponta a legitimidade e urgência da intervenção sobre o comportamento humano, o que traria inumeráveis benefícios; incluindo a formação de pessoas mais responsáveis, ou seja: que possuam um repertório comportamental mais adequado para a vida em comunidade.

3.3 Síntese

Diante da leitura dos textos selecionados para compor o presente capítulo, tem-se a figura de uma ciência emergente que é justificada pela possibilidade de submissão do comportamento humano às leis da ciência, o que traria resultados enormemente positivos para a sociedade que entendesse o comportamento a partir de um ângulo que pressupõe a possibilidade do seu controle. Daí derivam as insistentes afirmações de Skinner acerca do determinismo como uma condição necessária para o estudo científico do comportamento.

Entretanto, há questões não respondidas pelo autor sobre o compromisso do behaviorismo radical com o determinismo. Primeiramente, não foram encontradas citações que abordassem pormenorizadamente o conceito ou que dialogassem diretamente com teses filosóficas, um aspecto a ser considerado no estilo de escrita do autor. Também há margem para a ambiguidade nos termos utilizados e não é claro o encaminhamento dado à assumida impossibilidade de previsão total do comportamento. Uma tensão que permite margem para uma aproximação do texto de 1953 com elementos indeterministas, como comenta Laurenti (2009a).

Segundo Skinner (1953), se o comportamento não é totalmente capturado pelo enquadramento da ciência, no presente estado do conhecimento, caberia à Análise do Comportamento empreender em formas de suprir (ou pelo menos contornar) as inexatidões ou afirmar o fim da pretensão de precisão absoluta da ciência? Uma solução para este problema no behaviorismo radical pode ser dada pela segunda parte da obra do autor, como afirma seu comentador Moxley (1999).

Por ora, num entendimento histórico do texto, o determinismo parece funcionar como uma alternativa às explicações recorrentes na psicologia e no vernáculo popular que afirmam espontaneidade e desconexão do comportamento com agentes causais. Empreender nessa visão multideterminada de comportamento implica na formação de um conhecimento mais útil sobre os fenômenos humanos, e também na melhor possibilidade de intervenção sobre eles com a ajuda da ciência.

O pressuposto do comportamento humano, o que inclui a cognição e tomada de decisões, como um produto dependente do contexto em que ocorre, traz sérios conflitos as definições amplamente popularizadas no vernáculo e na cultura. Em especial a ideia de que o próprio indivíduo é o começo e fim da própria ação, desconectado de demais relações com o ambiente que modela seu comportamento. Substituir a figura de um agente autônomo, senhor das próprias decisões, pela compreensão científica dos fenômenos humanos significa reduzir a

autoridade do agente sobre suas próprias ações. A ideia de responsabilidade moral é então comprometida. O conceito de responsabilidade aqui se encaixa no universo de termos herdados e presentes no vernáculo que são inconciliáveis com a análise científica proposta pelo behaviorismo radical. Nesse primeiro momento da obra de Skinner, afirmar espontaneidade em algum ponto dentro do fenômeno comportamental (o que é diferente de afirmar sua complexidade) levanta barreiras à argumentação do comportamento como objeto de estudo da ciência.

As citações do autor utilizadas neste capítulo direcionam uma crítica que implica no abandono do conceito tradicional de responsabilidade moral dentro do behaviorismo radical. A caracterização de um indivíduo deliberador autofundado pela sua racionalidade, o que permite imputar mérito ou punição pelas suas ações, se encaixa no bojo de teorias que Skinner chama de mentalistas, avessas a concepção científica demarcada pela interação funcional entre organismo e ambiente, que finalmente permite a intervenção útil sobre o comportamento. Por este motivo, os textos analisados apontam na direção de sugerir o abandono do conceito de responsabilidade moral, juntamente com outros termos mentalistas, como forma de justificar o projeto científico skinneriano no qual a determinação do comportamento figura como um valor central.

Contudo, não foi identificado a construção de uma nova definição de responsabilidade nas obras aqui listadas. Apesar de o autor não se posicionar diretamente sobre, é possível compreender, dados os pressupostos colocados no texto, que ser responsável é um comportamento de escolha modelado pela comunidade verbal e em especial pelo governo como agência controladora do comportamento. O comportamento adequado, tal como o inadequado, é produto direto da interação do indivíduo com o seu ambiente. Esta visão é conciliável com a de Lourenço (2013) que pontua que as escolhas tomadas no plano individual são também de responsabilidade da comunidade verbal, que fornece os estímulos discriminativos nos quais uma escolha é tomada. O cargo de toda a responsabilidade é tirado do indivíduo e deslocado para a comunidade verbal da qual ele participa. Uma postura coerente com a de Skinner é de que alterar as contingências que são ocasião para o comportamento inadequado e promover as que mantêm comportamentos adequados, é uma postura mais oportuna em fazer alterações eficazes que promovam o bem da cultura.

Em suma, apesar de não ter sido uma preocupação central nas duas décadas de produção analisadas neste capítulo, é permitido inferir que a responsabilidade, como tradicionalmente definida, esbarra no entendimento científico do comportamento humano e também é muito pouco útil para estabelecer mudanças eficazes no comportamento dos indivíduos. A

responsabilidade, antes propriedade completa do indivíduo concebido pelas teses racionalistas, agora é também delegada à agência de controle do comportamento. Essa tem maior alcance para a alterar contingências de forma oportuna, que então produziriam o comportamento adequado e diminuiriam a ocorrência do inadequado.

CAPÍTULO IV – AS ORIGENS DAS NOVIDADES E O TRATAMENTO DA LIBERDADE NO BEHAVIORISMO RADICAL

O presente capítulo se ocupa da análise dos textos de Skinner em que a concepção de determinismo é comprometida pelo tratamento dado pelo autor à probabilidade, com textos majoritariamente publicados de 1970 até o fim da sua produção. Nesse momento se concentram textos celebres do autor em que defende o behaviorismo radical de críticas sobre questões relacionadas à liberdade e dignidade humana. Esses textos ajudarão a traçar o sentindo da responsabilidade moral à luz da causalidade no behaviorismo radical, sendo comparado com o que foi produzido anteriormente em sua obra dentro da temática. Para compor o universo de análises de textos de Skinner, foram escolhidos os livros *Beyond Freedom and Dignity* (1971) e *About Behaviorism* (1974a). Também foram selecionados os textos *Creating the creative artist* (1970a), *Humanism and behaviorism* (1970b), *Freedom and dignity revisited* (1970c), *Are we free to have a future?* (1973b), *Freedom, at last, from the burden of taxation* (1977a), *The Force of Coincidence* (1977b), *Human behavior and democracy* (1978b), *Why we are not acting to save the world* (1987), *To Know the Future* (1990c), *The non-punitive society* (1990b), *A world of our own* (1990c) e *Psychology in the year 2000* (2004). Outros textos do autor analisados em capítulos anteriores foram recuperados na medida que se articulem com as teses apontadas no presente capítulo.

Os textos de Skinner presentes nas décadas contempladas neste capítulo evocam com maior incidência do que nas décadas anteriores, o conceito de probabilidade como inerente ao estudo do comportamento operante. A probabilidade, aqui destacada por Skinner, é um conceito intimamente relacionado com a expressão de regularidades do fenômeno, o que é significativo para o entendimento da noção do determinismo na obra do autor.

Como elaborado no primeiro capítulo deste trabalho, há duas perspectivas para o problema da imprecisão nas formulações científicas que alicerçam o determinismo ou indeterminismo. Tanto uma visão de mundo determinista quanto indeterminista colocam a imprecisão como fator inerente à produção científica, o que transcorre em fator de probabilidade. Em outras palavras, tecer explicações sobre certo fenômeno é sempre um conhecimento finito incapaz de abarcar a totalidade do objeto estudado. A diferença consiste em como as teorias explicam a origem da imprecisão.

Para o determinismo, tanto na abordagem funcionalista quanto mecanicista, a probabilidade é oriunda da dificuldade de observação relacionada ao limitado alcance das práticas científicas, mas que pode ser contornada por previsões alicerçadas nas regularidades

dos eventos. O cientista por sua vez é incapaz de conhecer a totalidade das causas dos fenômenos. Entretanto pode traçar previsões aproximadas através da crença na regularidade do universo. Tecer explicações com caráter probabilístico consiste então em uma tentativa de aproximação das previsões científicas da verdade e também a assunção da limitação do conhecimento científico (LAURENTI, 2008).

Num sistema indeterminista como aqui tratado, a probabilidade por sua vez é uma expressão legítima das irregularidades contidas num universo assimétrico. Trata não apenas de uma dificuldade epistemológica, mas defende uma posição ontológica em que a própria natureza instável do fenômeno estudado ressoa nas imprecisões das afirmações científicas. Sendo assim, as descrições sobre um objeto de estudo não são finais ou absolutas, mas aproximadas e provisórias. Essa perspectiva positiva o acaso genuíno, responsável pela variação e novidade que são celebrados pela ciência como parte de um processo que origina os fenômenos estudados (LAURENTI; 2008, MOXLEY; 1997).

As concepções de causa do comportamento influem diretamente sobre questões sociais, como o conceito da responsabilidade moral. Como foi visto, a responsabilidade é classicamente alicerçada na imagem de um sujeito autônomo racional capaz de deliberar independente das forças do ambiente que o cercam. Já a concepção determinista frustra esse sujeito, pois o mesmo as escolhas e decisões são processadas dentro de um emaranhado de conexões causais relacionadas ao ambiente (MARTELETO FILHO; 2015, NAPOLI; 2009). Mesmo o indeterminismo não é acolhedor à essa figura de humano, pois a ideia de conexão entre o ambiente e as escolhas individuais não são negadas.

O exame feito aqui pretende demonstrar a movimentação do autor para uma ou outra concepção, determinismo ou indeterminismo, além de sugerir uma ambiguidade perene dentro da sua obra pelo emprego do termo. Também foram encontradas algumas definições de conceitos úteis para o entendimento da concepção do autor acerca da responsabilidade moral. As referências feitas sobre a responsabilidade moral frequentemente aparecem nos textos de Skinner como uma resposta às críticas que são dirigidas ao behaviorismo radical. A preocupação do autor quando aborda o termo é de demonstrar as consequências práticas da concepção de homem norteadas pela filosofia do livre-arbítrio, o que permite que alguém seja responsável moralmente, e a concepção do comportamento sob dependência das contingências. O entendimento da crítica de Skinner ao conceito de responsabilidade permite posicionar sua posição acerca do abandono ou reformulação do conceito.

4.1 Ruídos entre determinismo e probabilidade

Nas décadas anteriores de sua produção, Skinner comumente se referia ao determinismo como uma pedra basilar para a análise científica do comportamento. Afirmar o comportamento como determinado permitiria não só o encontro de regularidades e formulação de leis que o regem, como também assegura a relativa precisão destas. A explicação determinista sobre a natureza do comportamento humano era uma alternativa às teses que delegam a causa do comportamento à espontaneidade e impedem o seu tratamento científico.

A partir da década de 1970, período analisado pelo presente capítulo, persistem afirmações sobre a importância do determinismo para a Análise do Comportamento. Skinner (1973b) continua com as afirmações de que o comportamento humano, que abarca as decisões e escolhas individuais, é parte de um sistema determinado do qual o ambiente tem importância principal. A explicação adequada para o comportamento, que também permite a adoção de intervenções efetivas sobre o fenômeno estudado, reside na sua conexão com circunstâncias ambientais e fatores biológicos oriundos da história evolutiva da espécie.

Entretanto, há uma nova conotação dada ao autor para a causalidade do comportamento. Além de enfatizar a ampla determinação do comportamento, o que atinge também valores inerentes ao homem, como consciência e autonomia; Skinner também utiliza o termo “controle probabilístico” (1974a, pág. 53) para descrever as previsões alcançadas pela ciência. Sendo as condições que influem sobre a probabilidade do comportamento operante encontradas na filogênese e na história de reforçamento do organismo.

Prosseguindo com o pensamento consolidado em 1953, o autor diferencia o comportamento operante do reflexo. No reflexo certos estímulos ambientais provocam uma resposta específica do organismo. O condicionamento respondente, por sua vez, faz com que uma resposta fique sob controle de outro estímulo ambiental. Já o comportamento operante age de forma diferente. A força ou frequência do reforço na longa história do indivíduo alteram a probabilidade de ocorrência futura do comportamento, e não eliciam uma resposta de forma unidirecional. A previsão de ocorrência do comportamento operante se ramifica para muitos caminhos possíveis. Recorrer à identificação de variáveis das quais o comportamento é função resulta em uma formulação aproximada do curso da ação, abrindo mão de um prognóstico exato (SKINNER, 1974a).

A inauguração do comportamento operante, como delineado no capítulo anterior, alarga a distância das explicações adequadas à sua natureza do reflexo ou condicionamento respondente. Ademais, anunciar a perspectiva de uma ciência capaz de identificar todas as

variáveis em uma decomposição linear dos eventos e que assim poderia traçar previsões concretizáveis é uma característica associada à uma concepção de ciência orientada por pela matriz de pensamento atomicista e mecanicista (FIGUEIREDO, 2013). A estrutura das previsões científicas orientadas por um determinismo laplaciano requer o conhecimento de condições específicas do sistema em um determinado instante que são articuladas com as leis da natureza (SILVEIRA, 1993). Transportado para o campo da Psicologia, isto parece mais adequado aos propósitos do estudo do reflexo e condicionamento respondente pela reflexologia do que a ciência enfocada no comportamento operante formulada por Skinner.

O pensamento skinneriano rompe com essa pretensão ao introduzir a noção de probabilidade como fator inerente ao estudo do operante. As previsões e explicações feitas pelo analista do comportamento podem, no máximo, ser aproximadas dada a impossibilidade de conhecer todas as minúcias da história de reforçamento ou do ambiente atual em contato com o organismo. Como forma de contornar a impossibilidade de conhecimento de todos os fatores específicos disponíveis em determinado momento, o behaviorismo radical prescreve a identificação de variáveis mais importantes disponíveis na história de reforçamento individual, consistindo assim em uma investigação de caráter histórico, avesso à epistemologia mecanicista de decomposição linear dos eventos. Como afirma Chiesa (2006), este é um ponto para a sustentação da possibilidade de a ciência demonstrar determinações em bases funcionais sobre natureza do comportamento, dispensado a pretensão de precisão unívoca do mecanicismo mas ao mesmo tempo assegurando a existência de regularidades que permitam o tratamento científico.

O autor prossegue com afirmações presentes em obras anteriores que colocam barreiras intransponíveis à compreensão posta pelo determinismo mecanicista. Essa segunda visão é taxada de desumanizadora pelos críticos já que o indivíduo é entendido como um fantoche ou mero reagente das condições ambientais. Criatividade, propósito e capacidade decisória, ou seja, aquilo que reitera o papel ativo do homem, são menosprezados por uma concepção mecanicista de humano. Entretanto, Skinner (1974a) aborda com pormenores estas capacidades únicas do humano de uma maneira que ele afirma ser mais produtiva. O autor as entende como comportamento operante, produto de uma longa e complexa história de interação com o ambiente, e não uma qualidade advinda do eu-iniciador. Abandonar a concepção de que a produção de uma obra de arte, por exemplo, é uma expressão de uma mente criativa permite entender esse comportamento como parte de um processo onde fatores ambientais desempenham papel crucial e permitem o arranjo do ambiente criando um cenário mais propício à sua produção.

Sendo o comportamento determinado por eventos do passado ou presente do ambiente, as causas do comportamento estão localizadas para além do lócus de um indivíduo. A ideia amplamente defendida pelo vernáculo de que a principal causa para o comportamento se encontra imediatamente dentro do próprio indivíduo através de elementos naturais à personalidade como “força de vontade”, “empenho” ou “propósito” é contestada por uma concepção científica que afirma a multideterminação do comportamento para além do indivíduo, mas que abrange a importância de fatores ambientais com especial destaque para o meio social. Por outra via, o autor também ainda afirma a inadequação do ambientalismo extremado em prover explicações científicas suficientes para o que as pessoas fazem, uma vez que o indivíduo é uma parte ativa de suas ações (SKINNER, 1971).

O papel da probabilidade já havia sido esboçado por textos anteriores de Skinner (1951) no tratamento dado ao comportamento operante, destacando que a identificação de determinantes do comportamento demonstra uma alteração da probabilidade de sua ocorrência e não uma confirmação certa de um único caminho possível, apontando uma incompatibilidade da maneira de traçar previsões do behaviorismo radical com as pretensões do pensamento mecanicista.

Além disso, é inédita a ênfase dada pelo autor ao acaso nos textos analisados da década de 1970. Se nos textos anteriores do autor o acaso aparecia como uma dificuldade ou mesmo impossibilidade de a ciência conhecer todas as variáveis das quais o comportamento é função, agora essa é tratada como participante do comportamento operante. Para exemplificar a importância do acaso no surgimento do comportamento, acompanhamos primeiramente o tratamento dado à criatividade no texto *Creating the creative artist* (1970a). Aqui Skinner atribui a criatividade e originalidade das produções artísticas à fatores do qual o ambiente participa energeticamente. Já o tratamento tradicional da criatividade atribui à agentes internos a sua origem afirmando então uma característica inalienável ao humano, que não pode ser apartada dele. Explicar a originalidade através do apontamento de fatores causais ambientais parece reduzir qualidades intrínsecas ao homem. Skinner nega essa espontaneidade ao afirmar que esta advém de fatores ambientais que permitem o surgimento do comportamento criativo. É possível tornar as pessoas mais criativas, deixando o ambiente mais amigável para o seu surgimento e modificando as contingências vigentes para a produção do novo.

O tratamento dado ao surgimento da criatividade, como aborda Skinner em 1970a ocorre de forma paralela ao comportamento operante. O autor discorre sobre o assunto em *About Behaviorism* (SKINNER, 1974a). À primeira vista, como afirma o autor, “parece não haver espaço para o acaso em qualquer sistema completamente determinado” (SKINNER, 1974a,

pág. 114). Porém é reconhecida a importância que acidentes fortuitos desempenham na produção de um comportamento original, como no caso do fazer artístico. Em paralelo com as mutações genéticas no processo de seleção natural, o surgimento de comportamentos novos é em grande parte delegado ao acaso. O autor argumenta que as mutações nos processos genéticos e evolucionários são randômicas. De forma semelhante, as respostas adaptativas são selecionadas por processos de reforçamento que também salvaguardam componentes de espontaneidade, sem relações de conexão rígidas com as contingências sob as quais são selecionados.

Retomando ao texto *Creating the creative artist* (SKINNER, 1970a), a emergência do novo, tanto no comportamento criativo quanto na própria história evolutiva da espécie, é explicada pela diminuição da rigidez das formas de controle que permitem o afrouxamento de relações inflexíveis que trazem resultados previsíveis. Mutações podem ser criadas se incentivadas perturbações nas condições usuais sob as quais o artífice artístico é elaborado, tornando o controle menos preciso e abrindo margem para o acaso nas condições. Em outro trabalho, Skinner (1974a) argumenta na mesma direção: é bem sabido que artistas, matemáticos e escritores incentivam o aparecimento do novo afrouxando a forma de controle. Assim, alterando as contingências que produzem tal resposta, emergiriam novos comportamentos. A multiplicidade e variedade de padrões seria por sua vez explicada pela própria complexidade ambiental, tal como a originalidade na seleção natural por Darwin. Como afirma o autor, a emergência do novo no fazer artístico é impossível num sistema mecânico (SKINNER, 1970) mas ocorre em um espaço que permita a espontaneidade.

A exposição de Skinner (1970a, 1974a) sobre a importância do acaso na geração do comportamento operante abre margem para uma nova conotação dada ao determinismo. O próprio autor aborda limitações ao emprego do determinismo, sendo alguns âmbitos do comportamento melhores explicados pelo acaso do que a conexão causal simples de um sistema inteiramente determinado. O termo determinismo aparece também seguido de um questionamento acerca de sua inteireza.

Ademais, à primeira vista, parece não haver espaço para o acaso em qualquer sistema completamente determinado. A Igreja, na sua crença de um plano supremo predestinado, censurou Montaigne por usar palavras como sorte e natureza. Se Santo Agostinho procurava aconselhamento celestial abrindo sua Bíblia e lendo as primeiras palavras que seus olhos encontravam, era apenas porque elas não encontravam seus olhos por acaso. Outro sistema determinista, a psicanálise, iniciou outra era em que o acaso é um tabu; para o freudiano rigoroso, ninguém pode esquecer uma consulta ou chamar alguém pelo nome errado ou cometer um deslize verbal por acaso. Ainda que todos os biógrafos de escritores, compositores, artistas, cientistas, matemáticos, e inventores revelem a importância de acidentes fortuitos na produção do comportamento original (SKINNER, 1974a, pág. 114).

Afirmar limites da compreensão do determinismo significa também negar a afirmação de um mundo completamente determinado, de necessidades permanentes e conectadas, típicas de uma visão de universo laplaciana ou mecanicista. Isto demonstra que o autor transfere a importância da rigidez de um sistema determinado para outras formas de explicação para o novo, como encontrado na sequência da citação anterior:

O conceito de seleção é novamente a chave. As mutações na genética e na teoria evolucionária são randômicas, e as topografias de resposta selecionadas pelo reforçamento são, se não randômicas, ao menos não necessariamente relacionadas com as contingências sob as quais foram selecionadas (SKINNER, 1974a, pág. 114).

Como Skinner aponta, o acaso desempenha um papel crucial no surgimento do comportamento operante, tal como no selecionismo de Darwin. Os múltiplos padrões possíveis para o comportamento são criados em um contexto em que impera o acaso. Já a seleção de sua manutenção também resguarda elementos que rompem com a rigidez simples de um mecanicismo. Contingências podem selecionar padrões ao acaso, sem uma relação óbvia com o comportamento decorrente.

Ainda acompanhando o autor (SKINNER, 1974a), isto seria conciliável com a ideia de que o comportamento criativo contém traços de originalidade genuína. Afirmar que o acaso desempenha um papel crucial na emergência do comportamento pode significar um rompimento dos elos rígidos na cadeia causal do determinismo. A coincidência é, como assume Skinner (1977b, pág. 172), o “coração do condicionamento operante”. O estabelecimento de comportamentos supersticiosos, por exemplo, seria uma forma de demonstrar o papel do acaso e a redução da inexorabilidade das contingências na seleção do comportamento.

Entretanto, há uma ambiguidade que não é respondida por Skinner nesse momento. A probabilidade aqui presumida se refere à impossibilidade de identificar todos os pequenos arranjos nas contingências e por isso é invocada a importância do acaso, ou esse é uma característica pertencente ao mundo natural que rompe com a rigidez e unicidade do universo? Skinner é ponderado no alcance do conhecimento científico. Esse é o produto do comportamento verbal do cientista que “age como um indivíduo” (SKINNER, 1974a, pág. 144) portanto, é dependente das suas limitações.

O acaso poderia também significar não a ausência de causas, mas a assunção de um conjunto de causas que são ocultas e inacessíveis, ao menos momentaneamente. Poderiam ser conhecidas, mas conhecer a totalidade das causas é uma tarefa impraticável frente à sua complexidade. Essa posição marca uma epistemologia particular ao determinismo funcionalista, que afirma um compromisso com um mundo de causas necessárias, mas

reconhece a impossibilidade de conhecê-las totalmente, por isso elabora tipos de explicações diferentes de um determinismo absoluto do mecanicismo.

Uma última ruptura do pensamento de Skinner com o determinismo seria demonstrada se afirmado que a probabilidade não é apenas uma dificuldade epistemológica de observação, mas um fator constituinte da natureza do objeto de estudo. O futuro seria então incerto não apenas pelas limitações da ciência, mas significaria que o próprio mundo dos fatos não é completamente determinado, demarcando uma posição ontológica sobre a indeterminação. Para além do termo probabilidade sugerir uma ignorância das causas das quais o comportamento é função, o acaso seria também atestado como elemento constituinte do fenômeno comportamental. Essa perspectiva se alonga também para o próprio futuro da cultura: “Muito do que irá acontecer depende de variações imprevisíveis e contingências acidentais. O futuro é largamente uma questão de acaso [*chance*]” (SKINNER, 1990a, pág. 104).

Mesmo com afirmações achadas sobre o papel do acaso no comportamento, Skinner não abandonou o termo determinismo como um fundamento importante para a Análise do Comportamento. São mantidas afirmações vigorosas que enfatizam o determinismo. No livro de 1971, o autor pontua que uma postura científica afirma o comportamento como parte de um sistema determinado pela história evolutiva da espécie e pelas circunstâncias ambientais sob as quais o organismo é exposto. Essa ênfase persiste também na obra de 1974: “Todo comportamento é determinado, direta ou indiretamente, pelas consequências” (SKINNER, 1974a, pág.127). A assunção de um determinismo irrestrito e forte, argumenta o autor, porém, não pode ser provada. O comportamento é um objeto de estudo complexo e ir a fundo em todos seus miúdos é uma tarefa impossível. Contudo, a eficácia do seu emprego como um motivador da pesquisa científica, assim como as evidências produzidas que demonstram uma relação de dependência entre ambiente e comportamento, são fatores favoráveis à assunção do determinismo aplicado ao comportamento humano. Na atual conjuntura do conhecimento científico, Skinner afirma ser importante tomar o comportamento como determinado. Assim é justificado o extenso esforço pela experimentação das variáveis ambientais que influem sobre a ocorrência do comportamento.

O autor pontua que o determinismo, tal como a completa ausência de elos causais presentes na concepção do livre-arbítrio, por ora não podem ser postos a provas (SKINNER, 1974a), mas sua validade é apurada conforme a eficácia de cada postura. Afirmar o determinismo seria útil, pois permite a explicação e consequente intervenção sobre o comportamento humano, o que é mais simétrico ao conhecimento científico produzido por este campo, que conquista com certo sucesso previsão e controle eficazes na modificação do

comportamento. Já a acepção do livre-arbítrio, que delega à racionalidade humana toda a causalidade para o comportamento moral, sofre por não oferecer explicações que permitam a eficiente intervenção sobre este. Portanto, as afirmações acerca da determinação do comportamento perdem seu caráter absoluto nos textos aqui analisados, mas são justificadas pelos resultados úteis que produzem.

Contudo, retomando o conceito de acaso e probabilidade, Skinner (1974a) considera a possibilidade admitida por outros campos do conhecimento científico de o universo salvaguardar graus de indeterminação, o que poderia também incidir sobre o comportamento. Tanto o determinismo rígido quanto uma perspectiva que afirme o acaso genuíno não pode ser posta à prova pelo cientista. No máximo poderemos avançar na sua verificação se levarmos adiante a busca rigorosa por variáveis determinantes do comportamento, o que sugere uma inédita tolerância desse momento da produção de Skinner com uma concepção de natureza indeterminista. Porém ao mesmo tempo o autor afirma positivamente a vantagem da postura determinista como um propulsor para a busca por variáveis das quais o comportamento é função alavancando a pesquisa científica. A assunção de que o comportamento não possui componentes que transpassam o pensar determinista deixa de ser uma barreira intransponível para a ciência do comportamento proposta pelo autor. Ao invés de significar o fim do empreendimento científico, seria uma questão de verificar se “é ou não uma importante limitação apenas através do desenvolvimento de uma ciência do comportamento humano até o ponto em que tornasse a indeterminação aparente” (SKINNER, 1974a, pág. 236).

A postura do autor analisada de acordo com os textos elencados para o presente capítulo demonstra uma possível ambiguidade. Em variados momentos o autor enfatiza a importância de o comportamento ser objeto de estudo determinado. Afirmar relações de determinação do comportamento com os fatores endógenos ao organismo encoraja a busca por variáveis ambientais das quais o comportamento é função e conseqüentemente permite a intervenção sobre este. Em outra via, o autor positiva o acaso transcorrido no conceito de probabilidade, o que explicaria a mutação e novidade do comportamento. Ambos conceitos são contrastantes. O determinismo trata a natureza do comportamento como conectada aos demais eventos do mundo de forma ordenada. O indeterminismo positiva a aleatoriedade e desconexão causal em certo ponto, mas também afirma regularidades que permitiriam previsões úteis sobre o comportamento. A ambiguidade nos termos tratados aqui também é observada por Moxley (1997, 1999), que afirma que o autor aceita o determinismo ao mesmo tempo que evidencia variações randômicas.

De todo modo, a discussão tomada pelo autor nos textos aqui analisados frequentemente vincula a perspectiva científica do comportamento humano, comprometida com a assunção do determinismo, com o tratamento dado à liberdade por teses de inspiração racionalista. As implicações para os conceitos de liberdade e responsabilidade são tratadas na seção a seguir.

4.2 Perspectivas sobre a liberdade e controle do comportamento

A ideia de que o que as pessoas fazem, pensam ou sentem é determinado por condições externas ao próprio sujeito é comumente invocada nos textos de Skinner aqui analisados. A visão do comportamento como produto determinado por variáveis que podem ser explicadas, e até certo ponto manipuladas, constitui a defesa da plausibilidade e eficiência de uma ciência do comportamento. Isto também acarreta negar as formulações tradicionais a respeito do comportamento que o explicam através de agentes internos e motivações. Tais explicações são bem difundidas na cultura e justificam várias práticas sociais e institucionais, e talvez por negá-las o behaviorismo radical seja alvo constante de críticas.

Uma análise científica do comportamento precisa, acredito eu, assumir que o comportamento de uma pessoa é controlado por sua história genética e ambiental ao invés da própria pessoa como um iniciador e agente criativo. Nenhuma outra posição do behaviorismo levantou objeções mais violentas (SKINNER, 1974a, pág. 189).

Para entender o tratamento dado por Skinner à responsabilidade moral, é oportuno resgatar primeiramente questões relacionadas à concepção de homem de Skinner e seus contrastes com a visão posta pela perspectiva libertária e racionalista. É uma crítica comum ao behaviorismo radical de que este elimina qualidades que conferem humanidade ao indivíduo, como a autonomia e a liberdade. Em outras palavras, o behaviorismo radical aboliria o sujeito (MICHELETTI; SÉRIO, 1993). Dado que as ações humanas são determinadas, não haveria espaço para as escolhas livres uma vez que tudo reside no próprio ambiente do indivíduo. A ocorrência do comportamento seria inteiramente determinada pelo ambiente e pouco ou nada depende do próprio indivíduo. A simples explanação do ambiente que cerceia o indivíduo seria suficiente para explicar o que as pessoas fazem e essas seriam compreendidas pelo analista do comportamento como um fantoche das suas condições externas.

Entretanto esta visão é contestada por Skinner em diversos pontos. O argumento sobre a suposta passividade do indivíduo perante o seu meio é derivado, em parte, da aproximação equívoca entre o estudo do comportamento operante com a reflexologia sendo uma figura comum nas críticas tecidas a respeito do behaviorismo radical (CARRARA, 1998). Entender o indivíduo como um produto sem participação ativa no comportamento não faz parte dos

pressupostos da Análise do Comportamento. Skinner argumenta que a tradição do programa de estudo da reflexologia pode ter transmitido a percepção simplista de um organismo meramente reagente do seu ambiente. Entretanto o comportamento operante como posto por Skinner desemboca em outro tipo de relação:

A mesma simplicidade aparente é, talvez, responsável pelo fato de que o reflexo tenha ganhado espaço na literatura não-técnica como um estereótipo da ação do ambiente, tal como o comportamento é comumente relacionado simplesmente como respostas à estímulos. Se esse fosse o caso, um organismo teria muito o caráter de um fantoche, um robô, ou uma máquina. Mas o estímulo não elicia respostas operantes; ele simplesmente modifica a possibilidade de as respostas serem emitidas. Eles o fazem porque as contingências de reforçamento em que eles apenas fizeram parte, e eles talvez ajam em combinação com outras condições, possivelmente, mas não necessariamente, ao ponto em que uma resposta ocorra. Isso é um papel distante do estímulo eliciado em um reflexo (1974a, pág. 223).

Estendida a distância entre o reflexo do comportamento operante, caracterizado como uma ação individual que provoca transformações no mundo alterando sua probabilidade futura de ocorrência, o sujeito concebido pelo behaviorismo radical é ativo sob as condições em que vive. “O ambiente físico onde habitam a maioria das pessoas é quase inteiramente uma construção do próprio homem”, além do seu ambiente social “obviamente produto do homem” (SKINNER, 1971, pág. 201). Como comenta Micheletto e Sérgio (1993), o behaviorismo de Skinner não exclui a individualidade, tampouco nega o caráter transformador e ativo do sujeito sobre o mundo, mas afirma a contínua inter-relação entre indivíduo e ambiente e nega a figura comum nas teses mentalistas de um sujeito completamente autônomo e descontextualizado das contingências que o cercam.

Explicar comportamentos complexos fora do bojo das teses mentalistas disponíveis é uma tarefa árdua, em parte, porque essas explicações são naturalizadas no vernáculo. Também comportamentos como o pensamento ou criação parecem positivar a existência de uma mente criadora como um valor cultural, sendo o comportamento criativo a manifestação de algo intrínseco. Logo é argumentado também que o behaviorismo radical aboliria as qualidades humanas do seu horizonte de estudo por não conseguir explicá-las suficientemente (PIMENTEL; BANDINI; MELO, 2011).

O tratamento dado por Skinner para o pensamento, entretanto, é radicalmente diferente das explicações internalistas do comportamento. “Eu quis uma ciência do comportamento que não se referisse à mente ou ao sistema nervoso” (SKINNER, 1990b, pág. 21). Como alternativa, Skinner preconiza o pensamento ou a cognição como eventos privados da mesma natureza do comportamento público (SKINNER, 1974a). Afirmar ações internas como comportamentos que ocorrem de forma privada, ou dentro da pele, não resulta em negar a singularidade humana. Mas o behaviorismo radical abre a possibilidade para que os comportamentos responsáveis por

conferir qualidades caracteristicamente humanas sobre os indivíduos possam ser explicados por contingências de reforçamento destacando a importância do ambiente na sua produção sem negligenciar o papel ativo individual. Skinner (1971) esclarece que ações individuais sob o ambiente físico ou social desempenham conjuntamente dois papéis: um como controlador e outro como controlado, destacando a relação indissociável do indivíduo com o mundo.

A produção de originalidade parece levantar uma barreira à tese skinneriana do comportamento como um produto ambiental. A originalidade, de acordo com o conceito tradicional, seria uma capacidade intrinsecamente humana que desafiaria a sua compreensão pelas leis naturais, demonstrando um distanciamento das produções humanas da condicionalidade científica. O surgimento do novo é então a simples manifestação de uma essência humana alheia da causalidade dos demais eventos. Desafiando a tese internalista, a explicação tecida por Skinner para a originalidade enfoca nas variações randômicas que permitem o surgimento de padrões novos. “Tanto na seleção natural quanto no condicionamento operante, o aparecimento de mutações são cruciais” (SKINNER, 1974a, pág. 224). Dessa forma, o cientista, artista ou escritor manipulam o ambiente afrouxando as regras vigentes, tornando-o mais propício para o surgimento de novidades.

A questão remonta ao tratamento científico dado por Skinner para o conteúdo que é comumente tratado pelas teorias mentalistas. Entender o surgimento de tais comportamentos sobre o prisma científico favorece um maior poder de explicação seguido da manipulação das contingências para a criação de um terreno fértil para os comportamentos desejáveis. Porém Skinner não é ingênuo sobre a complexidade do objeto de estudo em questão. Explicar o que o matemático, o artista e o cientista produzem é um desafio ainda a ser explorado pela ciência do comportamento. Entretanto, por outro lado, o conhecimento produzido pela Análise do Comportamento, argumenta Skinner (1974a) tem sido mais útil para o seu entendimento do que o das teorias internalistas.

A alegação de que a Análise do Comportamento desumaniza o homem pois é redutora no seu sistema explicativo é especialmente agravada quando se trata dos comportamentos morais relacionado às escolhas humanas. Essas últimas seriam produtos de uma racionalidade intrínseca ao humano, e apontar determinantes ambientais que expliquem seu funcionamento reduziria elementos de sua humanidade. De fato, o behaviorismo radical nega a existência de um eu-iniciador e do sujeito posto pelas teses racionalistas. Como argumenta Skinner (1971) o que é abolido pelo behaviorismo radical não é o homem. Produções específicas do comportamento humano, como a cultura e a produção do conhecimento, receberam espaço privilegiado na obra de Skinner (1970a, 1974a). O que é de fato abolido são as teorias do eu-

iniciador, o homem-autônomo ou o homem interno, defendido pela literatura da liberdade, que possui uma racionalidade e criatividade descontextualizadas do ambiente que o cerca e, portanto, ineficiente em prover explicações satisfatórias que sirvam para a manutenção dos comportamentos que pretendem defender. Para Skinner (1971), essa figura de humano foi construída e sobrevive no vernáculo pela ignorância de como as condições ambientais determinam o comportamento individual. Conforme a ciência avança, esta concepção perde espaço sendo irreversivelmente substituída por um tratamento científico do humano que lida com as causas do comportamento que podem ser efetivamente acessadas. A concepção científica, defende Skinner (1971, 1974a), frui em apontar variáveis ambientais relacionadas ao comportamento permitindo posterior manipulação e intervenção sob o comportamento humano.

Se tomada como verdadeira a posição behaviorista de que o comportamento humano é determinado por variáveis biológicas e ambientais, a assunção de liberdade e independência para agir ruiria. De acordo com a definição filosófica de liberdade, esta remonta ao homem livre, aquele que não se dobra às imposições exteriores. Mas que pode fazer algo por si mesmo de acordo com sua vontade (MORA, 2001). A visão mais difundida no mundo ocidental, e presente na chamada literatura da liberdade, afirma que a liberdade implica em autodeterminação. O homem possui a possibilidade de escolher de acordo com sua racionalidade, definido isoladamente seu próprio destino. Essa visão desemboca na ideia de que é responsável por si mesmo, bem como por suas ações perante à comunidade. Esse pensamento é o que alicerça a visão de que as pessoas possuem livre escolha e, portanto, possuem responsabilidade moral por suas ações.

Skinner (1971) argumenta que a chamada literatura da liberdade teve o objetivo primário de direcionar a ação das pessoas para a fuga ou transformação de situações onde o sentimento de liberdade fosse ameaçado pela coerção das agências controladoras. A palavra “livre” quando relacionada às escolhas humanas significa que não há coerção na ação, e em última análise, sugere também que não há determinantes. Dessa forma a literatura da liberdade consiste também em um guia para a transformação em um mundo mais feliz onde o controle aversivo fosse suprimido e aumentado o poder da ação individual. Entretanto, esse tipo de tratamento falha em explicar as formas de controle. O controle sobre indivíduos nem sempre ocorre em situações aversivas, por exemplo. O que foi produzido invocando a liberdade comumente se refere à termos de estados mentais e sentimentos.

Para Skinner (1970c), a resistência cultural perante ao reconhecimento que o comportamento é controlado por condições externas à vontade do sujeito é insensata em muitos pontos. Apesar da ampla defesa do estatuto de liberdade humana presente no vernáculo, que

prescreve a autonomia e responsabilidade do homem, variadas instituições políticas e econômicas mantêm o controle do comportamento através de mecanismos de controle aversivos, argumento também presente em Skinner (2004). Na verdade, como argumenta em 1974a, os emergidos problemas sociais em escala global parecem encaminhar-se para as direções que mais ameaçam a felicidade humana. Skinner (1973b) afirma que defender tal concepção de liberdade não produziu resultados desejáveis na promoção de um mundo melhor.

Skinner (1970b) responde críticas dessa natureza com a assunção de que é preciso reconhecer que o comportamento humano é parte de um sistema determinado. Apenas assumindo isto, o homem é livre para modificar seu ambiente e alterar o curso do seu futuro, beneficiando a si mesmo. Uma preocupação comum entre críticos do behaviorismo radical é que se descoberta formas eficientes de controle comportamental, esta poderia ser monopolizada por déspotas. O controle, contudo, não deixa de existir. O comportamento invariavelmente é controlado por condições antecedentes e consequentes a ele. Esse tipo de crítica ignora o uso amplo de ferramentas do controle do comportamento utilizado pelas agências controladoras como governos ou indústrias. Também a real aplicação da tecnologia do comportamento se dá com maior ênfase em técnicas de controle face-a-face por pessoas comuns e permite a modificação de contingências aversivas impostas (SKINNER, 1978b). Como consequência, a visão científica de comportamento humano confere ao homem maior poder e autonomia.

Por sua vez, teorias internalistas falharam em seus objetivos de produzir liberdade e suprimir a coerção como forma de controle. Substituir a preocupação de conservação de elementos internos humanizadores pela busca de condições das quais o comportamento é função, faz possível efetivamente agir para o bem dos indivíduos de forma mais eficaz. Skinner argumenta que este foram objetivos também de correntes de pensamento humanistas. A compreensão científica dos fenômenos humanos permite maior autonomia e melhora das condições de vida, o que segundo Skinner (1970b) são valores os quais um humanista não poderia renunciar. Desse modo o autor se defende das críticas que taxam o behaviorismo radical de desumanizador, pois na verdade, alguns objetivos das correntes de pensamento humanista são também comuns à ciência pretendida por Skinner.

Ademais, afirmar o controle do comportamento desemboca na possibilidade de questionar onde está tal controle. Como defende o autor, o controle está em variáveis ambientais que se conhecidas podem ser modificadas para a melhora da vida humana. Se levada à última consequência, a ciência proposta por Skinner é eficiente em produzir liberdade em um sentido particular. O homem conhecedor das variáveis que controlam seu comportamento teria mais autonomia em eliminar as condições limitantes e criar um ambiente profuso em reforçadores.

Seria um homem capaz de fazer mais por si e para si mesmo. Poderia agir mais em seu benefício diminuindo a coerção imposta e aumentando o seu sentimento de liberdade.

O texto *Freedom, at last, from the burden of taxation* (1977a) é um interessante exemplo que diverge no estilo de escrita do restante da produção do autor. Aqui Skinner constrói uma defesa irônica sobre a possibilidade de utilizar a educação pública para a formação de apostadores em loterias. As apostas legalizadas são importantes fontes de arrecadação de impostos, o que na narrativa justificaria a implantação de um sistema de loteria desde o jardim de infância para incentivar a formação de apostadores assíduos. A ironia consiste no contraste com o tratamento tradicional dado a apostadores que é subentendido no texto. Esse primeiro considera apostadores compulsivos como pessoas fracas. Seus problemas com jogos de azar seriam de sua inteira responsabilidade numa demonstração do conceito tradicional de liberdade posto em prática. Já Skinner, como se sabe de outro texto, não tinha opinião favorável aos jogos de azar: “Ninguém força o jogador compulsivo a jogar, não obstante, ele não é livre” (1968, pág. 168).

No texto de 1977, é afirmado pelo autor a possibilidade de formação começando pela terna infância de apostadores compulsivos, um comportamento tradicionalmente delegado à capacidade de decisão do indivíduo. O texto abre margem para o questionamento de que se comportamentos considerados “livres” podem ser modelados, a liberdade e autonomia humana também é restringida pela possibilidade de controle do ambiente. A pergunta subentendida no texto é sobre a utilização das formas de controle e seus efeitos. O questionamento presente na crônica é conexo à produção do autor nesse período, a negação de que o homem é livre em última análise desembocará para decisões acerca do controle do comportamento. Admitir o comportamento de escolha como dependente de variáveis ambientais, que podem ser manipuladas na medida que forem investigadas de forma científica é importante pois produz resultados mais oportunos para o bem da cultura.

A perspectiva aqui tratada afirma que o tratamento tradicional sobre a liberdade humana produziu consequências indesejáveis como o distanciamento de uma análise científica dos assuntos humanos que poderiam prover melhoras nas condições de vida e produzir o sentimento de liberdade em um aspecto particular. Romper com as definições dadas pela literatura da liberdade acarreta consequências para o entendimento da responsabilidade moral, tema da secção a seguir.

4.3 Uma posição para a responsabilidade moral

Uma categoria de crítica dirigida ao behaviorismo radical já apresentada neste trabalho, afirma que abolindo a capacidade de o homem deliberar para além das condições impostas por seu ambiente, ele se tornaria se menos responsável por suas ações. Como consequência haveria um grave problema moral, já que se provado que o que alguém faz é determinado por condições externas ao indivíduo perderia o sentido recompensar ou punir alguém. O behaviorismo radical seria então uma filosofia ameaçadora pois reduziria os problemas morais à uma questão de contingências. Fatores como liberdade responsabilidade moral perderiam o sentido à luz de um sistema explicativo norteado pela compreensão científica dos assuntos humanos.

Ao abordar a questão do controle do comportamento humano, em *Beyond Freedom and Dignity*, o autor discorre sobre o conceito de responsabilidade moral. Skinner a define como uma característica que humaniza o homem: “um atributo que é dito distinguir o homem dos demais animais” (1971, pág. 74). O que enfatiza a proximidade da definição posta por Skinner com o tratamento da liberdade e as teorias de cunho racionalistas, para qual a responsabilidade dignifica o homem pelo seu poder de autonomia. A responsabilidade está assim, para Skinner, tradicionalmente relacionada com a suposição de liberdade de escolha humana.

É um ponto de vista bastante difundido que a liberdade é o fator inerente para tornar alguém responsável, como reconhece Skinner (1974a). Em termos simples, alguém só pode ser julgado por sua ação se teve liberdade para fazê-lo. Ou seja, o conceito de responsabilidade moral como tradicionalmente definido sugere que não há nenhum determinante nas ações humanas além da própria autonomia de decisão individual, ou que pelo menos a racionalidade humana salvaguarda componentes que transpassam a determinação ambiental. Skinner (1974a) afirma que esta é tradicionalmente definida como um elemento constituinte do próprio indivíduo, um bem que não pode lhe ser retirado. Em contraste, o autor define a responsabilidade em seus termos como uma propriedade advinda de contingências das quais as pessoas são expostas. As pessoas pensam sobre si mesmas como responsáveis ao tomar consciência de regras e imposição de consequências para o próprio comportamento.

A pessoa dotada de responsabilidade, como prossegue Skinner (1971) definindo a posição marcada pela literatura da liberdade, é a pessoa merecedora de crédito ou punição. O indivíduo livre para agir é passível de ser responsável. Entretanto, em questões legais, é erguida uma barreira à responsabilização caso seja demonstrada uma determinação ambiental legítima. Uma pessoa pode não ser considerada responsável por um malgrado, por exemplo, se provado que sua educação não a tornou capaz de avaliar a consequência de suas ações. A

responsabilidade pode ser atenuada ou mesmo suspendida diante de restrições à liberdade de ação.

Dessa forma, mesmo a tese tradicional, afirma Skinner, impõe limites à ideia de responsabilização ao sujeito em circunstâncias em que é demonstrada que ação não poderia ser outra. O problema é que para o sistema científico da Análise do Comportamento, as escolhas e decisões são substancialmente dependentes do ambiente que provê o contexto para sua ocasião e a existência de um eu-iniciador racionalizante é negada. “É o ambiente que é ‘responsável’ pelo comportamento objetivo, e é o ambiente, e não algum atributo do indivíduo, que precisa ser alterado” (SKINNER, 1971, pág. 77). Assim, compreendendo e modificando contingências relacionadas ao comportamento adequado e inadequado é um caminho mais útil e oportuno para a uma ação efetiva.

Skinner (1974a) desenvolve o problema da responsabilidade moral questionando a insuficiência da explicação proporcionada pelo conceito como tradicionalmente abordado. O comportamento público do indivíduo é explicado por suas características internas. É dito que um indivíduo se comporta de maneira adequada devido ser responsável. Pouco ou nada é dito sobre como os indivíduos se tornam responsáveis. A responsabilidade moral parece funcionar desconectada das cadeias causais que explicam o comportamento à luz de uma perspectiva científica. Skinner (1974a) responde ao problema afirmando que alguém se torna moral e se comporta moralmente pois está inserido em um ambiente particular favorável.

Para ser fiel à acepção inicial das correntes de pensamento racionalistas, é preciso isentar alguém de responsabilidade quando o comportamento é determinado para além do indivíduo. O cerne da crítica de autores dessa corrente de pensamento é a de que a análise científica trataria de apontar causas que excedem o poder de decisão individual, logo nenhuma consequência seria condicionada à ação que afeta as demais pessoas. O programa científico culminaria em uma espécie de exoneração coletiva e a responsabilidade individual seria inviabilizada.

Entretanto, os apontamentos de Skinner não significam eximir o comportamento inadequado de qualquer consequência. Pressupor o indivíduo como dirigente da construção do seu ambiente significa encarregá-lo da tarefa de alterar as contingências que mantêm seu comportamento, contrário à ideia de um indivíduo submisso perante as amarras do meio. Para além de isentar todos de correção, os textos analisados no presente capítulo sugerem a continuação da proposta delineada em *Walden II* de atribuir consequências ao comportamento individual como forma de o modelar para o bem da vida em comunidade.

Uma forma de controle do comportamento, que almejasse o bem coletivo e a felicidade para seus concidadãos, trataria de ir à fundo na origem do comportamento-problema analisando

o arranjo ambiental que sustenta tal comportamento permitindo uma alteração efetiva no ambiente (SKINNER, 1990c). Por outro lado, o indivíduo suscetível a uma história de reforçamento é exposto a novas contingências planejadas que tratarão de extinguir o comportamento inadequado e promover o adequado. Desse modo, a proposta científica e política das obras de Skinner não sugere a ênfase desenfreada no ambiente presente no ambientalismo e tampouco o exagero punitivista sobre o indivíduo.

A moralidade não é redutível apenas ao ambiente, expressando uma posição que se distância de um ambientalismo extremado, mas a interação do indivíduo com o ambiente é de onde se origina a moralidade. Isto evidência um distanciamento do sujeito constituído pelo behaviorismo radical de duas concepções distintas. Se por um lado o autor nega o internalismo das teorias libertárias racionalistas onde é defendido um homem autodeterminando, por outro o autor também não é simpático ao extremismo de uma concepção mecanicista do comportamento humano, onde a determinação residiria totalmente no ambiente sem influência direta do indivíduo. A proposta de Skinner é contrária ao absolutismo das duas visões. Nem o sujeito e nem o ambiente são autônomos na determinação do comportamento. O que é proposto pela ótica do behaviorismo radical é uma perene interação entre o homem e seu ambiente. “O homem constrói o mundo a sua volta, agindo sobre ele e, ao fazê-lo, está também se construindo” (MICHELETTO; SÉRIO, 1993, pág. 14).

Skinner (1971, 1974a) sugere a inadequação do termo responsabilidade moral perante uma ciência que caminha para a transformação efetiva do ambiente. “O conceito de responsabilidade normalmente é de pouca ajuda. A questão está na controlabilidade” (SKINNER, 1971, pág. 77). A controlabilidade às condições externas que podem ser modificadas alterando o comportamento dos indivíduos que são expostos a elas. Já a responsabilidade é definida pelo autor como uma “posse do homem autônomo” (SKINNER, 1971, pág. 75). Mais especificamente, a responsabilidade moral é intimamente relacionada ao controle exercido pelo governo.

Aqui é oportuno retornar à obra *Science and Human Behavior* como forma de traçar a visão do autor sobre a responsabilidade e sua relação com o contexto social que permite o surgimento dessa. A descrição do governo oferecida por Skinner (1953) é consoante com a posta sobre a responsabilidade dentro dos demais textos analisados neste capítulo. O governo se refere à uma agência controladora do comportamento humano detentora de poderes coercitivos, e que pode utilizar das leis como forma de especificar o comportamento “certo” e “errado”.

A responsabilidade moral, como sustenta Skinner (1974a), se refere às circunstâncias em que é esperada uma ação do indivíduo, sendo passível de punição caso o contrário. É dito que alguém é responsável, se poderia agir diferentemente em uma situação que causou danos a outrem e mesmo assim não o fez. A responsabilidade se refere então à descrição de contingências às que as pessoas são expostas, a maioria delas do âmbito legal que podem culminar em contingências punitivas. Seu significado pode ser internalizado como uma posse pessoal, como referida na literatura tradicional, mas no caso de Skinner é aprendida como um produto de contingências.

Nós somos punidos e recompensados porque as histórias genéticas, pessoais e culturais que são responsáveis pelo que fazemos estão fora de alcance. A simples recompensa e punição da vida diária não levanta nenhuma questão sobre responsabilidade. Se algo que comemos é delicioso, nós comeremos novamente. Se não é saboroso, nós não comeremos. A comida é responsável por nosso comportamento subsequente. Apenas quando governos, indústrias e religiões impõem consequências ao nosso comportamento que nós, mais do que pelas consequências, temos responsabilidade. Aqueles que as impõem então escapam da responsabilidade (SKINNER, 1990b, pág. 104).

Articulando a responsabilidade com o que é definido em 1953, é permitido relacionar que a gênese da responsabilidade se dá em uma imposição governamental que opera na forma de leis. Alguém responsável é aquele que pode ser punido e se impõe perante os sistemas punitivos. A agência de controles detém então o poder de responsabilizar o indivíduo através de mérito e culpa. Skinner sugere que a atribuição de responsabilidade ao indivíduo oculta a própria responsabilidade dos controladores, constituindo uma sofisticada técnica de controle por parte de agências que interdita necessidades de alterações no governo, religiões e outras formas de controle.

Aqui é criada uma grande distância da definição das teorias racionalistas. Afirmar a responsabilidade como um produto das consequências do ambiente, significa negar a posição naturalizantes da posição racionalistas para qual a responsabilidade é uma característica inerente ao homem. A responsabilidade não é mais entendida como uma característica própria ao indivíduo, tampouco uma qualidade que dignifica o homem, mas a descrição de comportamentos de obediência perante agências de controle. Nesse caso, afirmar que alguém é ou age de forma “responsável” se refere a comportamentos operantes, como o comportamento de escolha e prever a consequência de sua ação. Dessa forma, o autor sugere o enfoque nas relações que são descritas, a controlabilidade das contingências, que são criadas no contexto social, ao invés da suposição de uma característica interna norteadora da moralidade.

Pode-se afirmar sobre a controlabilidade que está é interligada a análise científica das circunstâncias que agem sobre o comportamento do indivíduo. Tais circunstâncias podem ser

especificadas e alteradas, algo que se prolonga na obra de Skinner desde as décadas anteriormente exploradas por esse trabalho. Conceitos providos do pensamento mentalistas; como o do homem autônomo, explicações em que apontam o sujeito como iniciador do comportamento e uma racionalidade intrínseca descontextualizada; abarcam e dão guarida ao conceito de responsabilidade moral, aos olhos do autor. Por esse motivo não encontram espaço dentro do sistema explicativo behaviorista, este focado na inter-relação entre homem e ambiente. Os conceitos mentalistas, incluso a responsabilidade, são substituídos por uma abordagem centrada na mudança das condições ambientais responsáveis pela manutenção do comportamento. Abordagem essa que Skinner (1970b, 1971, 1990a, 1990b) persistentemente defende como mais efetiva em transformar as condições sob as quais vivem os homens.

Em paralelo ao que foi apresentado no capítulo anterior, também são presentes proximidades que marcam as ideias apresentadas por Skinner nos textos aqui analisados com os pensamentos do filósofo neopragmatista Richard Rorty. Especificamente está a concepção traçada por Skinner de que valores e decisões não são fundadas em princípios decorrentes da racionalidade humana, mas são o produto de uma história de interação do indivíduo com a comunidade verbal, seja o produto do comportamento controlado por regras ou pelas consequências imediatas. Uma ação só tem sentido plausível se relacionada ao contexto que a cerca. Como listado anteriormente, a posição de rejeição ao fundacionismo de uma consciência imaterial que rege a moralidade é um ponto comum na obra de Skinner e Rorty, o que faz que os dois autores sejam comumente aproximados dentro da literatura sobre o behaviorismo radical (ABIB, 1999; LOPES; LAURENTI; ABIB, 2012; BAUM, 2006; TOURINHO, 1996).

Outro ponto próximo, e simétrico ao pensamento do autor apresentado anteriormente, é a aproximação do conhecimento como prática e não a absorção de um conteúdo. O conhecimento, afirma Skinner (1974a), é comportamento verbal do investigador. Sendo as verdades científicas o comportamento de descrição do mundo, são dependentes das contingências vivenciadas pelo cientista. É negada por Skinner a ideia de que o conhecimento e postulados científicos são representações fidedignas do real, mas o agir de forma útil perante um fenômeno natural, abolindo um fundacionismo na ciência. O conhecimento é moldável às práticas do contexto que o origina, é um instrumento para as necessidades humanas, demarcando a sua justificativa de acordo com uma prática social.

Grande parte da postura científica nos textos listados de Skinner precede a urgência de soluções para problemas práticos. O desenvolvimento da tecnologia do comportamento não é apenas possível, como também necessário. O autor afirma com veemência que rejeitar construtos internalizantes e explicações que se referem à um sistema nervoso ou uma mente

imaterial é oportuno pois dispensa esforços de lidar com aquilo que é inacessível. A ciência prescrita por Skinner aponta para uma direção mais realizável. Entender o comportamento como produto de seu ambiente é a primeira medida para sua transformação efetiva. Modificar variáveis das quais o comportamento é função, nesse sentido, parece uma tarefa mais alcançável do que lidar com fundamentos hipotéticos. Ademais, os problemas enfrentados pelo mundo contemporâneo e o fracasso da aplicação de teorias mentalistas na sua resolução, são parte da defesa apresentada pelo autor para sua empreitada científica. Tem-se que a justificativa do conhecimento, por Skinner, decorre de um argumento prático e uma necessidade de responder problemas das quais o cientista do comportamento lidaria diretamente. Esse é um ponto possível de congruência com a concepção posta por Rorty (1979) de que a criação de um conhecimento científico é contingente à necessidade de resolver problemas do contexto em que é originada.

Após rejeitar constructos que apontam para agentes internos que são a causa para a ação humana, Skinner sugere o emprego da tecnologia do comportamento nos assuntos humanos. Essa permite esclarecimento dos agentes que agem sobre as pessoas e dos efeitos das ações individuais sobre o coletivo. Reconhecer as circunstâncias que regem o próprio comportamento permite tornar os indivíduos mais conscientes da sua ação sobre outras pessoas, o que também significaria torná-los mais responsáveis. Nesses termos, a responsabilidade tradicionalmente definida, como uma posse ou uma característica inalienável do indivíduo, perde o seu sentido sob o prisma científico do behaviorismo radical. Esse aborda o problema de forma mais efetiva, concentrando sua atenção nos efeitos das contingências do âmbito social que produzem pessoas mais responsáveis, que sejam sensíveis aos efeitos do próprio comportamento em outras pessoas. Ao invés de centrar-se em definições abstratas acerca da natureza humanas ou buscando explicações em seu interior, os textos de Skinner sugerem a simples explicação do controle do comportamento. Os comportamentos que são envolvidos com a noção de responsabilidade, escolher e ponderar as consequências de suas ações, só podem ocorrer através da interação social. Dessa forma, Skinner proporciona uma explicação que dispensa constructos hipotéticos sobre o humano e centra-se na própria explicação do comportamento como dependente das variáveis contextuais que o cerca. Isso, argumenta o autor, é um curso mais efetivo para a melhoria de qualidade de vida humana.

4.4 Síntese

Os textos selecionados para a construção do presente capítulo apontam para concepções acerca da natureza do comportamento que influem sobre o conceito de determinismo, bem

como reúne obras em que Skinner fortemente responde as críticas dirigidas ao behaviorismo radical acerca da desumanização e perda de autonomia do próprio homem. A exposição desses conceitos permite o delineamento de como a questão da responsabilidade moral é tratada pelo autor e qual o direcionamento dado para essa.

É um ponto comum na obra de Skinner o papel positivo que uma ciência do comportamento produziria no bem-estar da cultura. O autor frequentemente faz afirmações vigorosas a respeito da necessidade de modificar o comportamento humano como parte da construção de um mundo melhor. A análise experimental do comportamento poderia significar amplas e significativas melhorias das condições de vidas, transformando a cultura de forma expressiva⁵. Os princípios defendidos por Skinner, que ecoam as afirmações de *Walden II*, se postos em prática desembocariam em um mundo onde reforçadores estariam mais amplamente disponíveis a todos e o controle coercitivo seria reduzido. Também seria um mundo mais seguro pois eliminaria as práticas ameaçadoras à sobrevivência da cultura. A seguinte citação resume os propósitos para a cultura mantidos por Skinner nos textos aqui analisados:

Mas nós temos a ciência necessária para planejar um mundo que leva em conta a natureza e corrige muitos dos erros da evolução. Seria um mundo em que as pessoas tratariam as outras bem, não por causa das sanções impostas pelos governos ou as religiões, mas por causa das consequências face-a-face imediatas. Seria um mundo em que as pessoas produziram os bens que precisam, não por causa das contingências arranjadas pelo comércio ou a indústria, mas simplesmente porque são “bens” [*goods*] e, portanto, reforçam diretamente. Seria um mundo belo e interessante porque se tornando assim seria belo e interessante pelas coisas reforçadoras. [...] Seria um mundo em que as práticas sociais e comerciais que promovessem o consumo desnecessário e poluição teriam sido abolidas. Seria um modo de vida que daria às espécies um tempo de vida muito mais longo no planeta Terra. Isso tudo poderia se realizar sem elevar a consciência (SKINNER, 1987, pág. 11).

Afirmar a Análise do Comportamento como uma ferramenta aplicada importante para a modificação no modo de vida ocidental também significa a negação de outras concepções do comportamento como a de um atuante cerebral e, em especial para esse trabalho, da causação mental. O autor comumente se referia à ideia de que as causas do comportamento estão dentro do indivíduo foram ineficientes nesse aspecto. Por outro lado, a prerrogativa de que as causas para o comportamento estão no ambiente torna mais efetivo a identificação destas e sua manipulação.

⁵ Ainda que o otimismo em relação ao planejamento cultural seja parte de um valor ético comumente referido à obra de Skinner e reconhecido em posições da literatura do behaviorismo radical, há uma mudança de pensamento nos textos próximos ao fim da produção do autor que é interpretada como um pessimismo em relação a capacidade da Análise do Comportamento prover um delineamento cultural em larga escala como descrito em *Walden II*. Essa relação é apontada por Chance (2007). Entretanto os textos aqui levantados como centrais para o entendimento dos conceitos de determinismo e responsabilidade na obra do autor apontam para a primeira perspectiva, a possibilidade de melhoras amplas nas condições de vida através de uma análise científica do comportamento.

Esta é uma ideia recorrente na obra de Skinner e um aspecto convergente com os textos analisados pelo capítulo anterior. A visão do comportamento como objeto passível de tratamento científico é intimamente ligada com a visão de sua natureza determinada. Contudo, uma interrogação consequente da ambiguidade nos textos anteriores ganha novo fôlego dentro da temática da probabilidade nos textos selecionados para esse capítulo. O comportamento é estritamente determinado e as incertezas das previsões científicas se devem à um problema epistemológico, ou o fenômeno resguarda componentes de imprecisão impenetráveis à análise científica? O autor afirma a probabilidade como um fator inerente ao comportamento operante, que ocorre paralelamente à seleção natural, e que explicaria também a emergência de comportamentos novos. Esses são fatores que desafiam uma compreensão de universo mecanicista e também uma lógica determinista pura. Entretanto, também há afirmações sobre a importância do determinismo para a investigação científica do comportamento humano: “Todo comportamento é determinado, direta ou indiretamente, pelas consequências (SKINNER, 1974a, pág. 127). A ênfase dada ao determinismo atuaria como um encorajador para o cientista buscar por variáveis ambientais que são função do comportamento e uma oposição às teorias mentalistas.

Afirmar a importância de variações randômicas para a constituição do comportamento operante ao mesmo tempo que destaca o caráter determinado desse é uma postura ambígua como apontado pelo comentador da obra skinneriana, Moxley (1999). Isso pode sugerir que a epistemologia proposta por Skinner não necessita do determinismo como um pressuposto basilar, mas que se beneficia da aceção do comportamento determinado como forma de validar o seu tratamento científico, ao mesmo tempo que abre espaço para as variações randômicas como possibilidade explicativa para o fenômeno comportamental.

A análise feita neste capítulo do texto de dissertação permite visualizar uma ambiguidade na obra do autor acerca do estatuto determinado do comportamento. Ainda que o autor confirme o papel do acaso e de variações randômicas, não é claro o sentido disso para o conjunto da sua teoria científica, isso porque o autor assume um tom contrastante ao enfatizar o comportamento como fenômeno determinado. O exposto aponta que a obra de Skinner não deve ser lida como completamente coesa. O determinismo é um pressuposto fortemente presente em textos anteriores do autor, mas que aqui aparece com menor força e em conjunto com ideias que desafiam sua soberania, sugerindo assimetrias dentro da produção de Skinner. É permitido então afirmar que os pressupostos filosóficos do behaviorismo radical flutuaram entre concepções deterministas e indeterministas de ciência, sem se firmar em uma única visão.

As implicações de ambas para o behaviorismo podem ser discutidas tomando a obra do autor como um ponto de partida e avaliando sua aplicação para além do exposto nela.

É notável que uma concepção de ciência determinista é evocada com maior frequência quando Skinner critica as concepções internalistas de humano adversas à ideia de determinação do comportamento. A discussão entre determinismo e a concepção de uma racionalidade intrínseca ao homem é uma discussão que vai além do behaviorismo radical pois outras teorias são criticadas pelo emprego do determinismo aos assuntos humanos (KANE; 2011, FISCHER; 2011). Isto também pode sugerir que Skinner, ciente dessa oposição, utilizava o determinismo como resposta às concepções que desafiavam o suposto do comportamento como contingente ao seu contexto ambiental, o que explicaria a ênfase do emprego do termo determinismo nos trechos analisados. Dessa forma o autor responde às teorias mentalistas, que apontam um sujeito que transcende as leis da natureza, afirmando que o comportamento de escolha é determinado pela história de reforçamento individual.

A defesa de Skinner de que o comportamento é um fenômeno que pode ser estudado sobre o prisma científico diverge das teorias tradicionais que afirmam uma desconexão causal do indivíduo com seu ambiente sobre o nome da liberdade, o que então permite afirmar que alguém é moralmente responsável. A chamada literatura da liberdade implica que a deliberação humana transcende a influência do meio, o que é rejeitado pela teoria skinneriana que enfatiza o controle do comportamento. É notado que o autor não se preocupou em resgatar o conceito de responsabilidade das teorias mentalistas, mas os textos analisados sugerem o abandono do termo. Ao invés da responsabilização individual, Skinner afirma importância da controlabilidade, ou seja, a necessidade de modificar arranjos ambientais que são ocasião para a ocorrência do comportamento.

Seguindo o rastro de Skinner é permitido apontar um sentido particular na sua obra propício à liberdade humana, como afirmam Pimentel, Bandini e Melo (2011). Tornar as pessoas mais conscientes das variáveis que controlam seu comportamento, muitas delas impostas pelos governos e indústrias, é o passo inicial para uma transformação efetiva das formas de controle. Isso permite uma alteração que diminuiria as contingências que produzem resultados aversivos e ampliaria a disponibilidade de reforçadores positivos. A prescrição de Skinner para o uso da tecnologia do comportamento é conexa à uma prerrogativa inicial da literatura da liberdade, que pretendia livrar o homem de imposições feitas por outrem. O reconhecimento dos controladores do seu comportamento é o que capacita o indivíduo para alterá-los, tornando protagonista na construção de seu futuro.

Isso permite também vislumbrar uma implicação para o conceito de responsabilidade. Apesar de não ser um tema central nos textos analisados, negar o termo responsabilidade moral não é o mesmo que negar a possibilidade de indivíduos responsáveis. Como definida pelas teses racionalistas de sujeito, a primeira seria decorrente da racionalidade e liberdade de escolha que tornariam as pessoas suscetíveis ao mérito ou punição. Essa perspectiva antecede uma visão do comportamento humano desconectado com do ambiente. A própria racionalidade intrínseca ao homem é a causa para a ação.

Já Skinner nega a figura de uma mente imaterial que rege as ações humanas e também afirma que a causa do comportamento é em grande parte explicada pelas circunstâncias ambientais. O autor nega firmemente a figura do homem autônomo presente nas definições tradicionais da responsabilidade moral (PIMENTEL; BANDINI; MELO, 2011). Os achados da presente análise demonstram que Skinner faz a crítica desse sujeito autofundado vias determinismo. A explicação causal proposta pelo autor, de que o comportamento é produto de uma interação do organismo com o ambiente, é simétrica à tese determinista para o comportamento. Isso explicaria parcialmente a ênfase no emprego do termo na obra do autor e justificaria a proposição da aplicação do conhecimento produzido pela análise do comportamento aos assuntos humanos.

O último capítulo da dissertação retoma o que foi apresentado até o momento. Implicações para a noção de determinismo são ponderadas diante da mudança de tom do autor sobre o conceito no decorrer da sua produção, demonstrando um possível caminho para este e um desfecho para o problema da responsabilidade moral. É feita uma discussão sobre a visão de humano de Skinner e demonstrado o impacto da sua perspectiva sobre uma aproximação com as referências filosóficas levantadas por esse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE O DETERMINISMO, A RESPONSABILIDADE E AS POSSIBILIDADES ENVOLVIDAS

O presente trabalho de dissertação pretendeu uma análise do emprego de termos relacionados ao determinismo e suas implicações para a ideia de responsabilidade pessoal na obra de B. F. Skinner. O problema levantado nessa investigação teórica despontou de indagações feitas em outros campos do conhecimento que não a psicologia. A ideia de que as ações humanas, o que inclui a consciência das escolhas são determinadas por circunstâncias que ultrapassam a decisão individual é uma discussão clássica na filosofia e ainda um problema longe de ter uma solução simples.

Transportar esse problema para o behaviorismo radical buscando indicações dentro da obra do seu fundador, B. F. Skinner, nos parece oportuno pois permite compreender a construção de sua teoria no contexto de influências que movimentam as definições do autor para sentidos por vezes diferentes. A própria ambiguidade de termos identificada na presente análise pode ser posta como uma evidência da pluralidade de ideias e polissemia conceitual do texto skinneriano. Traçar um sentido histórico do texto, por fim, permite compreender limitações e incongruências que são por vezes usadas descuidadamente pela literatura analítico-comportamental.

Não só a discussão é isolada dentro da própria produção da literatura da Análise do Comportamento; esse próprio campo é taxado por seus críticos como desumanizador ou reducionista por questões relacionadas ao tema aqui abordado. O ponto de crítica majoritariamente levantado é que a ideia de que forças da natureza interpelem o comportamento humano ameaça a soberania do homem sobre si mesmo. Ideias como livre-ação, deliberação racional e esforço individual parecem se dissolver em um sistema determinista. No limite, esses conceitos seriam tão comprometidos que não valeria mais a pena pensar neles. Concepções internalizadas no cotidiano e nos sistemas organizacionais da sociedade são então frustradas. O projeto científico do behaviorismo radical colocaria em risco a própria vida social.

Pensar no comportamento humano como produto determinado afeta concepções além dos problemas filosóficos. Admitir que a ação humana é determinada por fatores distantes do seu autor parece ferir um sentimento de integridade. Como Skinner (1953) reconhece, os conceitos de autonomia e responsabilidade foram bem estabelecidos pela cultura. O controle criado por práticas sociais é sentido inclusive na própria história do indivíduo e expresso no vernáculo.

De fato, esse é um ponto periférico à discussão do livre-arbítrio e determinação do comportamento humano. É uma figura comum nas críticas dirigidas a Skinner de que sua ciência mina qualidades intrínsecas e é desumanizadora. A construção da imagem de um homem senhor de si mesmo remonta a uma tradição de pensamento originada no iluminismo e no liberalismo. O conceito da própria unicidade é bastante significativo para o homem. O vernáculo trata o humano como uma criatura única, superior a outras espécies, autofundada pela própria capacidade racional. Assim não é uma surpresa que a ideia de comportamento humano como parte do mundo natural, passível de tratamento científico, tenha sido o ponto que levantou as objeções mais violentas ao behaviorismo radical (SKINNER, 1974a).

A responsabilidade moral, como definida pela tradição racionalista, afirma que as pessoas possuem autonomia para a escolha, salvo situações concretas de impedimento. A causa do comportamento reside no próprio indivíduo, que age com independência do ambiente. Isso sustenta uma visão de homem autofundado por sua racionalidade. Como um desdobramento, o indivíduo pode ser punido ou recompensado por suas ações. Dada a possibilidade de agir de forma diferente do que fez, é que recai o sentido de atribuir uma consequência para o comportamento, seja ela recompensadora ou punitiva. Essa visão, argumentam os defensores do determinismo, falha ao invocar uma intangibilidade que transcende as leis naturais. Os próprios avanços da ciência em demonstrar a conexão de pensamentos e decisões individuais com o seu contexto são dificilmente eclipsados pela contra argumentação de que pensar o homem como livre é necessário pois garante sua humanidade.

A posição incompatibilista com explicações internalistas existente na obra de Skinner abre a margem para a sustentação do determinismo. De fato, o autor diversas vezes fez a crítica de agentes internos presente no conceito de responsabilidade moral por vias do determinismo. “Todo comportamento é determinado, direta ou indiretamente, pelas consequências” (SKINNER, 1974a, pág. 127). A posição favorável ao determinismo que Skinner (1948, 1953, 1971) demonstra em vários momentos de sua obra é passível de má compreensão. O autor não adota uma postura acrítica ao determinismo, como exposto neste trabalho. Tampouco se afilia com qualquer concepção de determinismo. Corroborando o que é exposto por Slife, Yanchar e Williams (1999), o determinismo em Skinner é passível de muitas interpretações.

Uma primeira concepção de determinismo, erroneamente invocada como a adotada pelo behaviorismo radical, emergiu de uma visão mecanicista de funcionamento do universo. Em linhas gerais, o mecanicismo obedece à ideia de que tudo que acontece é determinado por condições físicas que precedem os eventos. Os eventos do universo são rigidamente atados de tal forma que o funcionamento desse é comparado com o de um relógio. Um mundo ordenado

e indivisível é obrigatoriamente determinado e os eventos futuros já estariam dados pelas condições existentes. O empreendimento científico é então uma tentativa de captura da totalidade indivisível da natureza em denominadores que permitam sua previsão. Contudo, limitações inerentes ao cientista o impelem para a imprecisão das suas afirmações, que aqui são sobretudo uma confissão da impossibilidade do conhecimento total de todos os fatores que determinam o fenômeno estudado.

Essa é uma visão de mundo incompatível com o livre-arbítrio e a responsabilidade moral. A visão racionalista evoca a figura de um homem como um agente livre. Ele é o agente causal da própria ação. Em outras palavras, ele é responsável por aquilo o que faz. A ação do homem é causada por suas próprias decisões, suas deliberações que, por sua vez, são causadas pelo seu caráter, o tipo de pessoa que ele é. Já o mecanicismo coloca o homem como apenas um fenômeno banal do funcionamento do universo. Suas ações são determinadas por circunstâncias externas distantes do próprio indivíduo. Nesse sentido, o humano deixa de ser o senhor das próprias ações para tomar a posição de um objeto. A liberdade e a responsabilidade têm o seu significado comprometido por essa concepção que mina a soberania do agente humano.

É uma figura comumente difundida em críticas ao behaviorismo radical que esse ameaça qualidades humanas por adotar uma posição mecanicista para o comportamento. Por certo o mecanicismo teve implicações e influências na psicologia do estudo do reflexo. O que, segundo alguns, foi um dos principais pontos para que o behaviorismo de Skinner fosse reconhecido com o mecanicismo. Na presente análise acerca da posição de Skinner sobre o determinismo, foi identificada uma larga distância do determinismo mecanicista. O comportamento humano possui características instáveis e mutáveis que frustram o objetivo de decomposição linear dos eventos previstos numa ciência mecânica (SKINNER, 1948). Esse reconhecimento da complexidade do seu objeto de estudo é uma barreira a pretensão de simplicidade e beleza unidirecional dos sistemas mecânicos. O comportamento possui muitos resultados possíveis e seu curso pode ser apontado apenas por tendências baseadas na história de interação do organismo com o ambiente. Essas propriedades do comportamento são afirmadas continuamente na obra de Skinner (1953, 1957, 1966, 1990a). O autor também é enfático ao negar que os objetivos de método de sua ciência são equivalentes aos das psicologias que privilegiaram um método S-R (SKINNER, 1953, 1974a). Ademais o autor também aborda parte das críticas dirigidas ao mecanicismo ao afirmar que comportamentos complexos, como a criatividade e originalidade, são impossíveis em um sistema mecânico mas ganham destaque numa análise comportamental da cultura (SKINNER, 1970a). A própria concepção de humano

implicada pela Análise do Comportamento é de um indivíduo ativo e participante, ao contrário de uma concepção de um organismo meramente passivo perante o ambiente presente em uma visão mecânica (MICHELETTO; SÉRIO, 1993; SKINNER, 1974a). Essa é uma conclusão simétrica com as variadas posições da literatura do behaviorismo radical que afirmam suas características antagônicas com o mecanicismo e o estudo da reflexologia (CARRARA; GONZALEZ, 1996; CASTRO, 2013; CHIESA, 2006; GUIMARÃES; MICHELETTO, 2008).

Feita a separação entre compromissos filosóficos do behaviorismo radical com os de uma ciência guiada pela compreensão mecanicista de natureza é criada uma tensão. Skinner persistentemente afirma a possibilidade de o comportamento ser objeto de estudo por vias da ciência. Isso proporcionaria previsão e controle e, conseqüentemente, a possibilidade de intervenção sobre o comportamento. Esse é um dos motivos para a defesa do determinismo no behaviorismo radical. O determinismo seria uma visão que garantiria a legitimidade e exequibilidade do estudo científico do fenômeno comportamental. Entretanto, como exposto, não é toda forma de determinismo que pode ser conciliável com o behaviorismo radical. Uma das categorias de determinismo, o de matriz funcionalista, seria conveniente por demonstrar pontos de contato com a teoria skinneriana.

Em linhas gerais, o determinismo funcionalista tece explicações sobre o comportamento humano apontando a função de suas adaptações no ambiente. Explicar um fenômeno biológico é demonstrar sua adaptabilidade e plasticidade no contexto em que o organismo age. A funcionalidade do que o organismo faz é o ponto central da análise. Tal funcionalidade só pode ser compreendida tendo em vista o seu papel adaptativo em um sistema global de interação com muitos fatores. Essa é uma postura que diminui a ênfase na decomposição dos eventos em unidades típica do mecanicismo. O que o organismo faz não é facilmente explicado pela decomposição imediata dos fatores, mas é relacionada com fatores temporalmente distantes do fenômeno. Também a causação é múltipla, dependente de muitas variáveis que fogem do alcance do cientista, impossibilitando uma previsão inequívoca (FIGUEIREDO, 2013).

O determinismo funcionalista pode ser conciliado em variados pontos com ideias postas dentro da obra de Skinner. Primeiramente, o próprio autor insistentemente afirma a importância do determinismo como constituição da ciência do comportamento (SKINNER, 1948, 1953, 1957, 1968). Isso transparece que assumir uma postura determinista parece ser necessário ao behaviorismo radical. A tensão residiria em decidir com qual modalidade de determinismo pode ser conciliado. Certamente, o determinismo absoluto do mecanicismo tem diferenças notórias com o behaviorismo radical. Já a ideia de uma causalidade pautada pela determinação em relações funcionais parece acolhedora às noções científicas defendidas por Skinner. Os três

níveis de seleção e variação do comportamento, elegidos por Skinner (1981), transparece a multiplicidade de causas para o comportamento. Explicar o fenômeno comportamental é necessariamente apontar seus efeitos adaptativos em contexto com o ambiente que o situa num emaranhado de variáveis. Demonstrar a funcionalidade do comportamento dispensa a necessidade de comprovar as ligações de uma cadeia causal.

A conciliação do behaviorismo radical com uma posição determinista de matriz funcionalista atende aos anseios de confirmar o estatuto determinado do comportamento ao mesmo tempo que rompe com a unidirecionalidade e rigidez de um sistema mecânico. Por esse motivo, o determinismo funcionalista é uma interpretação possível para a causalidade na obra de Skinner, como apontados em comentadoras como Chiesa (1992, 2006) e Figueiredo (2013), além de um ponto conhecido na literatura da Análise do Comportamento (GUIMARÃES; MICHELETTO, 2008).

Há, contudo, uma posição antagônica na obra de Skinner com a tese determinista. Ainda que haja uma larga distância do modelo de pensamento funcionalista com o mecanicismo, a assunção do determinismo parece ter uma implicação inerente. Isso porque o determinismo se apoia na ideia de que seguramente existam causas suficientes para o comportamento, o que funciona como um plano de fundo para positivar o empreendimento de procurar por essas causas, mesmo que conhecer a sua totalidade seja impossível. O indeterminismo insurge dentro de projetos científicos onde a pretensão de explicar os fenômenos naturais através de modelos deterministas parece ter falhado. Se relacionado à ciência do comportamento, a principal implicação do indeterminismo consiste em afirmar graus de aleatoriedade inerente ao comportamento confirmando uma inconstância na sua previsão que é uma própria demonstração da natureza do fenômeno.

Em diversos momentos de sua obra mais madura, Skinner fez declarações que são ambíguas à confiança anteriormente depositada no determinismo. Em 1974a afirma, por exemplo, que a assunção do determinismo impôs barreiras para a compressão do papel do acaso no comportamento. Pensar no acaso encontra uma barreira em um sistema determinista rígido. Também foram identificados vários momentos em sua obra que o autor parece reconhecer elementos de aleatoriedade na gênese do comportamento que teriam estatuto positivo em explicar a originalidade no fenômeno comportamental (SKINNER, 1970a, 1974a). Criações singulares, a emergência do novo, seriam explicadas por perturbações numa cadeia causal rígida, o que faz parte da explicação do autor para o comportamento criativo na mesma esteira de processos randômicos ocorridos na seleção natural. Mutações genéticas originam componentes aleatórios, tal como a sua seleção também por processos que podem desobedecer

uma cadeia causal rígida (SKINNER, 1974a, 1990a). Da mesma forma, um artista ou escritor podem agir afrouxando as contingências vigentes permitindo a ação do acaso no surgimento de um padrão novo. A sustentação da existência de geradores de acaso no fenômeno do comportamento também decorre na ideia de probabilidade. Traçar previsões certas é impossível diante da complexidade do comportamento, como autor assume diversas vezes (SKINNER, 1948, 1953, 1971a).

Assim, o achado da presente pesquisa demonstra uma ambiguidade no discurso do autor sobre o determinismo. As incertezas das previsões científicas existiriam sob o ponto de vista do cientista, que é incapaz de identificar todas as variáveis das quais o comportamento é função e por isso faz previsões probabilísticas? Ou a incerteza existe em um plano ontológico sendo o comportamento um fenômeno com componentes de aleatoriedade que não comungam com a previsibilidade implacável? Respostas para essas perguntas são muitas na literatura da Análise do Comportamento. Há variadas posições que defendem a utilidade da suposição do determinismo aplicada ao comportamento humano, tanto quanto leituras acolhedoras ao indeterminismo. Muitas vezes essas interpretações estão em confronto entre si.

No que concerne à leitura da obra de Skinner pela ferramenta de análise aqui utilizada, é possível afirmar que o autor não se comprometeu com nenhuma das duas visões em absoluto. Ao mesmo tempo que o autor destaca termos típicos de uma epistemologia indeterminista como probabilidade, acaso, coincidências e variação; mantém uma postura aberta à suposição do determinismo em textos centrais de sua produção (SKINNER, 1948, 1953, 1971, 1974a). O resultado dessa pesquisa corrobora a leitura de Moxley (1999) e de Laurenti (2009a) acerca da ambiguidade na obra do autor. Apenas usando a obra de Skinner como referencial, não é possível negar ou afirmar com veemência o determinismo ou indeterminismo como postura constituinte do behaviorismo radical tal é a ambivalência de significados possíveis na sua produção.

Conjecturamos aqui a hipótese de que tal tepidez nas definições trazidas pelo autor pode não apenas indicar uma confusão nos termos empregados ou um descuido no estilo de escrita, mas uma despreocupação intencional com o termo. Isso implicaria em afirmar o fim de absolutos de um pensamento dicotômico “ou isto ou aquilo” sobre o determinismo ou indeterminismo na interpretação da obra do autor. Ao mesmo tempo que o autor demonstra inclinação para reconhecer geradores genuínos do acaso, também é ampla a posição de uma conexão do comportamento com variáveis que podem ser investigadas por uma ciência preditiva.

O comportamento humano tem uma longa história, que vai além da produção de Skinner. Empreendimentos do estudo do comportamento como objeto científico antecedem a inauguração do behaviorismo radical. A própria obra skinneriana não foi escrita isolada do contexto científico que a cerca, mas deve ser lida tendo em vista as influências que foram pontos de contato para sua obra. Desconsiderar a sua natureza histórica e cultural recai no risco de dogmatismo e paralisia da interpretação de seus significados possíveis (FIGUEIREIDO, 2013). Como vimos, o intervalo de quatro décadas da produção de Skinner aqui analisados (e isso é apenas uma parte do trabalho do autor) não expressa uma doutrina homogênea, mas demonstra variações e ênfases diferentes nas ideias apresentadas.

Se na esteira dos primeiros textos abordados o autor demonstra uma preocupação com a legitimidade da sua proposta de ciência para o comportamento humano que se vale da garantia de previsibilidades possíveis num sistema determinista (SKINNER, 1953, 1968); em textos posteriores a segurança na ontologia determinista do comportamento é abalada pelo questionamento do funcionamento do acaso sobre a variabilidade (SKINNER, 1970a, 1974a). Isso sugere que o autor transitou por diferentes referenciais sem se firmar em nenhum deles. O behaviorismo radical poderia, então, ser atravessado por influências de matrizes de pensamento diferentes e isso significa que o texto de Skinner é, portanto, histórico (CASTRO, 2013). Dito de outra forma, sua obra não revela uma verdade decisiva sobre o objeto de estudo que pretendeu abordar, mas é o produto de uma construção que moldou influências durante as sete décadas de sua construção. Isso indica que se assumida a tarefa de encontrar uma resposta satisfatória para o problema do determinismo no behaviorismo radical, é preciso fazê-la para além da obra de Skinner.

Isso não significa negar que houve compromissos estabelecidos na obra do autor relacionados ao uso do determinismo. A visão do comportamento humano como produto simultâneo de três níveis de seleção e variação colocam sérios empecilhos a variadas outras teses sobre o comportamento humano, em especial para este trabalho, a ideia de que as pessoas, através do pensamento ou vontade interna, são a causa do próprio comportamento. Na sequência da argumentação, o behaviorismo radical impõe consequências para a concepção de responsabilidade, o que é comumente apontado pelos seus críticos.

A responsabilidade é um termo fortemente enraizado no vernáculo. Dizemos que alguém agiu de forma apropriada porque é um indivíduo responsável. Já se cometeu alguma omissão, faltou com a sua responsabilidade. Rastrear a origem que abarca o termo como forma de operacionalizar o conceito nos leva para a tradição de pensamento racionalista e liberal para qual o indivíduo possui qualidades indissociáveis a ele que o tornam responsável. Para a

doutrina da responsabilidade, o indivíduo tem um poder de decisão fundado na sua racionalidade inerente ao homem que confere a ele uma independência das condições que o cercam. Suas escolhas são produtos de suas próprias decisões e o homem é então um agente causal para a própria ação. Em resumo, ser a própria causa do comportamento é o que permite a imputação de responsabilidade ao indivíduo. Alguém é responsável pelo o que fez se poderia controlar o próprio comportamento para agir diferentemente.

A noção de responsabilidade moral, conjuntamente com as críticas que são feitas ao conceito no behaviorismo radical, ressoam na obra de B. F. Skinner. Na linha do que foi aqui analisado, identificamos que o autor fez aproximações com a definição do conceito em *Walden II* (1948). Na sequência, o texto *Science and Human Behavior* (1953) é revelador ao apontar a responsabilidade como produto da agência controladora do governo que impõe contingências para o reforçamento do comportamento verbal que descreve características internas, ou seja, permite dizer que alguém é ou não responsável. A seguir, textos presentes na década de 1970 abordam com maior intensidade problemas relacionados à liberdade e controle do comportamento (SKINNER, 1970b, 1973b, 1977a), mas são os livros *Beyond Freedom and Dignity* (1971) e *About Behaviorism* (1974a) que tratam de forma mais incisiva a questão da liberdade e autonomia humana. É argumentado pelo autor que a ideia tradicional de que a pessoa é responsável é conexo com a tese do indivíduo como começo e o fim da causa do comportamento. Diante dessa perspectiva é eclipsada a ideia de que existam variáveis ambientais possíveis de serem manipuladas para a alteração do comportamento. Enfocar no contexto de formação do comportamento, ou seja, na possibilidade do seu controle abandona a concepção de um eu-iniciador apartado de uma explicação satisfatória e aumenta a possibilidade de transformações mais amplas que produziriam resultados mais eficazes para o bem da cultura.

Como apontado por este trabalho, as críticas feitas por Skinner ao problema da liberdade e responsabilidade possuem um teor fortemente determinista. O problema da responsabilidade moral e determinismo não pertence apenas à literatura do behaviorismo radical. É também um problema clássico da filosofia moral (MASON, 2005). É argumentado pelo autor, por exemplo, que a ideia de que as pessoas deliberam autonomamente é parcialmente derivada da dificuldade observacional das causas de suas ações. Em contraponto com a visão do comportamento causado pelo próprio autor, há uma posição frequente de demonstrar o papel causal de variáveis ambientais para o comportamento: “O estímulo pode não ter sido muito, mas em um sistema determinado precisa ter sido algo” (SKINNER, 1957, pág. 458).

Entretanto, como uma primeira conclusão da presente investigação, foi sugerido que o determinismo não é um conceito absoluto na obra do autor. Apesar da crítica feita por Skinner ao eu-iniciador ser feita por vias do determinismo, isso não é suficiente para afirmar que sua obra é completamente pautada pela doutrina. Afirmações sobre a importância do acaso e a natureza fluída e evanescente do operante compartilham espaço no trabalho de Skinner (1953, 1971a) com posturas inclinadas ao determinismo. Como consequência, essa heterogeneidade de ideias na obra do autor inviabilizaria sua crítica ao tratamento tradicional da responsabilidade? Diante do aqui exposto, não parece haver tal incongruência em sua obra. Em um primeiro argumento, mesmo que conciliada a obra do autor com o indeterminismo, esse frustraria a concepção racionalista de responsabilidade que presume a causa pelo próprio agente da ação, avessa a ideia de desconexão causal. Como já dito, tomar uma decisão baseada na sorte de lançar moedas é resultado direto do acaso e não produto da racionalidade. Ainda, a positivação de elementos de aleatoriedade genuína sobre o comportamento não compromete a ideia de regularidades necessárias para o funcionamento de uma ciência. O indeterminismo não frustra pela raiz o objetivo de uma ciência pois demonstra regularidades expressas em tendências no comportamento (LAURENTI, 2008). Assim, mesmo se harmonizada a obra de Skinner com as teses indeterministas aqui levantadas, a ideia de que uma deliberação é comportamento operante conexo às variáveis ambientais e a história de reforçamento individual é compatível com a sua assunção. Seja qual for a concepção de causas posicionada, determinismo ou indeterminismo, isso não parece afetar a solidez da crítica de Skinner ao tratamento da responsabilidade.

Dado a inconciliação demonstrada, emerge uma questão relevante. O behaviorismo radical se bem-sucedido na abolição do conceito racionalista de responsabilidade, acabaria por atrapalhar a vida social? A ideia bem internalizada no vernáculo de que as pessoas são responsáveis por suas ações não é de todo ilegítima. Ela funciona como uma forma de regulação social dentro de seus termos. A noção de responsabilidade tem uma importância social. É o que permite que seja atribuído consequência ao comportamento de alguém pelo seu efeito em outras pessoas (BARRETTO, 2013). A importância de tornar as pessoas indivíduos responsáveis não naufraga diante da crítica ao conceito. A descrição do efeito das consequências do comportamento sobre outras pessoas é uma preocupação presente em Skinner e análoga a ideia de responsabilidade. Desse modo, foi um propósito desse trabalho demonstrar uma possível conciliação com o conceito de responsabilidade trazido à luz da escola filosófica neopragmatista como forma de suprir a ausência causada pelo enfrentamento do conceito tradicional.

Definir o que é responsabilidade para o neopragmatismo, contudo, não é uma tarefa fácil. Alguns traços gerais do pragmatismo podem ser tomados como relevantes para a construção de uma definição. De forma geral, o neopragmatismo rejeita o caráter essencialista e dogmático tanto das verdades científicas quanto da moralidade. Esses devem ser lidos no jogo de linguagem onde figuram um funcionamento para o contexto que são aplicados. O caráter não final e, portanto, provisório, das verdades implica que seu entendimento deve sondar seu valor instrumental e adaptativo. Dado a falência das verdades imutáveis, o neopragmatismo adota como norte guiador para a validação de asserções a sua força em garantir o bem ou felicidade no nível individual e comunitário (PIRES, 2011; PINTO, 2007; RODRIGUES, 2011; RORTY, 2005).

Por outro lado, a concepção de um sujeito racionalmente fundado em si mesmo é avesso à tal concepção que rejeita o essencialismo. Logo a responsabilidade moral parece não funcionar. Contudo, se investigada a utilidade que desempenha, é possível dizer que a responsabilidade é a ferramenta que valida a imposição de consequências (KOONS, 2009). Ainda que as decisões e atitudes individuais estejam conectadas à um fundo contextual que dá sentido às ações, o indivíduo desempenha um papel fundamental na sua manutenção. É sobre o indivíduo que o contexto age, através de uma história de interação. Estabelecer consequências ao seu comportamento pode ter significado útil ou não dependendo da sua eficácia. Impor uma punição tem efeito futuro de tornar menos provável a recorrência da ação e de desencorajar a ação perante outros. Dessa forma a responsabilidade moral teria seu caráter desnudado perante uma análise contextual e averiguado a utilidade de seu emprego. Ademais, a postura comunitária e desenvolvimentista dos filósofos neopragmáticos favorece a figura de um indivíduo responsável que pondera as ações do próprio comportamento diante do seu efeito sobre outros (MARCONDES, 2000).

Como averiguado pela análise dos seus textos, Skinner tem uma posição próxima ao pragmatismo em muitos pontos. Em sua visão o conhecimento científico é o produto do comportamento verbal dos cientistas determinado pelas suas práticas reforçadoras. De forma semelhante, os valores morais são resultado de contingências culturais moldadas pela história de interação dos indivíduos em grupos que transcorrem da eficiência de seu emprego. Essas são posições marcadas na literatura da Análise do Comportamento reconhecidas por aproximar a obra de Skinner com teses presentes no neopragmatismo, especialmente a obra de Richard Rorty. No que concerne à responsabilidade moral, podemos afirmar que as acepções de Skinner sobre o conceito se aproximam muito da definição de responsabilidade oferecida por Koons (2009). A responsabilidade perderia sua relevância de um bem inerente ao indivíduo, parte do

que o confere humanidade, mas é tratada enquanto produtos de práticas que foram reforçadas no contexto cultural, em especial pelo governo como agência controladora do comportamento.

É possível defender então que as afirmações feitas por Skinner ao longo da sua obra cerceiam o uso da responsabilidade como definida por correntes de pensamento racionalistas e libertárias. Essa é agarrada a outros conceitos negados pelo behaviorismo radical, como o do sujeito como própria causa do comportamento, a negligência a variáveis presentes no ambiente e a existência de uma mente imaterial. Por isso, Skinner ocasionalmente declarou a falência da ideia de responsabilidade moral conjuntamente com outros termos mentalistas. A obra do autor substitui explicações internalistas pelas conexões entre variáveis ambientais e as decisões individuais, às vezes amparadas por uma concepção de natureza determinista. Diante de tal empreendimento científico, a responsabilidade moral e conceitos correlatos parecem se desfazer. Sua importância é abalada pela insuficiência de suas explicações.

Esse foi um dos motivos por qual a obra do autor foi alvo de críticas tão severas. Afinal, negar a independência do homem para agir implicadas na ideia de responsabilidade moral também significaria negar aquilo o que constitui sua humanidade. Em defesa de Skinner, é possível responder que a responsabilidade moral é apagada porque, como definida tradicionalmente, demonstra fragilidade para explicar porque as pessoas fazem o que fazem. Em uma sociedade em que a ciência desempenharia o papel de resolver os problemas humanos através de modificações incisivas nas contingências culturais estabelecidas, há pouco espaço para explicações em termos abstratos onde toda a responsabilidade é posta no indivíduo estagnando a possibilidade de modificação do comportamento. É sugerido que no desenvolvimento da cultura, a responsabilidade não tenha se mostrado útil para um novo contexto que requer uma posição mais vigorosa sobre a modificação do próprio comportamento humano em ordem da sua própria sobrevivência (SKINNER, 1953). E como afirma o autor, tal como é a natureza das palavras, a responsabilidade moral deve dar lugar para um termo mais ajustado (SKINNER, 1957).

A partir do confronto de Skinner com a responsabilidade, é possível traçar pontos que indiquem a construção de um novo significado. A importância da criação de indivíduos responsáveis não é menosprezada pelo behaviorismo de Skinner. O que é negado é a responsabilidade como um princípio ou uma posse individual que parece gerenciar a moralidade por si só. Por outro lado, as pessoas podem desenvolver-se em contato com um ambiente que as torne mais conscientes dos efeitos de suas escolhas sobre outras pessoas e dos efeitos das suas ações a longo prazo. O que é coerente com a importância dada em sua obra para a preservação da cultura e a criação de um futuro melhor. Isto significaria também dizer que o

behaviorismo radical favorece o surgimento de pessoas que vivam de forma mais responsável. Uma ilustração disso é visível na comunidade ficcional Walden II, onde as pessoas constantemente avaliam os efeitos de suas ações sobre a comunidade em geral e decisões são tomadas pensando nos seus efeitos distantes. Outra abertura para afirmar que o behaviorismo radical não impossibilita a existência de pessoas responsáveis é de que o indivíduo não é nulo na sua relação com o ambiente. O behaviorismo radical não transforma pessoas em reflexos das condições sob as quais vivem, mas o indivíduo ativamente participa da construção de seu mundo. A inquietação de que a aplicação do determinismo aos assuntos humanos significaria a abolição de consequências ao indivíduo pela negação da responsabilidade moral não é aqui verdadeira. Skinner não prescreve a eliminação de consequências para o comportamento inadequado. O que é abolido é a crença retributiva implícita na ideia de responsabilidade, ou seja, “olho por olho, dente por dente” (SKINNER, 1953, pág. 342). Ao invés, o autor confirma a necessidade da construção de um repertório mais adequado criando condições para seu aparecimento, como, por exemplo, na ideia de que “por vezes a psicoterapia, mais do que a punição legal, é reconhecida como apropriada.” (SKINNER, 1953, pág. 344).

Em resumo, a responsabilidade é negada na obra de Skinner enquanto um preceito, uma qualidade inerente ao indivíduo que explica por si mesma a natureza da ação humana, mas há lugar no behaviorismo radical para a afirmação de que as pessoas podem viver de modo mais responsável através de contingências que tornem as pessoas mais autoconscientes. Ainda que não tenha sido uma preocupação clara na obra do autor, tampouco deste trabalho, operacionalizar os conceitos que são envolvidos na substituição da ideia de responsabilidade é uma tarefa possível. Comportamentos de escolha abrangidos pelos conceitos de autocontrole e autoconsciência são exemplos que estão relacionados com a responsabilidade e são abordados com sucesso por uma leitura analítico comportamental (CRUZ, 2006; PIMENTEL; BANDINI; MELO, 2011).

A presente investigação percorreu um caminho buscando responder à pergunta: a proposição do comportamento como objeto passível de estudo científico, o que é usualmente relacionado com o determinismo, traz quais consequências para a ideia de responsabilidade? A questão é mais complexa do que o esperado e junto a ela esbarramos em muitas outras que não podemos aprofundar. Levantou-se discussões de temas centrais para o futuro do behaviorismo radical, o que evidencia a importância do tema aqui tratado. Tampouco parece existir uma solução óbvia para esses temas. Entendemos que o behaviorismo radical é uma teoria plural, construída por muitos autores sob diferentes perspectivas.

O mais antigo e talvez mais basilar problema aqui levantado foi sobre a validade do determinismo. Apesar do determinismo ser um termo relativamente recente na história da ciência e da filosofia, a ideia de que os eventos do mundo e as ações humanas são fixamente precedidas por condições anteriores é presente em vários âmbitos da cultura. Essa noção é expressa pelo provérbio que afirma não haver nada novo sob o sol. Nesse sentido, os eventos do mundo não seriam mais do que uma repetição dentro de uma lógica dada. As atividades e produções humanas são então ofuscadas pela ordem fixa. Novidades seriam apenas ilusões e consequência da ignorância de todos antecedentes postos no universo, portanto, não haveria originalidade genuína, mas o futuro seria certo dado as condições estabelecidas no passado.

A ideia de que a predestinação do determinismo ameaçaria qualidades humanas é permeada em vários âmbitos da cultura. Na novela *Notas do Subsolo*, citada por Skinner em 1971, Dostoiévski menciona a possibilidade de que as leis que regem a conduta do homem serem descobertas e calculadas:

[...] há no mundo ainda as leis da natureza; de maneira que tudo que ele venha fazer, não fará em absoluto de acordo com sua vontade, mas por si só, de acordo com as leis da natureza. Por conseguinte, basta apenas descobrir essas leis da natureza e o homem já não responderá por seus atos e viver será para ele extremamente fácil. Todos os atos humanos, presume-se, serão então calculados de acordo com essas leis, matematicamente, como numa tabela de logaritmos, até 108 mil, e introduzidos num quadro; ou melhor que isso, surgirão algumas edições oficiais e bem-intencionadas, do tipo dos atuais dicionários enciclopédicos, em que tudo será computado e determinado com tamanha precisão que no mundo já não haverá mais atos, nem aventuras (1864, pos. 307).

Entretanto, o homem não reagiria passivamente diante da planificação de seu futuro. O autor continua a narrativa afirmando que a resistência de admitir que a própria ação pode ser controlada e prevista é tamanha que ele preferiria enlouquecer criando destruição e caos para provar o contra-argumento de que possui uma vontade independente. Skinner afirma que essa é também uma posição rotineira na literatura da liberdade da qual contemporâneo:

Por um lado, Dostoiévski parece estar certo. A literatura da liberdade inspira uma oposição fanática a práticas de controle suficiente para gerar uma resposta neurótica, senão psicótica. Há sinais de instabilidade emocional naqueles afetados por essa literatura (1971, pág. 162).

Isso demonstra que o determinismo quando aplicado aos assuntos humanos parecem retirar o indivíduo de uma posição privilegiada. O potencial criativo do homem é minado já que ele não é de natureza diferente dos outros fenômenos naturais submetidos à ordem do universo. No romance *Walden II*, Skinner parece lançar algo fortuito a essa questão. Surpreendido com o funcionamento e organização da comunidade que funciona de forma original e diferente dos erros presentes no mundo exterior, um dos personagens diz ao fundador da utopia: “Então você realmente criou algo de novo sob o sol” (SKINNER, 1948, pos. 3455). É observado no romance

de Skinner a ideia de que a ciência poderia instrumentalizar o homem para se livrar das amarras impostas, criando uma organização realmente nova. Desse modo uma consequência direta das propostas contidas no behaviorismo radical seria o rompimento da monotonia e superação de uma realidade aparentemente irrecuperável. Ademais, elementos que conciliam a análise científica do comportamento com a emergência do novo são também presentes em sua obra. Sobre o futuro, o autor lança a afirmação de que a sua previsão apenas é possível na forma de tendências e aproximações. “O futuro é amplamente uma questão de acaso” (SKINNER, 1990a, pág. 104). Grande parte do que está por vir, argumenta o autor, pertence a contingências acidentais e variações imprevisíveis.

Dessa forma, a posição do autor corrobora para uma visão otimista em relação ao acaso e a variabilidade que transcorre em possibilidades dentro da sua ciência. Confrontar a lógica determinista, contudo, não é uma tarefa fácil. O determinismo parece oferecer a segurança e ferramentas necessárias para o funcionamento de uma ciência. Já afirmar a aleatoriedade genuína dos eventos parece levantar uma barreira à pretensão de certeza e seguridade científica. Tampouco foi defendido aqui que o determinismo é sinônimo de rigidez e imutabilidade. Interpretações que afirmam o caráter probabilístico das previsões científicas conciliado ao determinismo são bem presentes na literatura da análise do comportamento e são parte da fundamentação teórica desse trabalho. Reconhecer a probabilidade, seja em um sistema determinista ou indeterminista, recai na assunção de que o controle nunca é completo. Nesse sentido, a obra skinneriana é acolhedora para a conciliação com bases pós-modernas de ciência, uma vez que o autor enfoca processos randômicos no fenômeno comportamental que produzem imprecisões nas previsões.

Mesmo as discussões sobre o estatuto determinado ou indeterminado do comportamento não parecem encerrar o problema dos objetivos da ciência para Skinner. Isto porque em textos finais de sua produção o autor não abandona a importância delegada à ciência na resolução dos problemas do mundo. A escolha entre determinismo ou indeterminismo como compromisso filosófico da Análise do Comportamento parece, de certo modo, não esbarrar na perspectiva otimista de ciência na obra do autor. Isto é um ponto relevante a ser explorado, pois a ciência, para o autor, ocuparia o papel da ferramenta necessária para responder às questões da cultura. Uma hipótese possível é de que o determinismo e indeterminismo seriam conceitos adjacentes à crença fundamental que os problemas do mundo poderiam ser resolvidos por uma análise funcional do comportamento, seja ela pautada em probabilidades ou determinantes. Mesmos as referências neopragmatistas permeadas na obra de Skinner não parecem interferir na perspectiva de que a ciência ocupa um espaço privilegiado entre outros saberes. A ciência, na

sua obra, é a prática social que poderia dar as respostas seguras para a sobrevivência da cultura. Apesar de Skinner reconhecer a ciência como produto do comportamento verbal do cientista que serve como uma ferramenta para interação com o mundo, paralelo às teses neopragmatistas, não há cedência do espaço ocupado pela ciência. Ainda que haja uma ambiguidade nos termos usados sobre o determinismo, o encaminhamento dado por Skinner é a prescrição para o desenvolvimento de uma melhor ciência e melhor tecnologia do comportamento.

Por outro lado, é possível argumentar que ainda que Skinner não estivesse ciente das implicações da posituação da aleatoriedade na explicação do comportamento humano, isto poderia significar uma mudança de princípios sobre os limites da ciência. As imprecisões inerentes nas previsões científicas poderiam ruir as expectativas de Skinner de um conhecimento seguro. A ciência do comportamento abdicaria então de um controle absoluto e previsões certas. Isso traz importantes consequências para o planejamento cultural exemplificado em *Walden II*. Nesse sentido, podemos endossar que a ciência do comportamento é também uma proposta de transformação da cultura (LOPES JÚNIOR, 1994). Em *Walden II*, o autor afirma que a segurança do comportamento ser determinado é o que permite um projeto para o qual o comportamento pode ser manipulado. Isso não é exclusividade do behaviorismo radical, mas a própria tradição moderna celebra a ciência como uma “instrumentalização racionalizante” para superação dos problemas humanos (FIGUEIREDO, 2002). A pós-modernidade, em detrimento do sucesso do controle científico, celebra a complexidade e mutabilidade do mundo. Segundo alguns (ALDEMAN, 2009), consequentemente reestruturações sociais profundas pautadas em motivações fortes perderiam o sentido diante da heterogeneidade de construções possíveis numa cultura. Diante disso é possível perguntar se conforme as influências pós-modernas que se adensam na obra de Skinner, a possibilidade do planejamento de modificações profundas como a sustentada em *Walden II* continuaria um compromisso desejável ou mesmo possível no behaviorismo radical. A tendência pessimista no final da obra de Skinner explorada por Chance (2007) seria então um indicativo dessas influências?

A investigação aqui feita não pretendeu responder todas as perguntas levantadas. Ao invés disso, nos contentamos em apontar os encaminhamentos possíveis da discussão. Isso demonstra que o tratamento dado ao problema principal do trabalho é conectado com muitos outros termos. As palavras seguintes do historiador Carlo Ginzburg sugerem que essa é uma característica indelével da tarefa de análise de um texto a partir de seus referenciais de construção.

A superfície do texto registra tensões subterrâneas, como um sismógrafo. [...] É como encostar a orelha no chão, como um índio que sente o barulho que vem de longe. Dentro de um texto, há sempre uma pluralidade de vozes e situações. É possível colher ali traços da realidade que está fora dele⁶.

Concluimos que não é possível fazer afirmações incisivas sobre a responsabilidade ou determinismo sem interferir em uma rede de significados construídos no behaviorismo radical. A tarefa de analisar um texto recupera mais do que pretende inicialmente e o itinerário aqui proposto organiza alguns pontos, mas não todos. Enquanto trabalho de interpretação hermenêutica, não se pretende aqui revelar a verdade sobre a obra de Skinner, mas negociar um sentido plausível para o entendimento dos assuntos abordados. Sendo assim seu resultado é sempre incompleto. Ser uma análise inacabada não é sinônimo de defeito, mas denota a abertura para novidades. Tampouco o behaviorismo radical é uma teoria morta, mas viva e plural. Sua investigação demonstra uma promissora capacidade de ampliar discussões e surpreender.

⁶ Trecho de entrevista de Carlo Ginzburg. *Folha de São Paulo*. 02/12/2010

REFERÊNCIAS

- ABIB, J. A. D. Epistemologia, Transdisciplinaridade e Método. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 219-229, Set-Dez. 1996.
- ABIB, J. A. D. Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 237-247, dez. 1999.
- ABIB, J. A. D. Arqueologia do Behaviorismo Radical e o conceito de mente. In: GUILHARDI, H. J. et al. **Sobre o comportamento e cognição Vol. 7: Expondo a Variabilidade**. Santo André: Esetec: Editores Associados, 2001. p. 20-35.
- ABBOTT, P. Henry David Thoreau: the State of Nature, and the Redemption of Liberalism. **The Journal Of Politics**, v. 47, n. 1, p.182-208, fev.1985.
- ALDEMAN, M. Visões da Pós-Modernidade: discursos e perspectivas teóricas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p.184-217, jun. 2009.
- ALMEIDA, M. V. Breviário de Salomão. Disponível em: <<http://www.cronopios.com.br/content.php?artigo=11089&portal=cronopios>>. Acesso em: 26 abril 2018.
- ANDERY, M. A. Uma sociedade voltada para o futuro. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 23-30, ago. 1993.
- ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. Publicações de B. F. Skinner: de 1930 a 2004. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 93-134, jun. 2004.
- ANDERY A.; M.; MICHELETO, N.; SÉRIO, T. M. **Para ler Ciência e Comportamento Humano: roteiros de leitura**. Notas sobre a atualidade de ciência e comportamento humano. São Paulo: PUC SP, 2009.
- ARAUJO, S. F. A integração entre a história da psicologia e a filosofia da psicologia como programa de pesquisa teórica. In: LAURENTI, C; LOPES, C. E; ARAUJO, S. F. **Pesquisa Teórica em Psicologia: Aspectos Filosóficos e Metodológicos**. São Paulo: Hogrefe, 2016. p. 125-146.
- ARDILA, R. **Walden III**. Santo André: Esetec: Editores Associados, 2003. Originalmente publicado em 1979.
- ATMANSPACHER, H.; BISHOP, R. **Between Chance and Choice: Interdisciplinary Perspectives on Determinism**. New York: Imprint Academic, 2002.
- AUDI, R. N. Skinner on freedom, dignity and the explanation of behavior. **Cambridge Center For Behavioral Studies**, v. 4, n. 2, p.163-186, dez.1976.
- BACHUR, J. P. Individualismo, liberalismo e filosofia da história. **Lua Nova**, São Paulo, n. 66, p. 167-203, 2006.
- BAPTISTA DA SILVA, P. V. Walden II: protótipo da sociedade administrada. **Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**, Campo Grande, v. 14, n. 8, p.52-63, 2008.

BARRETTO, V. P. Perspectivas éticas da responsabilidade jurídica. **Quaestrio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.257-278, jan. 2013.

BAUM, W. **Compreender o behaviorismo**: comportamento, cultura e evolução. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2006.

BENTHAM, J. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. Ontario: Batoche Books, 2000. 248 p. Originalmente publicado em 1781.

BETTIO, C. D. B.; LAURENTI, C.; LOPES, C. E. Discussões filosóficas conceituais sobre a proposta de uma teoria analítico comportamental do desenvolvimento. In: IV Seminário de Prática de Pesquisa em Psicologia, 2014, Maringá. **Anais do IV Seminário de Prática de Pesquisa em Psicologia**. Maringá: UEM, 2014

BISHOP, R. C. Determinism and Indeterminism. In: BORCHERT, D. M. **Encyclopedia of Philosophy**. Michigan: Macmillan, 2005. p. 29-35.

BLOCH, E. **O Princípio Esperança**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BUELL, L. **Literary Transcendentalism**: Style and Vision in the American Renaissance. Ithaca: Cornell University Press, 2016. 336 p. Edição Kindle. Originalmente publicado em 1973.

CAILLÉ, A. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 26-56, dez. 2001.

CARRARA, K. Acesso a Skinner pela sua própria obra: publicações de 1930 a 1990. **Didática**, São Paulo, v. 28, p. 195-212, 1992.

CARRARA, K. **Behaviorismo Radical: Crítica e Metacrítica**. Marília: Unesp, 1998.

CARRARA, K.; GONZALEZ, M. H. Contextualismo e Mecanicismo: implicações conceituais para uma análise da análise do comportamento. **Didática**, v. 31, p. 199-217, 1996.

CARVALHO, L. A. V. Ruídos entre determinismo e liberdade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 541-542, set. 2005.

CARVALHO NETO, M. B.; TOURINHO, E. Z.; ZILIO, D.; STRAPASSON, B. A. Skinner e o mentalismo: uma análise histórico-conceitual. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 22, p.13-39, abr. 2012.

CASTAÑON, G. A. Filosofia como fundamento e fronteira da psicologia. **Dossiê Diálogos com a Psicologia**. Rio de Janeiro. 2008.

CASTILLO, R. Una serena desesperación. La ética individualista de William James. **Dianoia**, Cidade do México, v. 51, n. 57, p.65-78, 2006.

CASTRO, M. S. L. B. **O Naturalismo Ético no Behaviorismo Radical de B. F. Skinner**. 2013. 166 p. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

CRUZ, R. N. Uma introdução ao conceito de autocontrole proposto pela Análise do Comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 8, n. 1, p.85-94, 2006.

CHANCE, P. The Ultimate Challenge: Prove B. F. Skinner Wrong. **The Behavior Analyst**, v. 2, p.153-160, 2007.

CHIESA, M. Radical behaviorism and scientific frameworks: From mechanistic to relational accounts. **The American Psychological Association**, v. 47, n. 11, p.1287-1299, 1992.

CHIESA, M. **Behaviorismo Radical: a filosofia e a ciência**. Brasília: Editora Cealeiro, 2006.

CONEE, E.; SIDER, T. **Riddles of existence**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CRUZ, R. N.; CILLO, E. N. P. Do mecanicismo ao selecionismo: uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 375-385, set. 2008.

DELPRATO, D. J. Behavior Analysis and S. C. Pepper's Other Mechanism. **The Behavior Analyst**, v. 1, n. 16, p.51-53, 1993.

DITTRICH, A. **Behaviorismo radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social**. 2004. 484 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

DITTRICH, A. Uma defesa do determinismo no Behaviorismo Radical. In: WIELENSKA, R. C. **Sobre Comportamento e Cognição: Desafios, soluções e questionamentos**. Vol. 23, Santo André: Esetec, 2009. Cap. 4. p. 65-72.

DOSTOIÉVSKI, F. **Notas do Subsolo**. L&pm Editores, 2008. Edição Kindle. Originalmente publicado em 1864.

EPSTEIN, R. A Listing of the published Works of B. F. Skinner, with notes and comments. **Behaviorism**, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 99-110, 1977.

FIGUEIREDO, L. C. M. **A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. 6. ed. São Paulo: Escuta, 2002. 173 p.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. 19. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FISCHER, J. M. Frankfurt-Type Examples and SemiCompatibilism: New York. In: KANE, R. **The Oxford Handbook of Free Will**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2011. Cap. 12. p. 299-328.

GARAND, H. G. **The Ecological Perspective of Henry David Thoreau**. 96 f. Dissertação (Master of Arts) Simon Fraser Universty. Colúmbia Britânica, 1970.

GINZBURG, C. Não é possível ser audaz e prudente ao mesmo tempo. São Paulo: 2010. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 02 dez. 2010. Entrevista concedida a R. Capote. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0212201021.htm>> Acesso em: 01 mar. 2018.

GLEISER, M. **Criação imperfeita: Cosmo, vida e o código oculto da natureza**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GUIMARÃES, R. P.; MICHELETO, N. Algumas Relações entre Behaviorismo Radical e Determinismo: Uma Análise de Publicações de Diferentes Autores. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, Belém, v. 4, n. 1, p.89-110, 2008.

HACKENBERG, T. D. When Being a Mechanist Wasn't So Bad: Reply to Moxley. **The Behavior Analyst**, v. 2, n. 19, p.299-300, 1996.

HOCUTT, M. A Behavioral Analysis of Morality and Value. **The Behavior Analyst**, v. 36, n. 2, p.239-249. 2013.

HODGSON, D. Quantum Physics, Consciousness, and Free Will. In: KANE, R. **The Oxford Handbook of Free Will**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2011. Cap. 3. p. 73-108.

KANE, R. The Contours of Contemporary Free-Will Debates. In: KANE, Robert. **The Oxford Handbook of Free Will**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2011. Cap. 1. p. 12-53.

KOONS, J. R. **Pragmatic Reasons: A Defense of Morality and Epistemology**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAPLACE, P. S. **Philosophical Essay on Probabilities**. New York: Springer-verlag, 1995. 285 p. Originalmente publicado em 1814.

LAURENTI, C. Determinismo, probabilidade e análise do comportamento. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 171-183, 2008.

LAURENTI, C. **Determinismo, Indeterminismo e Behaviorismo Radical**. 2009a. 430 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009a.

LAURENTI, C. Criatividade, liberdade e dignidade: impactos do darwinismo no behaviorismo radical. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 251-269, jun. 2009b.

LAURENTI, C.; LOPES, C. E. Metodologia da Pesquisa Conceitual em Psicologia. In: LAURENTI, C.; LOPES, C. E.; ARAÚJO, S. F. **Pesquisa Teórica em Psicologia**. São Paulo: Hogrefe, 2016. p. 41-69.

LAURIOLA, R. Os gregos e a utopia: uma visão panorâmica através da literatura grega antiga. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 97, p.92-108, jun. 2009.

LOPES, C. E.; LAURENTI, C.; ABIB, J. A. D. **Conversas Pragmatistas sobre Comportamentalismo Radical**. Santo André: Esetec: Editores Associados, 2012.

LOPES JUNIOR, J. Behaviorismo radical, epistemologia e problemas humanos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 14, n. 1-3, p. 34-39, 1994.

LOPES, C. E. Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. In: LAURENTI, C.; LOPES, C. E.; ARAUJO, S. F. **Pesquisa Teórica em Psicologia: Aspectos Filosóficos e Metodológicos**. São Paulo: Hogrefe, 2016. Cap. 2. p. 15-40.

LOURENÇO, C. L. **Sistema Penal e Psicologia: livre arbítrio e determinismo**. 2013. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.38-46, dez. 2000.

- MARR, J. A Mingled Yarn. **The Behavior Analyst**, v. 1, n. 19, p.19-33, 1996.
- MARTELETO FILHO, W. O quarto de Locke e a culpa no direito penal: breves reflexões sobre liberdade, determinismo e responsabilidade. **Anatomia do Crime**, Lisboa, v. 14, n. 25, p.48-81, dez. 2015.
- MASON, E. Moral Responsibility. **Philosophical Books**, v. 46, n. 4, p.343-353, out. 2005. Wiley-Blackwell.
- MICHELETTO, N; SÉRIO, T. M. A. P. Homem: objeto ou sujeito para skinner? **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 11-21, 1993.
- MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MOXLEY, R. A. Skinner: From Determinism to Random Variation. **Behavior And Philosophy**, v. 25, n. 1, p.3-28, 1997.
- MOXLEY, R. A. The Two Skinners, Modern and Postmodern. **Behavior And Philosophy**, v. 27, n. 2, p.97-125, 1999.
- NAPOLI, R. B. Livre-arbítrio e responsabilidade a naturalização da responsabilidade de P. F. Strawson. **Ethic@**, Florianópolis, v. 8, n. 3, p.73-88, maio 2009.
- PATARROYO, C. G. Libertarismo & error categorial. **Ideas y Valores**, Bogotá, v. 141, n. 1111, p.141-168, dez. 2009.
- PATY, M. A noção de determinismo na física e seus limites. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 465-492, dez. 2004.
- PIMENTEL, N. S.; BANDINI, C. S. M; MELO, C. M. Compreendendo o abandono do "eu iniciador" em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: questões teóricas e consequências práticas. **Acta comport.**, Guadalajara, v. 20, n. 2, p. 217-233, 2012.
- PINTO, P. R. M. Richard Rorty, Arauto de uma nova visão de mundo. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 116, p.527-531, dez. 2007.
- PIRES, M. S. O rigor na noção de verdade do pragmatismo de W. James. **Philosophy Eletronic Journal**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.134-140, jun./dez. 2011.
- PLAZAS, E. A. B. F. Skinner: la búsqueda de orden en la conducta voluntaria. **Univ. Psychol.**, Bogotá, v. 5, n. 2, p. 371-384, 2006.
- PONTES, J. Determinism, chaos, self-organization and entropy. **An. Acad. Bras. Ciênc.**, Rio de Janeiro, v. 88, n. 2, p. 1151-1164, 2016.
- PRIMACK, R. B.; MILLER-RUSHING, A. J. Uncovering, Collecting, and Analyzing Records to Investigate the Ecological Impacts of Climate Change: A Template from Thoreau's Concord. **Bioscience**, v. 62, n. 2, p.170-181, fev. 2012.
- RODRIGUES, S. M.; RORTY, R.: Uma ética laica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p.610-616, 2011.
- RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. New Jersey: Princeton University Press, 1979.

RORTY, R. **An Ethics for Today: Finding Common Ground Between Philosophy and Religion**. New York: Columbia University Press, 2011. 76 p. Originalmente publicado em 2005.

SALT, H. **The Life Of Henry David Thoreau**. Whitefish: Kessinger Publishing, 2010. 218 p. Originalmente publicado em 1890.

SEARLE, J. R. **Liberdade e Neurobiologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Livro Pleno, 2009.

SILVEIRA, F. L. Determinismo, Previsibilidade e Caos. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p.137-147, ago. 1993.

SKINNER, B. F. The Concept of the Reflex in the description of behavior. **Journal Of General Psychology**, Washington, v. 5, n. 4, p.321-346, 1931.

SKINNER, B. F. **The Behavior of Organisms**. New York: Appleton Century Crofts, 1938.

SKINNER, B. F. What is the experimental analysis of behavior? **Journal Experimental Analysis Of Behavior**, v. 9, n. 3, p.213-218, 1966.

SKINNER, B. F. **Technology of Learning**. Cambridge: Skinner Foundation, 2003. 255 p. Originalmente publicado em 1968.

SKINNER, B. F. Seleção por conseqüências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.129-137, 2007. Originalmente publicado em 1981.

SKINNER, B. F. **Science and Human Behavior**. Cambridge: Skinner Foundation, 2014. 461 p. Originalmente publicado em 1953.

SKINNER, B. F. **Walden II**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2005. Edição Kindle. Originalmente publicado em 1948.

SKINNER, B. F. **Verbal Behavior**. New York: Appleton, 2015. 490 p. Originalmente publicado em 1957.

SKINNER, B. F. Creating the Creative Artist. In: FRY, Edward F. **On the Future of Art**. New York: The Viking Press, 1970a. p. 61-75.

SKINNER, B. F. Humanist and behaviorism. In: SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978. p. 48-55. Originalmente publicado em 1970b.

SKINNER, B. F. Freedom and Dignity Revisited. In: SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978. p. 195-198. Originalmente publicado em 1970c.

SKINNER, B. F. **Beyond Freedom and Dignity**. Middlesex: Penguin Books, 1976. Originalmente publicado em 1971.

SKINNER, B. F. Walden (One) and Walden Two. In: SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978. p. 188-194. Originalmente publicado em 1973a.

SKINNER, B. F. Are We Free to Have a Future? In: SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978. p. 16-32. Originalmente publicado em 1973b.

SKINNER, B. F. **About Behaviorism**. New York: Knopf, 1974a.

SKINNER, B. F. Designing Higher Education. In: SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978. p. 149-159. Originalmente publicado em 1974b.

SKINNER, B. F. Freedom, at last, from the burden of taxation. In: SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978. p. 199-201. Originalmente publicado em 1977a.

SKINNER, B. F. The Force of Coincidence. In: SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978. p. 169-175. Originalmente publicado em 1977b.

SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978a.

SKINNER, B. F. Human Behavior and Democracy. In: SKINNER, B. F. **Reflections on Behaviorism and Society**. New Jersey: Prentice-hall, 1978b. p. 3-15.

SKINNER, B. F. Why we are not acting to save the world. In: SKINNER, B. F. **Upon further reflection**. New Jersey: Prentice-hall, 1987. p. 1-14.

SKINNER, B. F. To Know the Future. **The Behavior Analyst**, v. 13, n. 2, p.103-106, 1990a

SKINNER, B. F. A World of Our Own. **European Journal Of Behavior Analysis**, v. 1, n. 15, p.21-24, 2014. Originalmente publicado em 1990b.

SKINNER, B. F. The Non-Punitive Society. **Japanese Journal Of Behavior Analysis**, v. 5, p.98-106, nov. 1990c.

SKINNER, B. F. Psychology in the year 2000. **Journal Of The Experimental Analysis Of Behavior**, v. 81, p.207-211, 2004.

SLIFE, B. D.; YANCHAR, S. C.; WILLIAMS, B. Conception of determinism in radical behaviorism: a taxonomy. **Behavior And Philosophy**, Cambridge, v. 2, n. 27, p.75-96, 1999.

STRAPASSON, B. A; DITTRICH, A. Notas sobre o determinismo: implicações para a psicologia como ciência e profissão. **Rev. Psicol. Latinoam.**, Bogotá, v. 29, n. 2, p. 295-301, dez. 2011.

TAMURA, T. T.; LAURENTI, C. Felicidade e prazer: Um diálogo entre Epicuro e Skinner. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 8, n. 2, p.186-199, 2017.

TEIXEIRA, L. C. Ética e Subjetividade: indagações em Habermas e Rorty. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p.147-153, 2008.

THOREAU, H. D. **Desobediência Civil**. L&PM Pocket, 1997. Edição Kindle. Originalmente publicado em 1849.

THOREAU, H. D. **Andar a Pé**. Ebooksbrasil.com, 2003. Edição Kindle. Originalmente publicado em 1861.

THOREAU, H. D. **Walden**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010. Edição Kindle. Originalmente publicado em 1854.

TODD, J. T.; MORRIS, E. K. Misconception and miseducation: Presentations of radical behaviorism in psychology textbooks. **The Behavior Analyst**, v. 2, n. 6, p.153-160, Jun. 1983.

TODOROV, J. C. Uma revisão de revisões por ocasião dos 70 anos de o comportamento dos organismos de B. F. Skinner. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, Belém, v. 4, n. 1, p.1-7, 2008.

TONNEAU, F. Reforçamento Operante e Seleção Natural: A Analogia Inútil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 20, n. 3, p. 279-285, 2016.

TOURINHO, E. Z. Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 41-56, ago.1996.

TOURINHO, E. Z. A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 30-41, jun. 2003.

INWAGEN, P. V. A incompatibilidade de livre-arbítrio e determinismo. **Aufklärung: Revista de Filosofia**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p.271-286, fev. 2014.

VILLALOBOS, M. P. Skinner: duas perguntas. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.59-76, 1981.

WALLER, B. N. **Against Moral Responsibility**. Cambridge: The MIT Press. 2011.

WATSON, J. B. **Psychology from the Standpoint of a Behaviorist**. Philadelphia: Lippincott Company, 1914.

WOLFF, X.; REYES, M. I.; WINKLER, M. I.; ALVEAR, K. Ética en la Obra de Pioneros de la Psicología: ¿Metafísica o Política? **Psykhé**, Santiago, v. 17, n. 1, p. 17-27, maio 2008.

WOOLF, V. Thoreau. In: WOOLF, V. **O Valor do Riso**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Cap. 7. p. 89-102. Originalmente publicado em 1917.

YOUNG, D. B. Cesare Beccaria: Utilitarian or retributivist? **Journal Of Criminal Justice**, v. 11, n. 4, p.317-326, jan. 1983.

ZILIO, D. Sobre as críticas de Skinner à fisiologia: Indicadoras de orientação antifisiológica ou contribuições relevantes? **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, Guadalajara, v. 23, n. 4, p. 465-482, 2015.